



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

PEDRO HENRIQUE CREMONEZ ROSA

**A DIMENSÃO FATOR ESQUECIMENTO NOS PROCESSOS
DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO
CONHECIMENTO**

Londrina
2024

PEDRO HENRIQUE CREMONEZ ROSA

**A DIMENSÃO FATOR ESQUECIMENTO NOS PROCESSOS
DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO
CONHECIMENTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Luiz Contani

Londrina
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Cremones Rosa, Pedro Henrique .

A dimensão fator esquecimento nos processos de Organização e Representação do Conhecimento / Pedro Henrique Cremones Rosa. - Londrina, 2024.

160 f. : il.

Orientador: Miguel Luiz Contani.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Fator esquecimento - Tese. 2. Tradução - Tese. 3. Indexação - Tese. 4. Semiótica - Tese. I. Contani, Miguel Luiz. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

CDU 02

PEDRO HENRIQUE CREMONEZ ROSA

**A DIMENSÃO FATOR ESQUECIMENTO NOS PROCESSOS
DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO
CONHECIMENTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Miguel Luiz Contani
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Brígida Maria Nogueira
Cervantes
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Francisco Carlos Paletta
Universidade de São Paulo - USP

Prof. Dr. Sérgio Marilson Kulak
Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Jorge de Barros Pires
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 07 de março de 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, por me incentivarem no caminho acadêmico, mesmo dentro de dificuldades e adversidades. Aos meus amigos, pelo constante incentivo, apoio e torcida pela jornada do doutorado.

Ao meu orientador, Miguel, que acompanha a minha jornada há mais de 10 anos, com ensinamentos que valem por uma vida. À professora Brígida, por me acolher de braços abertos nas pesquisas e discussões que influenciaram intimamente minha pesquisa, principalmente dentro do Grupo de Pesquisa em Estudos Terminológicos.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual de Londrina, por me introduzir no fascinante universo da Ciência da Informação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo financiamento da pesquisa enquanto bolsista.

“Não quero atingir a imortalidade com o meu trabalho, mas sim não morrendo”; “é como a velha piada de Groucho Marx... que não quero participar de nenhum clube que me aceite como sócio” (“Annie Hall”)

Woody Allen

A essência da crença é o estabelecimento de um hábito; e diferentes crenças são distinguidas pelos diferentes modos de ação a que eles dão origem.

Charles Sanders Peirce

RESUMO

ROSA, Pedro Henrique Cremonez. **A dimensão fator esquecimento nos processos de Organização e Representação do Conhecimento**. 2024. 160 fl. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

O objetivo desta tese é analisar a participação e a relevância do fator esquecimento nos processos de organização e de representação do conhecimento, como forma de delinear futuros métodos, voltados a contribuir para o resgate de conhecimentos como forma de contraste à presença desse componente. A pesquisa é de tipo hipotético-dedutivo, qualitativa quanto à abordagem, descritiva e explicativa quanto aos objetivos, e bibliográfica quanto aos procedimentos técnicos. O emprego da expressão esquecimento é associado a uma multiplicidade de acepções, explicitadas ao longo da fundamentação teórica e da descrição dos procedimentos metodológicos. A tese defendida é de que, nos processos de organização e de representação do conhecimento, é indispensável uma permanente atitude de contrastar as condições de excludência e de esvaziamento, de descaracterização e de desconsideração dos múltiplos saberes; a aplicação de princípios da tradução intercultural, associada ao conceito semiótico de experiência colateral contém o potencial reversivo de inclusão e resgate. Todo conhecimento é construído, aprimorado e se torna apto a ser disseminado; pode, no entanto, vir a ser perdido devido a superações, desuso, negação, destruição, dificuldade de acesso. Aquisição e perda são dois movimentos que, embora opostos e antagônicos, necessitam ser também entendidos como complementares; aqui se incorpora o esquecimento como um fator a ser levado em conta. Diante de critérios que buscam padronizar e legitimar as construções do conhecimento, o que ainda não se enquadra tende a ser “esquecido”; a recuperação requer processos de tradução de conceitos na indexação, e neutralização das monoculturas do saber. A visão triádica da semiótica de C. S. Peirce é adotada, com destaque para a mediação encontrada nas representações visuais, sonoras e verbais, como integrantes da lógica da conduta. O conceito de autocontrole é valorado na produção dos sentidos que se projetam nas dimensões designadas esquecimento perceptivo, esquecimento interpretativo, esquecimento consensual. O resultado permite afirmar que analisar a relevância do esquecimento nesses processos, instrumentaliza uma permanente mediação para assegurar o tratamento inclusivo na Organização e na Representação do Conhecimento.

Palavras-chave: Fator esquecimento; Aquisição e perda; Tradução; Indexação; Semiótica.

ABSTRACT

ROSA, Pedro Henrique Cremonez. **The forgotten factor dimension in Knowledge Organization and Representation**. 2024. 160 p. Thesis (Ph.D. in Information Science) – Centro de Comunicação, Educação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

The aim of this thesis is to analyze the participation and relevance of the forgetting factor in knowledge organization and knowledge representation processes, as a way to outline future methods aimed at contributing to the rescue of knowledge as a contrast to the presence of this component. The research is of a hypothetical-deductive type, qualitative in approach, descriptive and explanatory in objectives, and bibliographical in technical procedures. The use of the term forgetting is associated with a multiplicity of meanings, explained throughout the theoretical foundation and description of methodological procedures. The thesis argues that in knowledge organization and knowledge representation processes, a permanent attitude of contrasting exclusionary and emptying conditions, of mischaracterization and disregard of multiple knowledge is indispensable; the application of principles of intercultural translation, associated with the semiotic concept of collateral experience, contains the reversal potential of inclusion and rescue. All knowledge is constructed, improved, and becomes capable of dissemination; however, it may be lost due to advancements, disuse, denial, destruction, or difficulty of access. Acquisition and loss are two movements that, although opposed and antagonistic, also need to be understood as complementary; forgetting is incorporated here as a factor to be considered. Faced with criteria that seek to standardize and legitimize knowledge constructions, what does not fit tends to be "forgotten"; recovery requires processes of concept translation in indexing, and neutralization of knowledge monocultures. The triadic vision of C. S. Peirce's semiotics is adopted, with emphasis on the mediation found in visual, sound and verbal representations, as part of the logic of conduct. The concept of self-control is valued in the production of meanings that are projected in the dimensions known as perceptual forgetting, interpretive forgetting and consensual forgetting. The result allows us to affirm that analyzing the relevance of forgetting in these processes, instrumentalizes a permanent mediation to ensure inclusive treatment in Knowledge Organization and Knowledge Representation.

Keywords: Forgetting factor; Dissemination and loss; Translation; Indexing; Semiotics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A natureza do Signo para Peirce.....	134
Figura 2: Lacunas transitórias do signo peirceano	138

SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADI	American Documentation Institute
CI	Ciência da Informação
IIB	Instituto Internacional de Bibliografia
IID	Instituto Internacional de Documentação
LDs	Linguagens Documentárias
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgeneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e Não-Binários
NBR	Norma Brasileira
OC	Organização do Conhecimento
OI	Organização de Informação
RC	Representação do Conhecimento
RI	Representação da Informação
SOC	Sistemas de Organização do Conhecimento
TDs	Traços Descritivos
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	OBJETIVO GERAL	16
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
1.3	METODOLOGIA	17
2	O CONHECIMENTO E O ESQUECIMENTO.....	20
2.1	A HISTÓRIA DO ESQUECIMENTO	27
2.2	A EPISTEMOLOGIA DO ESQUECIMENTO.....	30
2.3	ESQUECIMENTO COMO APAGAMENTO	36
3	A ORGANIZAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	44
3.1	ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	45
3.2	REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO	52
3.3	INDEXAÇÃO	60
3.4	O CONTROLE DO ESQUECIMENTO NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	68
4	MÉTODOS DE NÃO ESQUECER.....	76
4.1	AS TRADUÇÕES NO PROCESSO DE ORGANIZAR.....	78
4.2	O PROCESSO DE INDEXAÇÃO E A TRADUÇÃO	112
4.3	SEMIÓTICA DO ESQUECIMENTO	119
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
	REFERÊNCIAS	145

1 INTRODUÇÃO

Embora o conhecimento construído possa ser organizado de muitas maneiras, e sua obtenção como resultado de um acúmulo de informações testadas, e, por sua parte, também organizadas, tudo começa dentro do indivíduo, a partir de raciocínios lógicos, inferências e abstrações acerca de fenômenos vivenciados. Acrescentam-se outros aspectos como raciocínio, percepção, análise e interpretação de fatos, com origem também no indivíduo e sua exposição ao que buscou conhecer. Após conquistado, o conhecimento será alojado em documentos, registros, repositórios, dentre outras destinações, e instala-se o desafio de ser recuperado. Qualquer malogro nessa condição condena à perda de algo que se possuía e já estava conquistado – um determinado saber. Passa a ser o mesmo que não possuir, e ter que construir novamente aquele conhecimento que existia e poderia evoluir pelas mãos de quem fez a busca.

Esta tese propõe a investigação de uma dimensão, aqui designada *fator esquecimento*, atuando na função de agente nos processos de organização e representação do conhecimento, a fim de dimensionar o grau em que pode torná-los eficazes por promover alteração no modo de olhar. Fujita e Tartarotti (2020, p.335) propõem o entendimento do autor como indexador: “Significa que o autor, ao atribuir palavras-chave, torna-se um indexador e precisa pensar em outras funções, além da representação do conteúdo do texto, e adotar padrões que sejam compatíveis com diferentes empregos futuros.” Advertem que o autor de um determinado trabalho, pelo fato de estar em ligação indireta com outros sistemas de informação, pode não estar atento à necessidade de prever outras finalidades de uso para as atribuições de termos que realiza. Exemplificam com o caso de artigos que são indexados e representados em periódicos e posteriormente cadastrados em plataformas digitais, e registrados como produção científica em redes sociais acadêmicas que terão esses dados posteriormente analisados em outras plataformas.

Ocorre a necessidade de reconhecer a tendência a aparecerem indexadores não proficientes, e esse fato tornar imperioso elaborar uma proposta de política de indexação, a fim de promover a padronização de palavras-chave, a partir das atribuições feitas pelos autores e pesquisadores, no momento em que efetuam a submissão de suas respectivas produções científicas. Trata-se de uma condição que influencia o papel e as ações de gestão e divulgação científica. “A solução de

problemas de representação e recuperação deve ser estudada, após avaliações de diferentes perspectivas, conforme características de cada sistema de armazenagem e recuperação da informação” (Fujita e Tartarotti, 2020, p.365). Um contínuo processo de avaliação e atualização deve ser colocado em prática, a fim de estimular à correção de palavras-chave em artigos assegurados por orientações de padronização e consistência.

Adentrar neste novo contexto, o ambiente interno, passa a ser um desafio, pois a observação direta se torna incapaz de solucionar todas as etapas de um evento analisado. Ao analisar o conto *Funes, o memorioso*, de Jorge Luis Borges, pode-se ter um pequeno vislumbre, porém extremamente delineado, de que a memória consiste em motor inicial para a construção do conhecimento. Usando do artifício da ficção, Borges (2007) contextualiza a vida de um indivíduo que perde, em razão de um acidente, a habilidade de esquecer. Neste cenário fantasioso, é possível perceber que, nessa nova realidade vivida por Irineo Funes, sua incapacidade de se relacionar com a linguagem fica evidente. Para o personagem, a linguagem sempre será ambígua e duvidosa por não captar a essência total dos elementos da natureza. Ao observar uma árvore, por exemplo, Funes não consegue generalizar o conceito de *folha* em suas representações mentais, por enxergar que nessa generalização, as distinções se perdem e as representações deixam de ser fidedignas.

Entender este cenário hipotético em que a memória deixa de executar suas funções naturais, que embalam o movimento pendular entre o recordar-se e esquecer-se, torna-se o melhor percurso teórico em uma análise das relações e interpretações humanas dos fenômenos experienciados. Segundo o próprio Borges (2007, p.108), em seu conto, “Pensar é esquecer as diferenças, é generalizar, abstrair”. Desta forma, pode-se concluir que, na inaptidão do ser humano recordar-se completamente de todas as informações de seu dia a dia, ele é naturalmente propenso a aprender e construir estruturas lógicas a partir de suas experiências com o mundo. Funes, por sua vez, acaba perdendo sua capacidade de exercer uma linguagem por não conseguir abstrair as relações representativas.

A seguinte pergunta dá partida a este estudo: Se considerado elemento constituinte dos processos de gestão da informação e produção de conhecimento, de que modo o fator esquecimento pode influenciar no processo de organização e de representação do conhecimento?

A abordagem comumente utilizada para a explicação dos fatos, que

ocorrem no universo do raciocínio, sempre abarca conceitos relacionados à memória, consciência e inconsciência como elementos participantes dos processos de construção do conhecimento. Atualmente, entretanto, um novo conceito emerge entre as pesquisas. Relacionado ao conceito de retenção de informação, Holanda (2011) investiga as abordagens teórico-conceituais dos temas memória e esquecimento em artigos científicos publicados pela área da Ciência da Informação, conforme referenciado pelo site da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Ancib) e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Ensino Superior (Capes) unindo dois termos de pesquisa: memória e esquecimento, publicados entre 1972 e 2010. Foram localizados 229 artigos científicos. Dentre os resultados obtidos, somente 49 artigos trouxeram a conceituação de pelo menos um dos termos. Os poucos artigos, que se desenvolvem a partir da temática do esquecimento, tendem a não se aprofundar nos processos de organização e de representação do conhecimento, voltando-se aos assuntos de discurso, memória e história.

O fator esquecimento ainda é muito trabalhado de modo dissociado em relação ao conceito de lembrança. Ricoeur (2007, p. 450) frisa que “o esquecimento não está primordialmente relacionado com a memória; como esquecimento do ser, é constitutivo da condição inautêntica: é o ‘escondimento’ no sentido grego ao qual Heidegger opõe o ‘não escondimento’ da alétheia que traduzimos por verdade.”

Segundo Alves e Bueno (2017), o esquecimento é uma condição natural do ser vivo, e que, por ser algo comum, corriqueiro e tangível, torna-se muitas vezes negligenciado como um tópico científico imprescindível, podendo ser associado como fator adaptativo dos organismos, ao possibilitar novas retenções informacionais e adaptações referentes a certos comportamentos evolutivos, também corroborados por Roediger, Weinstein e Agarwal (2010) e Storm (2011). O esquecimento pode ser analisado a partir de seu papel de autoproteção do organismo, como abordado recentemente por Pergher e Stein (2003), por possibilitar ao indivíduo não sobrecarregar seu intelecto com excesso de informações.

Dentro deste cenário no qual o fator esquecimento pode ser visto como um elemento fundamental na evolução do intelecto, com maestria, a função do esquecimento, mesmo que por meio de hipóteses fantasiosas, muito antes de comprovações científicas dessa patologia de uma *hipermemória*. (Luria, 1968; Parker, Chahill e McGaugh, 2006; Storm, 2011).

Quando nos deparamos com uma flor, por exemplo, por um processo de aprendizagem e hábitos, (percepção das cores, interpretação daquilo como flor, lembranças de fatos relacionados a flores), pode-se entender que, por mais que cada flor seja única, unimos o conceito flor a um mesmo grupo de informações semelhantes (mas não necessariamente iguais) que estejam categorizados como uma mesma coisa.

O seguinte conjunto de pressupostos é, então, suscitado:

1. O fator esquecimento faz parte do processo de produção do conhecimento.
2. O fator esquecimento, logo, se manifesta nos processos de organização e de representação da informação e do conhecimento.
3. Delimitar formas de percepção do fator esquecimento possibilita que os processos de organização e representação do conhecimento contemplem um maior número de conhecimentos plurais, como estratégia para não esquecer-los.

1.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar o fator esquecimento nos processos de organização e de representação do conhecimento, como forma de delinear futuros métodos que permitam ações de tradução de conhecimentos como modo de limitar o fator esquecimento.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as abordagens teórico-conceituais do esquecimento em seu papel estruturante da informação e do conhecimento;

- Analisar o fator esquecimento nos processos de organização e de representação do esquecimento;
- Mapear o processo de formação de conceitos e traduções a partir do aporte teórico existente a respeito do fator esquecimento, a fim de instrumentalizar a indicação de olhares pela metodologia semiótica considerada como lógica da conduta;
- Indicar modos de instrumentalizar a semiótica para dentro das atividades de indexação, possibilitando um maior controle do fator esquecimento dentro das atividades de organização e de representação do conhecimento.

A pesquisa adota, portanto, um percurso investigativo pautado em contemplar o impacto na transformação das práticas socioculturais envolvidas na organização e na representação do conhecimento, que podem ajudar a melhorar a gestão, a transparência e o desenvolvimento social da pluralização dos saberes. A contribuição buscada é no sentido de enunciar um procedimento possível de ser incorporado nas ações de inovação tecnológica proporcionada pela cultura digital, ao mesmo tempo apto a expandir a compreensão dos processos de organização e representação do conhecimento.

1.3 METODOLOGIA

O método desta tese é hipotético-dedutivo. Segundo Vieira, Clemente, Dias e Franca Filho (2017, p.250) “todas as áreas de conhecimento científico possuem suas operações, transformações e procedimentos que podem ser, nesta forma de operar o método hipotético-dedutivo, perfeitamente válidos, sejam as regras e transformação derivadas de procedimentos dedutivos ou indutivos”. Desta forma, o presente estudo visa partir do reconhecimento de fatos, formulação do problema, seleção de pontos específicos em que são compreendidos e investigados, formulação de hipóteses sobre o problema, levantamento de suportes bibliográficos, esboço de testes sobre a hipótese, reajuste do modelo sugerido e, por fim, sugestões para novos estudos.

A explicação deste fenômeno tem como base a formulação de um problema (Se considerado elemento constituinte dos processos de organização da informação e produção de conhecimento, de que modo o fator esquecimento pode influenciar no

processo de organização e representação do conhecimento?). Percebida a incompletude que a perspectiva teórica sobre o fator esquecimento apresenta na literatura, serão feitas inferências dedutivas, testagens e predição dos fenômenos decorrentes e abrangidos pelas hipóteses levantadas, sendo a de que a ausência do fator esquecimento ocasiona barreiras à formulação de conceitos que organizam e representam a informação e o conhecimento. O método hipotético-dedutivo ajusta-se a essa finalidade porque favorece o teste de hipóteses e se harmoniza com a busca de suportes racionais para a compreensão das soluções buscadas.

A pesquisa, de natureza básica, vislumbra a aquisição de novos conhecimentos sem o intuito de aplicação ou uso (Volpato, 2015). Quanto a sua tipologia, a pesquisa caracteriza-se por ser descritiva-explicativa, visto que está sendo estudada uma parte do todo que possibilita a análise do fenômeno em uma área sobre a qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado (Marconi e Lakatos, 2010), no caso, a temática esquecimento no contexto da organização do conhecimento.

Os dados são analisados qualitativamente, buscando informações e conceitos para explicar o significado e as características do objeto de pesquisa, além de ser especialmente útil em situações que envolvem o desenvolvimento e aperfeiçoamento de novas ideias (Oliveira, 2007). Quanto aos procedimentos, a pesquisa é bibliográfica pois realiza-se a partir da literatura (Bentes Pinto e Cavalcante, 2015). Houve um levantamento e pesquisa bibliográfica de caráter interdisciplinar e, principalmente, a análise do exemplo literário proveniente do texto Funes, o memorioso (2007). A pesquisa bibliográfica permite o conhecimento sobre o tema estudado e suas principais contribuições.

No intuito de traçar um percurso narrativo em que consigamos contemplar a temática do esquecimento atrelada à Ciência da Informação, seguimos um decurso que englobasse o princípio lógico que reconhecemos ao esquecimento. Em primeiro momento, ao identificar, *a priori*, o esquecimento enquanto comportamento humano, houve a preocupação em remover quaisquer discussões sobre o fenômeno do esquecimento em patamares da cognição, ao associá-lo, em alguma forma, com temáticas presentes na CI.

Tendo em vista a presença do esquecimento nos processos de produção, disseminação e perda do conhecimento, partiremos para novas formas de estabelecer a relação entre os processos de organização e de representação do conhecimento com o fenômeno do esquecimento, trazendo, da semiótica, uma nova perspectiva

analítica para a problemática levantada. Dentro do universo do signo, serão apontadas as lacunas existentes entre indivíduo e signo que fomentam processos de supressão e esquecimento de saberes. Isso tornará possível a construção de uma nova etapa da pesquisa, uma inovação no formato de organizar e representar aquilo que já conhecemos.

Em primeiro momento, no tópico 2, traçamos um percurso teórico sobre a história do esquecimento dentro do processo de produção, disseminação e perda de conhecimento, seguindo para um estudo epistemológico acerca da natureza do conhecimento dentro deste processo. Desta forma, conseguimos compreender o esquecimento, dentro de suas múltiplas características, como um fenômeno de apagamento de conhecimentos.

O terceiro tópico apresenta uma sistematização de como o esquecimento se manifesta e como nós, profissionais da informação, seremos capazes de trabalharmos com e neste fenômeno humano dentro da dicotomia disseminação/perda do conhecimento, sob a ótica da Ciência da Informação. Neste momento, buscamos compreender as complexidades da CI, bem como seu campo de estudo voltado para a organização e para a representação da informação e do conhecimento. Com isso, é possível atrelar novas formas de driblar as dificuldades encontradas em lacunas informacionais, habilitando um novo processo de percepção dos processos de organização e na representação do conhecimento.

Por fim, tendo em vista a presença do esquecimento nos processos de produção, disseminação e perda do conhecimento, partiremos para novas formas de estabelecer a relação entre os processos de organização e de representação do conhecimento com o fenômeno do esquecimento, trazendo a ação de tradução intercultural como uma nova perspectiva frutífera para a problemática levantada. Além disso, dentro da prática de tradução, manifestada em um universo de signos, é possível destacar as lacunas que provocam a supressão e esquecimento de saberes provenientes das ações de indexação, por exemplo. Assim, torna-se possível e essencial uma reflexão dos processos de organização e de representação do conhecimento, voltados a gerar um formato de organizar e representar aquilo que já conhecemos de uma forma plural e que englobe os múltiplos saberes.

2 O CONHECIMENTO E O ESQUECIMENTO

Vivemos em uma era em que a informação e o conhecimento desempenham papéis fundamentais na moldagem dos processos sociais e econômicos. Esses elementos adquiriram uma importância estrutural e são produtos de um longo desenvolvimento histórico. A comercialização da informação e a sua relação com o poder não são fenômenos exclusivos do capitalismo, remontando a períodos anteriores. Nos estudos Peter Burke (2003), em *Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot*, busca-se uma compreensão de questões que continuam a influenciar nosso presente e que estão sujeitas a transformações de longo prazo, relacionadas tanto à informação quanto ao conhecimento.

Na era atual, a informação e o conhecimento desempenham papéis essenciais e estruturantes na sociedade, afetando tanto os aspectos sociais quanto os econômicos. A mercantilização da informação e seu papel como fonte de poder não são fenômenos recentes, mas têm raízes em períodos que precedem o desenvolvimento do capitalismo. Burke (2003, p. 10-11) empreende um estudo organizado e sistemático que busca compreender as questões relacionadas ao conhecimento com transformações de longo prazo.

Ao longo de sua pesquisa, Burke (2003, 2012, 2016, 2017) resgata contribuições de autores ocidentais dos Estados Unidos, Alemanha e França que desempenharam um papel fundamental na formação da sociologia do conhecimento. Desde Auguste Comte, que introduziu a perspectiva de uma história social do conhecimento, passando por Émile Durkheim e Marcel Mauss, que exploraram categorias fundamentais primitivas e representações coletivas, até Marcel Granet, que investigou as categorias fundamentais do pensamento chinês, e Marc Bloch e Lucien Febvre, que analisaram as mentalidades coletivas (Burke, 2003). Além disso, autores como Thorstein Veblen, que examinaram as relações entre grupos sociais e instituições em relação ao conhecimento, contribuíram para deslocar justificativas antropomórficas em favor de explicações racionais. Também houve um estudo sobre a influência do intelectualismo judaico na Europa. Max Scheler e Karl Mannheim adotaram a premissa de que as ideias estão socialmente situadas, influenciadas por fatores como período, região, geração e classe social, uma perspectiva que se alinha ao materialismo histórico de Marx.

Após essa fase produtiva, a sociologia do conhecimento vivenciou uma diminuição teórica em comparação com outros campos da sociologia (Burke, 2003). Autores como Robert K. Merton, Florian Znaniecki e Peter Berger juntaram-se ao estudo, mas o campo obteve maior impulso por meio de disciplinas como a antropologia estrutural de Claude Lévi-Strauss, a teoria dos paradigmas científicos de Thomas Kuhn e a análise das relações entre conhecimento e poder de Michel Foucault. Outros teóricos alinhados com temas relacionados à sociedade e cultura, como Norbert Elias, Jürgen Habermas e Pierre Bourdieu, também se concentraram na produção de conhecimento.

Essa segunda geração de autores difere da primeira em quatro aspectos principais: seu interesse na construção e produção do conhecimento em vez de sua aquisição e transmissão; uma abordagem mais abrangente dos grupos detentores de conhecimento; um foco maior na microsociologia, especialmente na vida intelectual de pequenos grupos; e uma mudança da concepção do conhecimento como socialmente situado para uma que leva em conta questões de gênero e geografia.

A partir da década de 1960, houve um aumento no exame social da ciência. Peter Burke (2003) resgata a ideia de Karl Mannheim de que o conhecimento é socialmente situado, revelando como fatores como classe social, gênero, nacionalidade e geração influenciam a construção do conhecimento na Europa moderna. A distinção entre conhecimento e informação, bem como entre conhecimento (o conhecimento processado e sistematizado pelo pensamento) e sabedoria (um processo individual de acumulação de saberes), torna evidente a complexidade da questão "O que é conhecimento?"

O conhecimento, como argumenta Burke (2003, 2012), está presente em práticas de coleta e também em práticas não verbais. É uma soma de diversas culturas e sociedades, originando-se de inúmeros núcleos geradores e transmissores de saberes especializados. Distinguir tipos de conhecimento é uma maneira de segmentar a produtividade de saberes para determinadas utilidades e funções. Burke destaca as distinções propostas por Georges Gurvitch, que categorizou o conhecimento em níveis como perceptivo, social, cotidiano, técnico, político, científico e filosófico, bem como o conhecimento produzido e transmitido por grupos específicos, como artesãos, burocratas e camponeses. Além disso, Burke explora a diferença entre conhecimento erudito e popular, bem como as disputas entre conhecimentos acadêmicos.

Com as revoluções intelectuais europeias, como o Renascimento, a Revolução Científica e o Iluminismo, o conhecimento cotidiano passou por um processo de legitimação por parte das instituições acadêmicas. O pensamento acadêmico passou a complementar práticas em diversas áreas, como arte, comércio e governo, resultando em conhecimentos formalizados de grande relevância, como tratados sobre pintura e arquitetura de Leon Battista Alberti, o "Discurso sobre o comércio" de Sir Josiah Child e a obra "O Príncipe" de Maquiavel. Francis Bacon contribuiu ao aplicar o pensamento empírico para associar dados observáveis em práticas cotidianas, consolidando um método orientado para o conhecimento cotidiano.

O consumo individual de conhecimento é um campo amplamente documentado. No trabalho de Peter Burke (2003), um primeiro aspecto a ser observado é a análise das assinaturas de publicações antigas e o perfil dos leitores. As listas de assinaturas oferecem insights sobre o público leitor, embora esse público seja relativamente limitado. Além disso, a localização geográfica de um indivíduo desempenha um papel importante no acesso ao conhecimento formal. Bibliotecas públicas eram predominantemente encontradas nas capitais, deixando outras regiões com acesso limitado a materiais. A sociologia das bibliotecas e o comportamento dos bibliotecários também desempenharam um papel restritivo na aquisição de conhecimento. Com o tempo, o número de bibliotecas e a variedade de materiais disponíveis nelas se expandiram, e outras formas de disseminação do conhecimento, como palestras públicas e museus, tornaram-se mais comuns.

Burke (2003) também examina o ato de leitura de periódicos e livros como meio de adquirir conhecimento e facilitar a aprendizagem. A disponibilidade de acervos acessíveis desempenha um papel fundamental nesse processo. A transição da leitura intensiva, que exigia concentração e dedicação, para a leitura extensiva, mais voltada para consultar, folhear e segmentar o ato de leitura, foi influenciada pela proliferação e dessacralização dos livros.

As anotações desempenharam um papel crucial no processo de aquisição de conhecimento, representando o conteúdo documental por meio de inferências pessoais. A sistematização dessas anotações, em cadernos e fichas provisórias, facilitou a compreensão e assimilação de textos com menos esforço. Essas anotações criavam um dispositivo de "memória artificial" e "lugares-comuns" que auxiliavam na organização e recuperação da informação. Os "lugares-comuns" incluíam conceitos

abstratos, comparações e distinções que organizavam a informação para os leitores. Posteriormente, livros de "lugares-comuns" passaram a incluir juízos e valores relativos a tópicos, tornando-se uma abordagem retórico-moral incorporada na leitura.

Os livros de referência, por outro lado, foram associados à leitura extensiva e ao acesso ao conhecimento. Eles serviam como fontes de consulta e atalhos para o conhecimento. A estrutura física dos livros, com índices e sumários, afetou a maneira como os leitores abordavam a leitura. Novos formatos, como diagramas, ilustrações, tabelas cronológicas e mapas, foram introduzidos para facilitar a compreensão. Alguns livros eram organizados de forma a evitar a leitura intensiva, como catálogos, atlas, dicionários e enciclopédias.

A organização da informação em enciclopédias variava entre organizações temáticas e ordem alfabética. A transição gradual para a organização alfabética, embora vista como otimização, foi criticada por Harold Innis, que argumentava que isso fragmentava o conhecimento e dificultava a leitura intensiva. Além disso, a segmentação de obras de referência em pesquisas históricas aprofundou o acesso ao conhecimento, concentrando-se em tópicos específicos e recortes históricos.

O conhecimento sobre o mundo fora da Europa era obtido por meio do aumento da disponibilidade de obras descritivas em diferentes idiomas. Os interesses temáticos também mudaram ao longo do tempo, com um foco crescente em outros locais. A escrita e os métodos de comunicação não europeus também passaram a ser explorados pelos leitores. No entanto, a apropriação de conhecimento exótico frequentemente envolvia estereótipos e não era questionada pelos leitores, levantando questões sobre a confiabilidade do conhecimento.

Essas são algumas das tendências observadas no consumo individual de conhecimento ao longo do tempo, de acordo com o trabalho de Peter Burke. Esse processo envolveu mudanças na aquisição, organização e interpretação do conhecimento, moldando a maneira como as pessoas interagem com informações e ideias. Peter Burke (2012) introduz sua análise sobre a consolidação do conhecimento na Europa moderna destacando a relação dos intelectuais com instituições, principalmente as universidades. Durante esse período, as instituições desempenhavam um papel crucial na produção e disseminação do conhecimento, mas também estavam sujeitas a influências e pressões externas. Veblen e Pareto contribuíram para essa visão, explorando a sociologia da inovação intelectual e da

reprodução cultural. Norbert Elias também enfatizou que os departamentos acadêmicos exerciam um monopólio na produção do conhecimento.

Na Europa Medieval, os professores das universidades eram geralmente membros do clero, e a Igreja detinha o monopólio do conhecimento. No final da Idade Média, as universidades se concentravam mais na transmissão do conhecimento do que em sua produção e descoberta. Os pensadores da época baseavam seus estudos na reprodução de conhecimentos e conceitos das autoridades anteriores, como os clássicos. O novo conhecimento era frequentemente uma contribuição sintética de várias tradições. Tomás de Aquino é citado como um exemplo disso, ao incorporar o pensamento aristotélico à teologia. Enquanto isso, o conhecimento cotidiano, originado de artesãos, camponeses e parteiras, era transmitido principalmente oralmente. A alfabetização desses leigos, especialmente com o advento da imprensa, foi vista como uma maneira de perpetuar conhecimentos registrados em livros.

O Renascimento desempenhou um papel fundamental na recuperação do conhecimento anterior, mas de uma maneira consciente e crítica em oposição ao pensamento escolástico. Os humanistas desse período muitas vezes estudavam em universidades cujas posturas científicas eles contestavam ou se tornavam independentes das instituições acadêmicas. Eles fundaram academias que promoviam debates e discussões de ideias, inspiradas nos simpósios gregos antigos. As discussões não se limitavam ao monopólio dos acadêmicos, e pensadores que integravam ideias práticas também contribuíram significativamente para a formação do conhecimento na Europa Moderna.

O apoio da realeza desempenhou um papel na promoção do pensamento humanista em novas instituições e na oposição a círculos intelectuais estabelecidos. O surgimento de novas universidades e a infiltração gradual do pensamento humanista no ambiente acadêmico tiveram um impacto significativo.

Na época da Revolução Científica, houve uma oposição mais consciente à tradição clássica e medieval. Os adeptos desse movimento científico introduziram formas de conhecimento alternativas, formando novas organizações e sociedades com foco no estudo da natureza. As universidades europeias modernas, segundo Martha Ornstein, contribuíram pouco para o avanço da ciência, com exceções. As tensões entre academias progressistas e universidades tradicionais eram pautadas por agendas e interesses distintos. A proliferação de novas instituições, muitas delas fundadas como extensões de universidades tradicionais, promoveu uma concepção

menos centrada na lógica do conhecimento. Além disso, as filosofias ocultas e o interesse em questões esotéricas também contribuíram para a formação do conhecimento em grupos distintos.

Esses novos ambientes ofereceram oportunidades para inovação na produção de conhecimento, independentemente de estarem ou não ligados ao meio acadêmico. A discussão e o debate intelectual geraram novas formas de sociabilização do conhecimento, reconhecendo a importância de institucionalizá-lo como meio de registro e perpetuação. Durante o Iluminismo, ocorreu uma mudança na história do conhecimento europeu, com a avaliação crítica do conhecimento advindo da educação superior. Surgiram institutos de pesquisa e a profissionalização da pesquisa, influenciada pelo pensamento iluminista. As universidades passaram a se concentrar mais no ensino do que na produção de novos conhecimentos.

Inúmeras academias que abraçaram dissidentes das universidades tradicionais ofereceram currículos menos ortodoxos e introduziram novos campos de estudo, como filosofia moderna, filosofia natural, história moderna, engenharia e metalurgia. Esse movimento também enfatizou a pesquisa sistemática, profissional e cooperativa, promovendo o aprimoramento do conhecimento. Essa análise destaca as diversas mudanças e evoluções no campo do conhecimento ao longo da história europeia, mostrando como as instituições, a filosofia e a prática desempenharam papéis cruciais na formação do conhecimento moderno.

Peter Burke (2003, 2012, 2016) explora a geografia do conhecimento na Europa Moderna, destacando como o conhecimento era produzido, distribuído e difundido em diferentes locais. Ele ressalta que a troca de conhecimento entre indivíduos era mais eficaz em encontros presenciais do que por meio da correspondência. As cidades desempenharam um papel central como locais de encontro e intercâmbio de conhecimento, embora o conhecimento não estivesse centralizado em um único local, mas fosse disperso por toda a Europa.

A geografia do conhecimento envolve dois níveis distintos: o micronível, que inclui as sedes produtoras de conhecimento, como mosteiros, universidades, hospitais e tabernas, e os ambientes associados a essas sedes, como laboratórios, galerias, livrarias, bibliotecas, entre outros. As bibliotecas, em particular, cresceram em tamanho e importância, rivalizando com as salas de aula. Elas se tornaram centros de obtenção e troca de conhecimento, com bibliotecários desempenhando um papel crucial como agentes do progresso do saber universal. No macronível, as cidades se

tornaram escalas de conhecimento, conectando polos produtores e disseminadores. Cidades portuárias, como Lisboa, Veneza e Amsterdã, desempenharam um papel crucial na importação e difusão de conhecimento, assim como as capitais do conhecimento, como Roma, Paris e Londres.

O processo de importação de conhecimento muitas vezes estava vinculado ao comércio, principalmente o comércio marítimo em cidades portuárias. Além disso, as cidades e as capitais do conhecimento eram locais privilegiados para a disseminação de informações e conhecimento. Burke (2003) também destaca a importância das bibliotecas e revela como algumas cidades europeias se destacaram como centros de conhecimento. No entanto, ele enfatiza que a disseminação do conhecimento não estava limitada a esses exemplos. As cidades desempenharam um papel fundamental na difusão do conhecimento, frequentemente focando em suas próprias necessidades. Com a comunicação oral, notícias oficiais eram divulgadas nos centros urbanos, o turismo e a demanda por livros especializados pluralizavam os saberes regionais.

As cidades também foram responsáveis por sistematizar o conhecimento, por meio de compilações, edições, traduções, comentários e sínteses. Essa sistematização ajudou a reduzir e metodizar o processamento do conhecimento. O trânsito informacional era enriquecido por várias contribuições em seu movimento. Além disso, o conhecimento foi assimilado e adaptado às diferentes categorias culturais da Europa Moderna, transformando-o de um conhecimento local em um conhecimento geral e acessível. As cidades desempenharam um papel central como centros de cálculo, transformando o conhecimento em mapas, estatísticas e outros formatos. As minorias linguísticas desempenharam um papel essencial ao traduzir textos em várias línguas.

A distribuição do conhecimento também se beneficiou da invenção da imprensa, que reduziu as barreiras geográficas para a disseminação do conhecimento. Isso facilitou a expansão do conhecimento europeu moderno para novas regiões e contribuiu para uma nova percepção do contexto global, onde o interesse por conhecimentos exóticos era traduzido para categorias já existentes na região.

2.1 A HISTÓRIA DO ESQUECIMENTO

Falar sobre esquecimento é uma atividade complexa e contraditória pois, além de sua característica abstrata, falar sobre o ato de esquecer já é uma ação antônima à de seu caráter, o de lembrar. Embora estudos sobre a memória façam parte de uma sólida discussão em diversos campos (psicanálise, medicina, neurociência, artes, etc.) a força dos estudos sobre o esquecimento não é em mesma intensidade. O primeiro ponto a ser considerado, para esta pesquisa, é que, mesmo que a relação entre memória e esquecimento seja popularizada entres os discursos científicos - pois a memória e o esquecimento só existem um ao lado do outro (Seligmann-Silva, 2003) e que pensar em memória é, inevitavelmente, pensar em esquecimento (Suleiman, 2019) - o esquecimento será devidamente protagonizado.

O esquecimento fez parte de muitos períodos históricos com importância que não condiz com sua popularidade enquanto temática científica. Desde a Grécia Antiga, a *Odisséia* de Homero é possível observar uma participação ativa do esquecimento na jornada de Ulisses. Em três pontos específicos da jornada: Ulisses e seus companheiros se deparam com uma população que habitava uma cidade desconhecida e eram consumidores de uma fruta chamada lótus, que portava a oferta do esquecimento, conhecidos como lotófagos (consumidores de lótus); o encontro com a deusa Circe, que transforma os emissários de Ulisses em animais racionais e os embriaga com uma droga que provoca o esquecimento; o encontro com a ninfa Calipso que usa do amor como forma de Ulisses esquecer sua jornada. Nesta epopeia, o esquecimento fundamentou grande parte da jornada de Ulisses. Hesíodo (2007), em *Teogonia*, traz a dualidade entre as deusas da memória - Mnemosyne - e a deusa do esquecimento - Lete. A segunda era sempre recorrida em busca da cura e da dor do sofrimento, proveniente da dádiva do esquecimento. Posteriormente, em Roma, muitos visitavam o sacrário Do Amor Lético para esquecer as dores do amor (Weinrich, 2001).

A filosofia platônica (Bergson, 2005) tem por base o processo de anamnesis, no qual a aprendizagem do indivíduo nada mais é que a recordação de conhecimentos anteriores ao nascimento, provenientes do Mundo das Ideias. Com o centro de sua metafísica estabelecida na relação entre o esquecimento terreno e as lembranças pré-natais. Com a ascensão do cristianismo, o tema esquecimento

também adentrou nas discussões filosóficas religiosas. Santo Agostinho (1980) busca unir a filosofia platônica à teologia cristã, a fim de explicar as relações estabelecidas entre o povo judaico, do Antigo Testamento, e Deus, no qual um não esqueceria do outro. Embora os indivíduos passassem por momentos de incerteza de sua fé, descritos como uma ação do esquecimento sob a fé cristã, a memória latente de Deus sempre prevalece. Em outro momento, dentro da cultura cristã, Dante Alighieri, em *A Divina Comédia* (Alighieri, 1979), usa o esquecimento com personagem em inúmeros momentos. Além de cruzar seu percurso ao centro do inferno com o Rio Lete, representando a deusa do esquecimento, Dante também se propõe, como a personagem principal, narrar as memórias daqueles que sofrem na eternidade, impedindo que o esquecimento permaneça sob seus nomes.

Na Renascença, segundo Weinrich (2001), René Descartes (2001) propõe em *O Discurso do Método* que o alcance do conhecimento verdadeiro se dá em dois momentos: o de se esquecer todos os conhecimentos doutrinários, ideias que partem puramente dos sentidos e da imaginação para que, no estado de tábula rasa, o processo investigativo realmente aconteça.

No período iluminista, John Locke (1978), em o *Ensaio acerca do entendimento humano*, parte da premissa de que, mesmo com as individualidades, toda memória passa pelo estado de deterioração ocasionada pelo tempo, trazendo então o estado de esquecimento. Já Rousseau (1973), sofredor de uma memória extremamente debilitada, usa do artifício dos devaneios para preencher as lacunas de suas lembranças na produção de uma das autobiografias mais importantes, *Devaneios de um andarilho solitário*. Immanuel Kant, pelo contrário, possuía uma extensa capacidade de memorização e que o conhecimento do indivíduo é intimamente atrelado à sua memória.

Kant (2009) apresenta três formas de memória: a memória mecânica - é a mera memória de repetição e familiaridade sobre as coisas; a memória engenhosa - advinda da associação representativa de informações distintas, por parte do indivíduo; e a memória judiciosa - é a habilidade de acessar racionalmente em meio à grande capacidade de retenção da memória justamente o conteúdo pertinente (Weinrich, 2001). Embora houvesse essa dedicação em fundamentar questões referentes à memória, Kant afirma categoricamente que “a escrita é antes uma aliada do esquecimento do que da lembrança” (Weinrich, 2001). Desta forma, paradoxalmente, o conhecimento depende da capacidade de memorização mas a disseminação e

perpetuação desse conhecimento, por meio da escrita, é uma forma de esquecer deste conhecimento. A escrita passa a ser entendida por Kant como a forma de aprisionar o conhecimento e removê-lo dos arquivos privados da mente e acessibilizá-los a outros.

Nietzsche (1992), em *Além do bem e do mal*, converge o lembrar e o esquecer às questões morais, pois há momentos em que se pode lembrar ou esquecer de algo, momentos em que se precisa lembrar ou esquecer e também quando deve-se lembrar ou esquecer algo. E nessa dicotomia, o esquecimento toma certa vantagem, visto pelas próprias palavras do autor: “Minha memória diz: ‘eu fiz isso’. Meu orgulho diz: ‘eu não posso ter feito isso’ - e é implacável. Por fim a memória cede” (Nietzsche, 1992, p. 68). No mesmo período, Freud (2023, 2010) propõe diversos conceitos que, indiretamente, detalham a existência do esquecer dentro de sua psicanálise, como: ato falho - por ser um possível sintoma relacionado a certas memórias suprimidas/esquecidas ; a metáfora da memória como depósito - a partir do momento em que entre a transição da memória de temporária para a permanente, tem-se uma lacuna de esquecimento; o inconsciente - como a representação de tudo o que é vivenciado e armazenado pelo indivíduo, mas não acessado; o princípio latente das memórias do inconsciente - em que aquilo que se é esquecido não facilmente vem à superfície do consciente; e o recalque - como sendo as memórias suprimidas, ou seja, esquecidas, por carregarem elementos traumáticos.

Entre os contemporâneos, vale ressaltar a concepção para Bergson (1999), por exemplo, em que o esquecimento é um facilitador da memória pois, ao se buscar alguma lembrança, o esquecimento permite olvidar todas as outras. Halbwachs (2013) atribuiu importantes conceitos acerca da memória, principalmente a da memória coletiva - a partir do momento em que a memória deixa a dimensão individual por fazer parte de um coletivo social. Tal conceito é fundamental para um outro entendimento acerca da dimensão social na construção da memória coletiva, proposto por Michael Pollak (1989). O autor traz a concepção de memórias subterrâneas como todos os discursos silenciados pela hegemonia da memória coletiva. Com a atenção aos grupos dominados, Pollak analisa o processo de dominação em que a *memória oficial*, ou *memória nacional*, a partir do silenciamento e esquecimento das memórias minoritárias e dominadas.

Na área da literatura, uma das maiores evidências do esquecimento enquanto protagonista é o conto de Jorge Luis Borges (2007), *Funes o memorioso*,

no qual temos a descrição de Funes, um indivíduo que ao se acidentar, perde a capacidade de esquecer. Consequentemente, sua vivência em sociedade passa a se complicar pois, segundo a personagem, esquecer é abstrair as diferenças e conseguir generalizar conceitos, alcançando um entendimento socialmente estabelecido. Funes possui sérias dificuldades com a linguagem, por não ter a faculdade de coadunar signos diferentes em um mesmo entendimento. Mesmo tratando-se de uma narrativa fictícia, anos depois o psicólogo Alexander Romanovich Luria se depara com o paciente S., um indivíduo prodígio que desde a infância tem o problema contrário a todos os outros, a dificuldade em esquecer (1987).

Visto que o esquecimento é uma personagem presente desde os primórdios da filosofia, sua compreensão enquanto suas formas e sua própria relação com o sujeito é de fundamental importância, por se tratar de um objeto fenomenológico que influencia e interfere diretamente na construção da própria ciência. Compreender, então, sua epistemologia, torna-se essencial e é a tarefa da próxima seção.

2.2 A EPISTEMOLOGIA DO ESQUECIMENTO

Para Rossi (2010, p. 28) “a história e a memória coletiva podem ser pensadas como duas pontas de uma antinomia: em que os avanços da historiografia fazem constantemente retroceder o passado imaginado que foi construído pela memória coletiva”. Assim, o que se tem como uma resultante factual das narrativas e dos conhecimentos são, na verdade, aqueles que foram perpetuados pela memória da coletividade - seja pelo triunfalismo, destruição de conhecimentos, descarte. Os esforços de reconstruir e resgatar os discursos e saberes subjugados são essenciais para difundir todos os saberes contidos nas “memórias subterrâneas” (Halbwachs, 2013).

Em nosso mundo, já não se trata mais da questão da decadência da memória coletiva e do declínio da consciência do passado, mas sim da violação brutal daquilo que a memória pode ainda conservar, da mentira deliberada visando à distorção de fontes e arquivos, da invenção de passados restituídos e míticos a serviço dos poderes da escuridão. Contra os militantes do esquecimento, os traficantes de documentos e assassinos da memória, contra os revisores de enciclopédias e conspiradores do silêncio, contra aqueles que [...] podem apagar um homem da fotografia, [...] o historiador, e somente ele, [...] pode velar e montar guarda. (Yerushalmi, 2017, p.27)

Aqui, vale ressaltar, que o objetivo deste trabalho é, também, comprovar que não só ao historiador cabe este papel de velar a memória. O profissional da informação também detém condições de reestruturar as formas com que o conhecimento é exposto e disseminado para que os esquecimentos deliberados sejam devidamente combatidos.

O pensar e o fazer científico, como visto, é um processo astuto em que deve se analisar não só por aquilo que é dito, mas também tudo aquilo que não se diz. Nesse campo de disputa entre saberes, o aspecto de dominação e supremacia tende a fazer parte do próprio movimento da construção do conhecimento. A concepção de conhecimento deve ser considerada, então, como um corpo que, ao ser iluminado, lança uma sombra sobre outros corpos. Nessa preocupação de compreender o movimento de conflito e dominação entre os saberes, Boaventura de Sousa Santos (1999, 2007, 2010a, 2010b, 2019) elucida questões deste campo de disputa para uma linha divisória entre paradigmas, no qual a dinâmica da ciência é um produto e produtora das relações sociais e do próprio reflexo da sociedade.

Antes de adentrar neste campo de disputa de Santos, é importante frisar o conceito de paradigma, principalmente a partir de Thomas Kuhn (1991). Paradigma é termo muito presente área das Ciências Humanas, comumente definido a partir dos vocábulos *exemplo, modelo, padrão* (Silva Neto, 2011). Segundo o autor, os paradigmas são as estruturas mentais constituídas de teorias, experiências, métodos e instrumentos que traduzem, de certa forma, a realidade em um discurso lógico. Para Edgar Morin (2000), os paradigmas são aplicados tanto ao pensamento científico quanto nas atividades humanas, a partir do momento que os paradigmas são tanto subterrâneos quanto soberanos dentro do conhecimento científico, sendo as estruturas mentais que problematizam, sistematizam e preconizam fenômenos experienciados.

Santos (2019) também apresenta um estudo denso sobre os paradigmas do momento atual da ciência, indicando que essa se encontra em uma crise paradigmática, dado que os reflexos sociais advindos do paradigma vigente entram gradativamente em colapso. Centrado em estudos Epistemológicos, Boaventura traz um novo olhar sobre a relação direta entre o paradigma vigente e as relações sociais predominantes, sendo necessário uma contextualização de seus estudos.

A epistemologia é uma vertente da filosofia que possui um forte interesse na concepção normativa na investigação da natureza, pontos de partida e sua

validade dentro do processo de construção do conhecimento. Esse ramo busca fundamentar os princípios básicos de produção do conhecimento, suas aplicações, métodos, desenvolvimento e organização.

Para a filosofia da ciência, a epistemologia, o conhecimento é a crença envolvida em uma asserção de verdade justificada, sendo a verdade um processo de revelação da realidade para indivíduo que passa a comprovar sua validade por replicações e observações que justifiquem a crença. Desta forma, o esforço de compreender o percurso realizado pela construção dos saberes faz da epistemologia uma necessidade que busca refletir todos os procedimentos envolvidos na construção do conhecimento, bem como suas influências, aspectos históricos, evolução e impactos na própria concepção de conhecimento.

Por volta do século XVI houve um dos principais impactos em todo o pensamento científico, conhecido como Revolução Científica. A partir das contribuições de Nicolau Copérnico no campo da Astronomia e Isaac Newton no campo da Física e Matemática, o surgimento da Ciência Moderna tomou forma e ditou as produções científicas seguintes, como visto em Galileu Galilei, René Descartes e Francis Bacon (Santos, 2010a). Neste período, o pensamento científico pautava-se na concepção de que a ciência vem de um processo empírico e, conseqüentemente, à parte do senso-comum. Para Abbagnano (2003), o conhecimento científico é aquele que contempla uma garantia de própria validade em sua produção. Neste raciocínio, o conhecimento científico parte de hipóteses, métodos de investigação, princípios reducionistas, objetivismo, validação e falibilidade, nunca sendo definitivo.

A partir da revolução científica, a epistemologia passou por um novo processo de síntese, de acordo com Japiassú (1997), com base na experimentação e na matemática. Desta forma, o pensamento científico, além de negar a importância do senso comum e dos conhecimentos não pautados no rigor científico do pensamento moderno, passou a engessar o próprio desenvolvimento científico, dado que sua delimitação do conhecimento destituiu diversos outros saberes importantes e que muito contribuíram para a sociedade.

Santos (2010a) caracterizou este pensamento como uma ordem científica hegemônica, a partir deste modelo de racionalidade advindo da revolução científica do século XVI, com sua restritividade à formulação de leis no âmbito das ciências naturais. Mas foi esse mesmo avanço da ciência moderna que trouxe sua crise iminente, dado que o aprofundamento, entendido por especialização, dos

conhecimentos propiciou uma percepção da fragilidade de seus fundamentos científicos, como visto a partir de Einstein (com sua Teoria da Relatividade) e Gödel (com o Teorema da Incompletude). Tais novas percepções em relação à própria ciência foram fundamentais para a fragilização do chamado paradigma dominante (Santos, 2010a). Mas para entender melhor esse processo de transição do pensamento científico hegemônico para uma nova forma de pensar, é fundamental compreender a própria natureza do paradigma dentro do pensamento científico.

O termo paradigma teve sua popularização a partir de Thomas Kuhn, na década de 60, em “A Estrutura das Revoluções Científicas” (1991), sendo entendido como um conjunto de pressupostos universalmente reconhecidos e partilhados sobre o método científico, oferecendo um modelo de problematização e solução de questões de uma forma cientificamente aceitável. É uma espécie de teoria que possui seus métodos, regras e formulações que são compartilhadas e passíveis de uso no fomento do pensamento científico. Para Kuhn (1991), o paradigma não é uma proposta formulada para uma simples solução de problemas; é o resultado de um processo gradativo e cíclico impregnado na natureza da ciência. Em um primeiro momento, há a existência de uma fase pré-paradigmática, consistindo em uma divergência de pensamentos na forma de abordagem de determinados fenômenos. É um período de disputa das teorias em busca de uma melhor explicação, descrição, classificação e desenvolvimento de técnicas que contribuam para seu entendimento.

A partir da instauração de um paradigma, há uma transição de fase pré-paradigmática para a fase de ciência normal. Neste momento há uma concepção estruturada sobre as discrepâncias de pensamentos na fase anterior, e uma asserção reconhecida entre os pesquisadores acerca de determinado fenômeno. Aqui, o paradigma é instaurado a partir quase que de uma forma tácita, pois para o entendimento do paradigma é necessário já se inserir no pensamento do paradigma. Desta forma, pode-se retomar a crise do paradigma dominante, proposto por Santos (2010a), por apresentar tais características: sua validade é reconhecida de forma endógena.

Este paradigma deve apresentar, por exemplo, uma ontologia (categorias gerais de determinado fenômeno), princípios teóricos (leis gerais que regem o fenômeno e que se conectam a outras teorias) e metodologia (padrões do comportamento científico que pautam o futuro do paradigma). Tais estruturas do

paradigma sustentam a existência e atuação da ciência normal, em seu processo investigativo.

A partir do momento em que, dentro do paradigma vigente, há lacunas não contempladas pela investigação científica da ciência normal, há um novo processo de transição do pensamento científico. Segundo Kuhn (1991), quando a teoria paradigmática não preenche essas lacunas, chamadas de anomalias, e que, a partir disso, fragiliza a validade do paradigma vigente, um movimento de substituição paradigmática se instaura. Chamado de crise, esse momento consiste em um novo período de discussão e debates entre pesquisadores, diante de problemas persistentes aos conceitos estabelecidos. Em busca de novas formas de responder às anomalias, mas diferente da fase pré-paradigmática em que há uma ausência paradigmática, as discussões produzem novos constructos teóricos que contemplem as características de um novo paradigma, entendido como fase de revolução. Nesse processo cíclico, os paradigmas são concebidos, aplicados, questionados, dissolvidos e reconstruídos, movimentando a própria evolução da ciência.

A partir deste entendimento de Kuhn acerca dos paradigmas, é possível compreender a proposta de análise do discurso científico proposto por Santos (2010a). Como produto da ciência moderna, o paradigma dominante é aquele que se estabeleceu a partir da racionalidade científica, como visto anteriormente, e que limitou a percepção de conhecimentos válidos a partir da distinção entre conhecimento científico e senso comum. Posteriormente, com o surgimento de diversas anomalias e a incidências de diversos outros estudos que contemplavam tais anomalias, um movimento de crise do paradigma dominante passou a se instaurar.

Neste novo ambiente de discussão e debate de novas formas de pensar e agir cientificamente, Santos (2010a) destaca o surgimento de um novo possível paradigma, o emergente. Situado em um momento de crise da ciência, o paradigma emergente traz uma nova realidade não só para o conhecimento científico, mas também para o contexto social.

Segundo Santos (2010a), O novo paradigma tem por base as seguintes teses:

- todo o conhecimento científico-natural é científico-social: dissolução da linha divisória entre ciências sociais e ciências da natureza;
- todo o conhecimento é local e total: não sendo descritivista ou

- determinista;
- todo o conhecimento é autoconhecimento: fim da distinção entre sujeito e objeto;
- todo conhecimento científico visa a constituir-se em senso comum: aceitação da pluralidade dos conhecimentos.

Thomas Kuhn (1991), por exemplo, ressalta que a ciência é algo intrinsecamente propriedade de um determinado grupo. Os manuais científicos expõem tal relação por serem estruturados a partir de informações fragmentadas que descrevem um percurso científico tradicional expondo, assim, a dimensão do esquecimento dentro do saber científico. Reforçando tal concepção, Rossi (2010, p. 198) frisa que é provável os conhecimentos esquecidos ou apagados sejam iguais ou mais numerosos “do que as coisas em que os cientistas acreditam, recordam e transmitem como verdadeiras”.

O conhecimento é acumulado não em sua totalidade, mas em partes selecionadas que correspondem aos discursos científicos e sociais do período vigente. A construção de novos conhecimentos também parte de desconstruções e ocultamentos prévios e refutações lógicas para a consolidação de um novo saber. Concomitante, outras formas de perda de conhecimentos podem ocorrer por meio do esquecimento.

Ricœur (2007) emprega a compreensão de apagamentos de rastros documentais como um movimento de ocultamento daquilo que não deve ser circulado, pluralizado, disseminado. Esse impedimento imposto advém, segundo Michel (2010) de quatro possíveis categorias do esquecimento. O esquecimento omissão é proveniente da seleção dos conteúdos tidos como inúteis. O esquecimento-negação à traumas relacionados a certos fatos, sendo preferencialmente subjugados ao ostracismo da lembrança. O esquecimento manipulação vem do processo de articulação da construção do conhecimento na busca de enaltecer ou silenciar certos fatos. O esquecimento destruição provém da construção de uma memória oficial hegemônica e aniquilação das memórias coletivas ou, em bibliotecas, a destruição de obras. Macedo (2013) busca a construção teórica do esquecimento enquanto fenômeno social, a partir do momento em que entende “o estudo deste fenômeno aplicado à Ciência da Informação deve levar à uma reflexão sobre a função social dos profissionais da informação na preservação, divulgação [e] acesso” aos conhecimentos.

O esquecimento pode ser analisado a partir de seu papel de autoproteção do organismo, como abordado por Pergher e Stein (2003). Kotlay (2016) apresenta uma interessante perspectiva sobre a temática do conhecimento e do volume informacional existente na atualidade. Segundo o autor, a sobrecarga informacional (*Information overload*) é um impedimento para usar, de forma eficiente, a informação. Desta forma, torna-se pertinente mecanismos que auxiliem os processos de representação e recuperação da informação de maneira adequada.

Para Ricœur (2007) o esquecimento é um fenômeno danoso e lacunar, no qual aquilo que não é evidenciado enquanto existente, cai na obliedade e na não existência. Para Santana (2012), os próprios sistemas de classificação do conhecimento ocupam o patamar decisório entre o esquecimento e ocultamento de certos conhecimentos, trazendo a invisibilidade de múltiplos saberes.

2.3 ESQUECIMENTO COMO APAGAMENTO

Para Burke (2003, 2012), o processo de aquisição e acúmulo de conhecimento apresenta um risco de triunfalismo, por parte dos indivíduos produtores e disseminadores de conhecimento, destacando e enaltecendo certos aspectos e conteúdos informacionais, tidos como relevantes, em detrimento a outras formas do saber. Para Burke, todo o conhecimento dominante é estruturalmente moldado por todos os outros conhecimentos excluídos ou eliminados por ele. A agnotologia e a amnésia estrutural são campos de estudo (a primeira voltada ao estudo da ignorância, a segunda como processo de exclusão de certos conhecimento tidos como inúteis em um determinado momento) que resgatam tais reflexões acerca da dualidade entre aquilo que é tido como conhecimento útil e aquilo que é esquecido ou silenciado, enquanto conhecimento classificado como irrelevante.

O movimento de acréscimo de conhecimento é paralelo ao movimento de subtração do mesmo. A transferência de manuscritos e transposição de coleções demonstram não só uma somatória à fonte receptora de tais conhecimentos, mas também a de perda de conteúdos valiosos para demais culturas e localidades. A extinção de línguas locais, destruição de documentos e objetos representam, também, o lado sombrio dos conhecimentos aceitos e rejeitados. Outros saberes são perdidos naturalmente, a partir do surgimento de tecnologias mais avançadas que substituem formas de produção obsoletas. Burke (2012) concentra seu estudo em três processos

de perdas do conhecimento, sejam deliberadas ou involuntárias: o ocultamento, destruição e descarte.

O conhecimento, muitas vezes, acaba sendo oculto, seja por ser um conhecimento técnico relacionado a um segredo de ofício ou por inovações tecnológicas competitivas. Na política e economia, o confidencialismo das informações tornou-se artimanha para o ocultamento do conhecimento. A censura, outro dispositivo de ocultamento, proibiram a circulação de materiais informativos como forma de impedir a disseminação de informações indesejáveis. Os segredos de estado, principalmente as estatísticas coletadas pelos governos, também passavam por um ocultamento a partir da prerrogativa de que as informações pudessem ter seu uso para além das tabelas estatísticas. A proteção de dados por meio dos bancos europeus restringia as informações sobre seus clientes. As tecnologias também passaram não só a coletar informações, mas ocultá-las. *Spyware*, *anti-spyware* e *firewalls* foram formas de ocultar informações e bloquear acessos. A disseminação de conhecimentos falsos também passou a integrar as mecânicas de ocultamento do conhecimento, pela prática da desinformação. Há, também, casos de extravios, como formas de perder informações específicas, principalmente decorrente dos excessos de armazenamento, como são os casos de correspondências, dispositivos de armazenagem [CDs e drives] e aos grandes volumes de informações perdidas pela internet.

Os conhecimentos tácitos são muito suscetíveis à perda, por fazerem parte das mentalizações do sujeito, além de serem filtrados na transmissão oral. Outra negligência na transmissão de conhecimento foi casos como a morte de línguas não registradas ou de povos que não deixarem registros acerca dos conhecimentos acumulados. Essas destruições podem ocorrer de forma acidental [como o caso de incêndios acidentais em bibliotecas, destruição de sítios arqueológicos durante construções modernas ou de locais históricos na busca de objetos valiosos, expondo-os ao ar depois de muitos anos] ou intencional [destruição de documentos, destruições de discos rígidos para apagar informações, incêndios criminosos, depredações, guerras, ou formas mais sutis como deslocar objetos, sendo que esta retirada privava o valor cultural dos mesmos, sem detalhamento de seus conteúdos informacionais ou descritores].

O descarte de conhecimento ocorre a partir do momento em que o mesmo é julgado como obsoleto. Esse movimento de esquecimento – enquanto abandono de

crenças obsoletas – é o reflexo de uma rapidez na construção de novos saberes, pois as descobertas aceleram o processo de desatualização de certas informações. Esta *destruição criativa* é uma forma de condensar novos conhecimentos que estejam aptos a responderem questões de forma mais válida. Desta forma, o descarte pode ser, de certa forma, positivo para o processo de construção de novas concepções. Os conhecimentos descartados são, assim como os vigentes, extremamente importantes para compreender seu processo de construção bem como a historicidade do conhecimento. Objetos e indivíduos também passam pelo descarte, a partir do momento em que suas contribuições não estejam condizentes ao pensamento do período ou a certos aspectos culturais do conhecimento.

Na história das bibliotecas e enciclopédias, o processo de destruição de conhecimentos, seja por não estarem de acordo com o pensamento vigente ou por serem classificados como obsoletos, passam a ser descartados ou destruídos (Burke, 2012). Os bibliotecários, na tentativa de incluir os grandes volumes de obras sendo inseridos em seu acervo, passavam a adotar o comportamento de dar baixa em certos livros, como forma de aumentar seu espaço físico para novos conhecimentos. Dessa forma, a longevidade das ideias poderia ser medida pelo tempo em que as obras eram presentes nos acervos bibliotecários. Nas enciclopédias ocorreu o mesmo movimento, no qual a busca por uma atualização dos temas presentes implicava no descarte de certos assuntos, ocorrendo até mesmo em enciclopédias digitais, que se adaptam melhor a possíveis faltas de espaço.

Não só conhecimentos são descartados, mas paradigmas e ideias também passam pelo mesmo processo, seja por razões intelectuais ou sociais. Com o avanço das teorias e o surgimento de novos paradigmas, àquilo que passou a ser entendido como obsoleto ou inconsistente passou a ser descartado dentro das áreas do conhecimento. O processo de desqualificação, proposto por Foucault, a partir do momento em que um conhecimento, método ou teoria é compreendido como não científico ou não válido, para que o conhecimento tido como legítimo pudesse ser classificado enquanto ortodoxo ou científico. Burke (2012) ressalta quatro ciências que passaram por processos de perda a partir do historicismo, da evolução científica, do aprimoramento das metodologias científicas e outros fatores fomentadores de uma perda do conhecimento, ou parte dele, como no caso da astrologia, frenologia, parapsicologia e eugenia, ou estudos das raças.

A concepção das ciências e das pseudociências variam de acordo como a época e local desta classificação. Essa instauração de uma fronteira entre o conhecimento válido e o desqualificado ocorre rotineiramente, desde exclusões curriculares ou recusa de artigos submetidos e avaliados pelos pares. Temáticas ou campos de estudos passam a ser rejeitados a partir da definição e delimitação do que é o conhecimento científico e aquele que não se enquadra em tal definição. Em específico, no caso da astrologia, houve um movimento de descarte a partir do século XVII, mas acabou sendo reintegrada às discussões a partir do século XIX, com uma atualização temática e aproximação aos métodos científicos (Burke, 2012, p. 170-171). A diferenciação da antiga astrologia à repaginada consistia no sincretismo deliberado, usando a linguagem científica e a retórica. Atualmente, sistemas computadorizados geram horóscopos personalizados como forma de acessibilizar esse conhecimento. Alguns astrólogos integravam a hipnose, psicologia jungiana. Essa astrologia sincrética teve uma nova retomada na década de 60, durante o movimento New Age. A astrologia, portanto, paradoxalmente sobreviveu por mesclar relações com o método científico à resistência ao progresso.

Já a frenologia não obteve a mesma repercussão. Voltada ao estudo do cérebro, entendido como um complexo de aproximadamente 37 órgãos distintos, enquanto sede compartimentada de sentimentos (Burke, 2012, p. 173-174)). O tamanho de cada setor implica na potência de tal faculdade e, conseqüentemente, implicando no formato do crânio. Desta forma, as dimensões do crânio eram um guia descritivo da natureza cerebral, bem como as relações de causalidade a partir de seus formatos. Como forma de previsão e análise das potências humanas a partir do estudo do crânio, a frenologia evoluiu para uma filosofia social. Seu nascimento na era das medições exatas acabou sendo a base de seu enfraquecimento, pois com o aumento dos estudos relacionados ao crânio ocasionou seu declínio acelerado. Mesmo assim, a frenologia fez e ainda faz parte do sistema de Classificação Decimal Dewey, persistindo enquanto ciência de estudo de raças, criminalidade, incrustado na cultura popular.

A parapsicologia surgiu por volta do século XIX, como o estudo da telepatia, mesmerismo, mediunidade e eventos sobrenaturais. Inicialmente, a parapsicologia era aceita no ambiente erudito e não compreendida enquanto pseudociência, devido ao grande número de intelectuais notáveis que apoiavam seus estudos (Burke, 2012, p. 174-175). Um dos principais estudiosos na área, Joseph Rhine, desenvolveu um

método para o estudo da telepatia (ou percepção extra-sensorial – ESP) muito bem aceito, sendo publicado em um jornal acadêmico da área. Posteriormente, seus estudos foram descredibilizados a partir de relatos de falsificação de resultados e voluntários escolhidos pelo próprio pesquisador. Mesmo assim, o *Journal of Parapsychology* ainda circula e alguns conceitos passaram a ser integrados por outras disciplinas, como a concepção de múltiplas personalidades.

Por último, o estudo de raça e eugenia também tiveram seu apogeu e declínio dentro da comunidade científica (Burke, 2012, p. 175-178). Com seu berço na frenologia, o estudo do crânio de indivíduos de raças distintas, em busca das diferenciações de formato e suas correlações comportamentais, passaram a representar o entendimento da raça como um todo. Tais estudos passaram a ser foco de interesse da eugenia e dos programas de aprimoramento racial. Na Alemanha, como o surgimento da Sociedade para a Higiene Racial, a eugenia passou a ser um movimento mundialmente influente, passando para um estatuto de ciência e disciplina científica autônoma. Com seu ápice na Alemanha nazista, a eugenia passou por um declínio severo. Com refutações científicas, a eugenia passou a ser tabu, sendo substituída por termos como “genética humana” e “biologia social”. Mesmo com sua queda, a eugenia ainda possui reflexos na ciência atual, com o conceito de raça inserido em muitos campos científicos ou em práticas científicas, como a arqueologia.

Os quatro exemplos possuem distintos desfechos. A astrologia teve seu início enfraquecido, mas seu crescimento com o passar do tempo, passando a integrar o mundo acadêmico por um período de tempo e se reencontrando em outros nichos. A frenologia não teve sua inserção nas academias, mais foi incorporada por muitos cientistas, culminando em estudos raciais. A parapsicologia foi marginalizada nas universidades por muito tempo, mas persistiu com o apoio de muitos cientistas, até encontrar seu declínio. A eugenia foi atrelada à razões políticas, sendo muito forte no período das guerras mundiais.

Uma boa metáfora do apagamento pode ser encontrada no conto satírico do escritor alemão Heinrich Böll, *Der Wegwerfer*, traduzido como *The Thrower-Away* (SCHMIDT, 2020). Essa pequena história narra a vida de um homem que trabalha em um porão de uma empresa de seguros e sua profissão consiste em selecionar dentre as correspondências recebidas, quais são úteis e devem ser repassadas e quais são descartáveis, podendo ser apagadas dos registros internos. Com o passar do tempo, sua tarefa de descartador, que dá nome do conto, faz com que sua percepção daquilo

que é descartado seja maior do que aquilo é disseminado pelas correspondências. Obcecado, então, por calcular todos os custos atrelados ao seu descarte - desde preços de envelope, salários de editores e criadores, elásticos, tintas de impressão, etc. – fazendo com que cada perda tenha seu valor relatado.

O que este trabalho busca fazer é a mesma ação que a personagem de Böll faz: dentro da ciência que produz e descarta rapidamente conhecimentos, buscamos então calcular as perdas e, posteriormente resgatá-las enquanto conhecimentos válidos e permanentes. Neste contexto, uma ciência voltada para esse processo de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, bem como para o seu compartilhamento, tornou-se fundamental para um repensar a lógica de construção e disseminação do conhecimento, a Ciência da Informação.

A Ciência da Informação (CI) surgiu de uma problemática informacional (Araújo, 2018) por volta da década de 1960, porém, antes deste marco histórico, vislumbres dessa nova ciência já eram evidentes. Os indícios sobre a preocupação humana relativa à construção de um inventário das produções humanas se remontam desde a Idade Antiga, mas, segundo Robredo (2012, p.39),

remontar aos babilônios e às tabuletas de argila, passando pela Biblioteca de Alexandria, pelos papiros e incunábulos e, naturalmente pela imprensa de Gutemberg, para sentar as origens e retrazar a história das bibliotecas, chegando, num *continuum* evolutivo um pouco forçado até a ciência da informação

faz com que os sustentáculos fundamentais da CI sejam mais incisivos em meados do século XX.

Com as contribuições de Paul Otlet e Henri La Fontaine – especificamente na organização da primeira Conferência Internacional de Bibliografia e a fundação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) – o movimento de construção da narrativa das produções humana deu-se início. Posteriormente, a transição do IIB para Instituto Internacional de Documentação (IID), a fundação da *American Documentation Institute* (ADI) e a transição do IID para Federação Internacional de Documentação, promoveram a transição da bibliografia para a documentação, junto a publicação de Paul Otlet (2018) intitulada *O Tratado de Documentação: o livro sobre o livro, teoria e prática*.

Associado a isso, tivemos o período de explosão informacional após a Segunda Guerra Mundial, o fortalecimento da biblioteconomia enquanto disciplina que

busca registrar as informações que transitam, o início dos trabalhos dos primeiros cientistas da informação - cientistas que buscavam produzir índices, resumos e canais de transmissão dos conhecimentos produzidos - , a institucionalização das atividades bibliográficas e documentais, a contribuições de Mikhailov – com a disciplina da *informatika* - e o surgimentos de novas tecnologias atreladas à comunicação e a disseminação da informação. (Araújo, 2018)

Segundo Pinheiro (1997), a CI tem em sua cronologia três momentos distintos: o período sobre discussões acerca do surgimento, denominação, conceituações e definições da CI; o período de consolidação do terreno epistemológico, com a busca de princípios e metodologias próprias; e o período de proposições de métodos e teorias e, também, das discussões sobre a natureza interdisciplinar da CI. Como é possível ver, a Ciência da Informação é fruto de um processo histórico complexo, que envolve inúmeros períodos e pensamentos distintos, mas que convergem para um mesmo propósito:

Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima. (Borko, 1968, p. 1)

Embora no texto original (Borko, 1968b, p. 1) o autor use o termo *behaviour of information*, trabalharemos aqui com a tradução livre para *comportamento informacional*, dado que o conceito de comportamento, como será abordado a seguir, será referido somente a seres vivos. Para esta pesquisa, entenderemos o comportamento informacional como lógicas de conduta, passíveis de análise e interpretação por múltiplas frentes. A informação, como visto em Buckland (1991) é definida em três formas: informação como processo, informação como conhecimento e informação como coisa. O primeiro uso do conceito de informação implica o entendimento de que a informação faz parte do processo de alteração do conhecimento do usuário. A segunda concepção está relacionada ao próprio conhecimento que foi comunicado. A terceira concepção de informação está relacionada a “corporificação” da mesma, seja na forma de objetos, documentos e dados. O autor ainda insere uma quarta definição de informação, como sendo a de “processamento da informação”. Este último se refere aos processos de “tratamento, manuseio e a obtenção de novas formas ou versões da informação-como-coisa” (Araújo, 2018, p 72).

Um ponto interessante a ser abordado aqui é a concepção de Gazzaniga (2005) de que nossa memória é falha e podemos dividir essas falhas em dois tipos: o esquecimento e a distorção. Dentro do já estabelecido sobre o esquecimento, visto anteriormente, o autor ainda inclui dentro do comportamento de esquecer, três tipos de esquecimentos: a transitoriedade, a desatenção e o bloqueio. O primeiro estaria muito próximo à teoria de deterioração e aos estudos de Ebbinghaus (Pergher e Stein, 2003), sendo estão o esquecimento ocasionado pela passagem do tempo para o indivíduo. O segundo tipo implica problemas na recuperação da lembrança ocasionado pela codificação equivocada de determinados fenômenos, como foi visto nos estudos sobre as falhas na recuperação, a teoria dos esquemas e a teoria da interferência. O último, não tratado anteriormente, implica em um bloqueio temporário de acesso à determinados acontecimentos. Dentro das distrações, há uma subdivisão entre a má distribuição, sugestionabilidade e o viés. O primeiro está relacionado à associação de informações às fontes erradas, o segundo trata sobre dados enganosos que alteram as lembranças e o último está relacionado ao momento presente influenciando em lembranças do passado.

Uma coisa fica, aqui, evidente. A separação entre os tipos de esquecimento e os tipos de deterioração, embora todos façam parte do comportamento de esquecer, está relacionado a dois polos observáveis distintos. A transitoriedade, a desatenção e o bloqueio são fatores externos ao indivíduo, mas que interferem diretamente em suas formulações de lembranças. Mas, é importante frisar, que nos três casos, as variáveis tempo, concentração e fenômenos internos são impossíveis de serem acessados e controlados dentro de uma possível ação interventiva que previna o esquecimento. Já o segundo grupo acerca do comportamento de esquecer, a má distribuição, a sugestionabilidade e o viés são passíveis de influência dentro de uma ambientação específica. Em outras palavras, a atribuição de fontes erradas à certas informações, a produção de dados enganosos e a interferência de concepções presentes para a reprodução do passado são, além de eventos que ocorrem internamente no indivíduo e não possível de controle, também eventos externos ao indivíduo que possam ser manipulados e controlados.

3 A ORGANIZAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Dentro da gama de ações desenvolvidas pelos profissionais da informação, a organização do conhecimento, presente nos estudos da CI, estão diretamente associadas aos modos como o conhecimento é “disposto em assuntos em toda parte onde se deseja a sua sistematização ordenada para atingir determinado propósito” (Lima e Alvares, 2012), sendo estrutura “e organiza sistematicamente unidades do conhecimento (conceitos) segundo seus elementos de conhecimento (características) inerentes e a aplicação desses conceitos e classes de conceitos ordenados a objetos/assuntos” (Dahlberg, 1993, p. 12, tradução nossa), e também relacionado aos processos de descrição, indexação e classificação (Hjørland, 2008).

A falta de clareza nos termos "organização do conhecimento" e "organização da informação" tem sido uma preocupação recorrente na Ciência da Informação (Medeiros e Café, 2008), suscitando debates e reflexões no âmbito de diferentes contextos acadêmicos e profissionais. Essa ambiguidade terminológica é observada em instituições, grupos de pesquisa, disciplinas e cursos relacionados à área, evidenciando a necessidade de uma delimitação conceitual mais precisa.

A análise desses termos revela uma sobreposição em seu uso, sendo, por vezes, empregados como sinônimos, o que gera confusão e falta de consenso no campo da Ciência da Informação. Essa falta de consenso é especialmente notável em contextos nos quais ambos os termos são utilizados de forma conjunta, como "organização da informação e do conhecimento". Essa problemática terminológica destaca-se como uma questão central na definição do escopo da Ciência da Informação. Autores como Giuliano (*apud* Robredo, 2003) e Shera e Cleveland (*apud* Robredo, 2003) estabelecem a Ciência da Informação como responsável pela reunião, organização sistemática, armazenamento, recuperação e disseminação do conhecimento. No entanto, a aposição e a falta de distinção clara entre "organização do conhecimento" e "organização da informação" dificultam a delimitação efetiva do escopo dessa disciplina.

A proposta conceitual preliminar apresentada por Medeiros e Café (2008), a partir do conceito de Fogl (1979) sobre informação e conhecimento, estabelece bases sólidas para a compreensão dos domínios de organização da informação, organização do conhecimento, representação da informação e representação do

conhecimento. A intenção foi contribuir para a ampliação da discussão e oferecer uma perspectiva que permita avançar na compreensão e delimitação desses conceitos.

As ambiguidades conceituais na Ciência da Informação constituem um desafio persistente que permeia as discussões acadêmicas e profissionais no campo. Essa problemática não apenas reflete a complexidade inerente à natureza da informação e do conhecimento, mas também destaca a necessidade premente de uma reflexão crítica sobre os fundamentos teóricos subjacentes. Nesse cenário, repensar os conceitos torna-se vital para consolidar a identidade epistemológica da área. A clareza conceitual não apenas orienta práticas mais consistentes, mas também fortalece o diálogo interdisciplinar.

A reflexão sobre compreender os conceitos de informação e conhecimento é uma etapa crucial nesse processo de esclarecimento conceitual. Fogl (1979) destaca a necessidade de entender a informação como algo mais do que dados organizados, enfatizando seu papel na construção do conhecimento. Esta visão destaca a natureza interativa e interpretativa da informação, enfatizando seu papel central na formação do conhecimento. A ideia de que a informação é mais do que a soma de seus elementos constituintes ressoa na contemporaneidade, influenciando debates sobre a essência da informação na era digital.

Para Mederios e Cafe (2008), entender esses termos como entidades distintas é fundamental para uma abordagem mais precisa e eficaz na Organização da Informação, Organização do Conhecimento, Representação da Informação e Representação do Conhecimento. Dados são elementos brutos e objetivos, enquanto informação emerge da interpretação e organização desses dados, adquirindo um significado relevante para um contexto específico. Por sua vez, o conhecimento vai além, envolvendo a assimilação e internalização da informação, contribuindo para a tomada de decisões e a resolução de problemas.

Essa distinção é relevante não apenas teoricamente, mas também na prática, orientando as atividades de organização e representação. A clareza conceitual sobre esses termos subsidia metodologias mais eficazes de catalogação, indexação e recuperação da informação, por exemplo.

3.1 ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Diante das ambiguidades conceituais discutidas na seção anterior, é crucial propor uma demarcação clara entre Organização da Informação (OI) e Organização

do Conhecimento (OC). Essa distinção, apresentada por Medeiros e Café (2008), busca proporcionar clareza terminológica e conceitual. Enquanto a OI concentra-se nas atividades de catalogação, indexação e recuperação da informação, a OC abrange uma dimensão mais ampla, englobando a representação e estruturação do conhecimento de maneira mais abstrata e contextualizada.

A delimitação entre OI e OC engloba o esforço de compreender com precisão as atividades que fazem parte da CI. Ao reconhecer que a informação é uma matéria-prima para o conhecimento, a OI e OC emergem como uma disciplina que abrange tanto aspectos técnicos quanto conceituais. Essa proposta delimitadora oferece, assim, uma base sólida para orientar as práticas e pesquisas no campo, fortalece sua coerência interna, ao mesmo tempo em que amplia suas possibilidades de aplicação, contribuindo para o desenvolvimento contínuo da CI.

O processo de individualização de objetos informacionais constitui uma etapa da Ciência da Informação, envolvendo a atribuição de identidade e singularidade a entidades que carregam consigo significado e relevância informacional. Essa individualização é fundamental para a posterior organização e recuperação eficiente da informação. No contexto desse processo, é importante considerar a contribuição de Buckland (1991), que destaca a importância em compreender a natureza dos objetos informacionais e os desafios associados à sua representação.

A descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais é uma faceta intrínseca desse processo de individualização. Esta etapa abrange não apenas a identificação de características tangíveis, mas também a compreensão dos elementos conceituais e contextuais que compõem a informação. Medeiros e Café (2008) salientam a necessidade de uma abordagem compreensiva nesse contexto, reconhecendo a interconexão entre as dimensões físicas e conceituais dos objetos informacionais. A descrição física refere-se à toda e qualquer identificação de atributos tangíveis, enquanto a descrição de conteúdo busca capturar as nuances semânticas e contextuais que enriquecem a informação.

A produção sobre o conceito de representação da informação emerge como um desdobramento natural desse processo. Representar a informação implica traduzir sua complexidade em formatos acessíveis e significativos, facilitando sua compreensão e utilização. Buckland (1991) e Frohmann (1992) oferecem insights sobre a natureza representacional da informação, destacando a importância de

considerar as dimensões cultural e social nesse contexto. A representação da informação, desta forma, vai além da transcrição de dados, abraçando a interpretação e a contextualização como elementos essenciais. Assim, a representação da informação não é um processo neutro, mas uma construção que reflete valores, contextos e perspectivas. Ao interpretar e contextualizar dados, ampliamos seu significado e potencial de uso, tornando a informação mais relevante e conectada às necessidades sociais e culturais.

A OI é um processo essencial para a eficácia dos sistemas de recuperação da informação, como destacado por Svenonius (2000). A autora ressalta que a inteligência adotada na organização é diretamente proporcional à eficácia do sistema de recuperação. Segundo Svenonius (2000, p.11), o objetivo central de um sistema de organização da informação é agrupar informações semelhantes e distinguir aquelas que não são exatamente semelhantes, sendo alcançada por meio da descrição física e de conteúdo. Shera e Egan (1961) complementam essa perspectiva, definindo que os processos de documentação, incluindo bibliografias, serviços de resumos, índices e classificação, têm como objetivo a individualização de um item específico em meio a uma vasta literatura

Para Svenonius (2000), a descrição é um elemento-chave na organização da informação, sendo essencial para tornar a informação organizada. A descrição bibliográfica utiliza uma linguagem bibliográfica que se desdobra em que descrevem tanto a informação quanto o documento físico que a contém. Le Coadic (2004) adiciona uma distinção útil ao abordar a descrição física e de conteúdo. Ele destaca que esses métodos visam extrair do documento um conjunto de palavras que representam o documento de forma condensada, remetendo tanto à origem quanto ao conteúdo do documento.

A OC desempenha um papel crucial, destacando-se pelo processo complexo de modelagem do conhecimento. Esse processo não se limita apenas à catalogação e classificação; ele abrange a estruturação do conhecimento de forma a refletir sua complexidade e interconexões. Autores como Svenonius (2000) e Dahlberg (2013) oferecem perspectivas sobre a importância da modelagem do conhecimento, salientando a necessidade de considerar diferentes abordagens e estratégias para capturar a riqueza e a diversidade do conhecimento.

A construção de representações do conhecimento desenvolve-se como um aspecto intrínseco da organização do conhecimento, da mesma forma que a

representações da informação são lidadas à organização da informação. Essas representações do conhecimento, muitas vezes manifestadas em formatos como ontologias e taxonomias, visando estruturar e facilitar sua compreensão e recuperação do conhecimento. Medeiros e Café (2008) ressaltam a relevância desse processo ao explorar as nuances da organização do conhecimento, destacando a interrelação entre a modelagem do conhecimento e a construção de representações que ultrapassam a simples categorização.

A análise do conceito de OC e suas características é essencial para uma compreensão aprofundada desse campo. Dahlberg (2013) contribui para esse entendimento, examinando aspectos como a natureza dinâmica do conhecimento, suas diferentes formas e as estratégias para representação efetiva. A análise crítica dessas características proporciona novos entendimentos aos profissionais da informação, permitindo uma abordagem mais informada e contextualizada na organização e acesso ao conhecimento.

A OC emerge como um domínio de estudo essencial no âmbito da Ciência da Informação, refletindo a complexidade intrínseca dos processos informacionais. Nesse contexto, a ênfase na importância social, política e econômica dessa disciplina ressalta sua relevância na sociedade contemporânea (Santos, Neves e Souza, 2019). No escopo social, a OC desempenha um papel fundamental na estruturação da informação para atender às necessidades das comunidades. A maneira como o conhecimento é organizado influencia diretamente a acessibilidade e a compreensão por parte dos diversos grupos sociais. A criação de estruturas eficientes de organização facilita a disseminação da informação, promovendo a inclusão e o acesso equitativo ao conhecimento.

No âmbito político, a OC se revela como uma ferramenta estratégica para a tomada de decisões informadas. Governos, instituições e órgãos reguladores dependem da organização eficaz do conhecimento para formular políticas públicas embasadas em evidências sólidas. A capacidade de estruturar e representar o conhecimento contribui para uma gestão mais eficiente e transparente, promovendo o desenvolvimento social. No contexto econômico, a OC desempenha um papel crucial na inovação e competitividade. Empresas e indústrias dependem da organização eficiente de informações para impulsionar a pesquisa e o desenvolvimento. A criação de ambientes propícios à geração e aplicação do

conhecimento resulta em avanços tecnológicos, impulsionando o crescimento econômico e a sustentabilidade (Garcia Gutiérrez, 2018).

A compreensão aprofundada da OC, portanto, avança as fronteiras da CI, estendendo-se a esferas fundamentais para o progresso social, político e econômico. Seu impacto reflete-se na construção de sociedades mais informadas, na formulação de políticas mais eficazes e na promoção da inovação, consolidando seu lugar como um domínio de estudo indispensável para enfrentar os desafios contemporâneos. Essa interconexão entre a OC e os aspectos social, político e econômico ressalta a relevância e abrangente desse campo na atualidade.

A OC proporciona, então, uma estrutura fundamental para a compreensão e disseminação do saber. No âmbito da classificação e estruturação do conhecimento, busca-se expor ideias de maneira lógica e organizada, representando um processo diretamente ligado à evolução histórica da construção do conhecimento humano, a partir de diversos processos, principalmente o de classificação.

O processo de classificação, conforme apresentado por Santos, Neves e Sousa (2019), é mais que uma atividade técnica, é uma intenção de expor ideias de forma coesa e sistemática. Através desse artifício, desenvolvem-se construções lógicas e categorizações que, por séculos, têm sido instrumentos essenciais na reflexão e representação do conhecimento. Assim como visto na seção anterior, tais construções refletem a própria estrutura do conhecimento, evidenciando a busca contínua por ordenação e compreensão.

Pombo (1998) destaca a relevância da classificação na orientação em relação ao mundo, estabelecendo hábitos, reconhecendo lugares, espaços, seres e acontecimentos. A partir da classificação, cria-se uma estrutura que permite agrupar, ordenar e relacionar elementos, facilitando a compreensão e a interação com o conhecimento. Foucault (2007) adiciona uma camada extra a essa discussão ao questionar a proveniência do hábito humano de distribuir elementos diferentes e similares. Sua análise destaca que a classificação não é simplesmente um ato de ligar elementos, mas uma prática ligada à necessidade humana de aproximar e isolar, de averiguar e ajustar conteúdos concretos. Assim, a classificação, ao buscar compreender a variedade, contribui não apenas para a ordenação, mas também para a construção de significados e relações dentro da sociedade.

A classificação é manifestação da mente humana na busca por compreender e estruturar o mundo. Historicamente, como destacado por Santos

(2010a. p. 28), "Conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou." A separação e classificação de elementos são essenciais para a análise e síntese, contribuindo para a construção do conhecimento. Classificar não é apenas um ato técnico, mas um processo cognitivo que molda nossa percepção da realidade. Ao organizar elementos e estabelecer conexões, ampliamos nossa capacidade de interpretar o mundo

A importância social da OC está relacionada a uma organização social. Nesse sentido, a classificação atua como um elo entre o pensamento humano e a organização do saber. Ela não apenas estrutura o conhecimento, mas também influencia a forma como ele é acessado, compreendido e reutilizado. Assim, classificar é, em essência, uma forma de pensar e transformar o mundo em significado.

Ao longo dos séculos, a preocupação em organizar o conhecimento foi manifestada através de esquemas filosóficos e bibliográficos (Santos; Neves e Sousa, 2019). Shera (1957), conforme citado por Santos, Neves e Sousa (2019), destaca que as classificações bibliográficas desempenham um papel importante na estruturação do pensamento. A sua visão avança a simples organização de livros nas estantes das bibliotecas, enfatizando que essas classificações exercem influência direta na forma como estruturamos nossas ideias e concepções. Isso sugere que a OC, ao se manifestar nas classificações bibliográficas, não é uma atividade isolada, mas sim um componente essencial na formação da mentalidade humana.

Historicamente, a necessidade de organizar o conhecimento esteve intimamente ligada à perpetuação da memória social, como visto na seção anterior. Os esquemas de classificações filosóficas e bibliográficas refletem a preocupação do homem em estruturar o conhecimento, categorizando ideias e contribuindo para a preservação do legado intelectual das sociedades (Guimarães e Dodebei, 2002). Essa busca por ordenação e categorização não é apenas uma manifestação prática, mas uma expressão da própria necessidade humana de compreender o mundo e transmitir esse entendimento às gerações futuras.

A base ontológica da OC, segundo Smiraglia (2013) abrange desde a teoria do conceito/semântica, conectando estruturas lógicas de representações conceituais dentro da OC. Para Dahlberg (2006, p. 2), a organização do conhecimento possui os objetivos e as atividades da teoria do conceito, da classificação e da indexação, além da própria representação do conhecimento, esta compreendida como as estruturas lógicas das representações conceituais e nos tratamentos terminológicos. Santos,

Neves e Sousa (2019) ressaltam que essa base vai além da simples estruturação de informações, incorporando questões terminológicas nos sistemas voltados para domínios específicos do conhecimento. Na OC, a Taxonomia, oriunda da Biologia, estrutura termos hierarquicamente para mapear domínios, enquanto Sistemas de Classificação Bibliográfico organizam documentos. Os Tesouros, linguagens documentárias dinâmicas, facilitam a busca e navegação semântica, enquanto as Ontologias, formalizações sistemáticas de conceitos, são essenciais para representação do conhecimento semântico. A OC, portanto, não se limita à ordenação de informações, mas envolve a construção de significados dentro de domínios específicos. A interação entre taxonomias, sistemas de classificação, tesouros e ontologias reflete a busca por modelos mais precisos e eficazes de representação conceitual. Essa abordagem permite estruturar o conhecimento de forma lógica e contextualizada, favorecendo sua recuperação e aplicação. Dessa maneira, a OC se torna um campo dinâmico, capaz de evoluir conforme as demandas informacionais e tecnológicas.

A teleologia subjacente na Organização do Conhecimento está diretamente ligada aos objetivos da teoria do conceito, classificação, indexação e representação do conhecimento. Essa finalidade direciona a área para um propósito claro de facilitar a organização e acesso ao conhecimento (Santos, Neves e Sousa, 2019). Além disso, a semântica social, presente nesse contexto, se manifesta nos locais formais para o desenvolvimento e publicação de pesquisas, estabelecendo um consenso científico e cumulativo.

Os produtos da OC são todos os tipos de documentos que facilitam a busca e recuperação de registros em áreas especializadas. Podemos incluir os resumos, catálogos online de Acesso Público e índices como exemplos desses produtos, destacando a importância da representação organizada para a efetiva utilização do conhecimento. Os instrumentos, por sua vez, são ferramentas de controle terminológico que buscam padronizar a representação dos conteúdos dos documentos. Cabeçalhos de assunto, classificações bibliográficas, tesouros, ontologias e taxonomias são exemplos desses instrumentos, desempenhando um papel crucial na criação de uma linguagem estruturada e padronizada na organização do conhecimento (Santos, Neves e Sousa, 2019).

A CI, ao se debruçar sobre o intrincado universo da organização e disseminação do conhecimento, revela-se intimamente ligada à sua natureza

representativa. Caixeta e Souza (2008) destacam que a essência da Ciência da Informação reside na capacidade de representar conceitos, dados e ideias, possibilitando a transmissão e interpretação eficaz das informações. A declaração acerca da natureza representativa da CI se fundamenta na compreensão de que esta disciplina visa, primordialmente, organizar e estruturar o vasto campo do conhecimento humano. A representação, nesse contexto, além transpor de conceitos para formatos tangíveis, engloba a síntese e a interpretação, permitindo a comunicação efetiva entre emissor e receptor de informações. A natureza representativa da CI garante que a informação seja mais do que um registro, tornando-se um elo dinâmico entre dados, significado e compreensão. Esse processo contínuo reforça seu papel fundamental na mediação do conhecimento na sociedade.

Um dos pilares fundamentais que sustentam a Ciência da Informação como ciência da representação é a centralidade dos sistemas de recuperação de informações. Esses sistemas desempenham um papel crucial na tradução dos elementos informacionais em formatos acessíveis e compreensíveis. Caixeta e Souza (2008) ressaltam que a eficiência desses sistemas está atrelada à sua capacidade de representar de maneira precisa e eficaz os conteúdos que buscam recuperar.

3.2 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

A relevância dos sistemas de recuperação de informações vai desde a sua aplicação prática, se estendendo à discussões teóricas na CI. A articulação entre a teoria e a prática nesse contexto é fundamental para o desenvolvimento de metodologias eficazes de representação do conhecimento. Em síntese, a Ciência da Informação parte como uma ciência da representação, fortemente conectada à capacidade de organizar, estruturar e tornar acessíveis os conteúdos informativos. A centralidade dos sistemas de recuperação de informações destaca-se como um elemento crucial nesse processo, apresentando as fronteiras de uma disciplina essencial para a compreensão e evolução do extenso campo do conhecimento humano.

No contexto informacional, a representação é decisiva, traduzindo o saber sobre o mundo real para o usuário final da informação, permitindo translações entre os mundos Popperianos. Segundo Caixeta e Souza (2008), o ciclo informacional lida com restrições e distorções devido à subjetividade, fenômeno hermenêutico e

paradigmas socioculturais. Os sistemas de recuperação de informações enfrentam desafios ontológicos e epistemológicos ao lidar com representações primárias. Além disso, fatores como sensação, percepção, subjetividade, memória, imaginação, linguagem, mito, ética e moral impactam a representação. A análise destes fatores dirige à compreensão do papel da representação no conhecimento humano, considerando a complexidade dessa função na construção de acervos informacionais e no processo fundamental de construção do conhecimento humano.

A trajetória histórica da representação remonta a civilizações antigas, revelando-se como uma faceta própria ao desenvolvimento do conhecimento humano. Ao abordar brevemente as origens históricas da representação, é possível identificar marcos nas culturas egípcia e grega, por exemplo, que lançaram as bases para a compreensão e transmissão do pensamento por meio de símbolos e formas simbólicas. A representação por meio do alfabeto não apenas simplificou a escrita (Cagliari, 1987), mas também promoveu a disseminação do conhecimento entre diferentes estratos sociais. Ao democratizar o acesso à representação escrita, os gregos expandiram as fronteiras do saber, tornando a informação mais acessível e contribuindo para o desenvolvimento cultural e intelectual (Burke, 2012).

Em consonância com as origens históricas da representação, Caixeta e Souza (2008) enfatizam a importância desse fenômeno na construção do conhecimento e na transmissão eficiente de informações ao longo dos séculos. A representação, seja por meio de símbolos, letras ou números, permanece como uma força vital na preservação e comunicação do conhecimento, marcando a história da humanidade e moldando o curso do desenvolvimento intelectual. A transição para a Era da Informação Digital marcou um ponto de inflexão significativo na forma como concebemos e aplicamos a representação do conhecimento (Barreto, 2005). O reconhecimento da importância do contexto digital não apenas redefiniu os paradigmas existentes, mas também desencadeou uma série de desenvolvimentos que permeiam a CI.

A Representação da Informação (RI) e a Representação do Conhecimento (RC) são aspectos fundamentais na área da Ciência da Informação, no qual cada uma desempenhando um papel único no arranjo e compreensão dos objetos informacionais. A RI, conforme destacado por Medeiros e Café (2008), envolve um conjunto de elementos descritivos que buscam representar os atributos de um objeto informacional. Esse processo contempla catalogação, incorporando elementos que

capturam as características físicas e simbólico-conceituais do objeto. A RI, de tal modo, emerge como uma ferramenta essencial para a recuperação eficaz da informação, permitindo a representação abrangente de objetos informacionais em diferentes contextos.

Por outro lado, a RC apresenta uma abordagem mais ampla e conceitual. Conforme descrito por Medeiros e Café (2008), a RC é uma estrutura conceitual elaborada para uma finalidade específica, representando modelos de mundo. Essa representação vai além dos elementos descritivos da RI, incorporando uma compreensão mais profunda e contextualizada do conhecimento. Svenonius (2000) contribui para essa discussão, destacando a importância da RC na OC, enfatizando a necessidade de estruturas que transcendam a simples descrição de atributos e alcancem uma compreensão mais abrangente e integrada.

A interrelação entre RI e RC é evidente na medida em que ambas desempenham papéis complementares na gestão da informação. A RI fornece os elementos básicos para a descrição e organização de objetos informacionais, enquanto a RC busca construir uma estrutura conceitual que busca ir além da superfície descritiva, explorando as relações e significados tácitos. Nesse sentido, a compreensão desses conceitos, conforme exposto por Medeiros e Café (2008), oferece um guia valioso para profissionais da informação na criação de sistemas e estruturas que atendam às complexidades da informação e do conhecimento. Portanto, a RI e a RC, embora distintas em suas abordagens, convergem para um objetivo comum na Ciência da Informação: proporcionar meios eficazes para organizar, representar e acessar informações e conhecimentos em ambientes diversos e dinâmicos.

A recuperação da informação e os estudos bibliométricos compartilham a necessidade fundamental da descrição física e de conteúdo. Sem uma descrição adequada, não seria possível individualizar um item de informação para análises bibliométricas, conforme ressaltado por Alvarenga (1998). Os elementos textuais, paratextuais e contextuais são variáveis comumente abordadas nesses estudos. Além disso, os sistemas de recuperação da informação devem ser projetados considerando seus usuários finais. A OI geralmente tem como alvo o usuário final de um sistema, mas os pesquisadores que conduzem estudos bibliométricos também dependem de descrições padronizadas para constituir seus corpos de pesquisa e realizar análises (Medeiros e Café, 2008).

A RC emerge como um campo complexo e multifacetado, cuja profundidade exige uma abordagem igualmente diversificada para compreender plenamente suas várias dimensões. Como proposto por Caixeta e Souza (2008), a RC não pode ser limitada a uma única perspectiva, pois envolve interações complexas entre elementos cognitivos, simbólicos e sociais. Esta abordagem pluralizada reconhece que diferentes contextos e finalidades requerem representações distintas, adaptadas às necessidades específicas de cada situação. A diversidade própria no processo de representação reflete a riqueza e a amplitude do conhecimento humano. Uma das perspectivas essenciais da representação é a sua função como mediadora entre a experiência individual e a comunicação coletiva. A representação, nesse sentido, atua como uma ponte entre o conhecimento subjetivo e a compreensão compartilhada, possibilitando a transmissão eficaz de informações entre diferentes agentes. Essa dimensão social da representação destaca sua importância na construção e perpetuação do conhecimento dentro de uma comunidade.

Sendo moldada por visões divergentes oriundas de diversas áreas, cada qual contribuindo com perspectivas únicas, como Filosofia, Ciência da Computação, Linguística e Ciências Cognitivas (Lima, 2020) a RC se estrutura a partir dessa multiplicidade de abordagens. A Filosofia, como disciplina fundamental, oferece uma base teórica para compreensão da natureza e significado do conhecimento; Na Ciência da Computação, a representação do conhecimento é fundamental para a construção de sistemas inteligentes. Autores como Sowa (2000) destacam a importância de modelos formais para representar entidades e relações, facilitando o processamento por máquinas. Já na área de Inteligência Artificial, Studer, Benjamins e Fensel (1998) propõem abordagens específicas, como a representação baseada em ontologias, para promover a interoperabilidade semântica entre sistemas; As Ciências Cognitivas trazem uma perspectiva centrada na mente humana, explorando como o conhecimento é adquirido, representado e utilizado pelos indivíduos (Mey, 1982). Essa abordagem, muitas vezes, influencia a forma como os modelos de representação do conhecimento são concebidos em ambientes de Inteligência Artificial, buscando simular processos cognitivos.

Na CI, a representação do conhecimento é encarada como um desafio informacional e organizacional (Cleveland e Cleveland, 2001). Barité (2015) destaca a importância de instrumentos terminológicos, sistemas de classificação e ontologias na organização e acesso eficiente ao conhecimento. A interdisciplinaridade na

representação do conhecimento destaca a necessidade de integração dessas visões diversas para desenvolver modelos mais abrangentes e eficazes. A colaboração entre as disciplinas é de suma importância para superar desafios e promover avanços significativos nesse campo complexo e dinâmico.

Mora (1996), ao trazer reflexões sobre a representação, destaca a importância das experiências humanas na construção de significados. A subjetividade inerente à experiência individual molda a maneira como os seres humanos representam o mundo ao seu redor. A percepção única de cada indivíduo, influenciada por fatores como cultura, contexto e vivências pessoais, contribui para a diversidade de representações que surgem. Chauí (1994; 1997), por sua vez, contribui para a compreensão das qualidades intrínsecas humanas na representação ao explorar a relação entre mitologia e psicanálise. A capacidade humana de atribuir significados simbólicos, muitas vezes derivados de mitos e narrativas culturais, influencia diretamente a maneira como representamos conceitos e fenômenos. Essa relação simbólica entre mitologia e representação é um reflexo da criatividade humana na expressão e interpretação do conhecimento. Abrão (1999), ao abordar a representação na era da informação, destaca a relevância da subjetividade na interpretação e na construção de significados. A compreensão do mundo digital e das representações nele presentes é moldada pelas experiências individuais, valores e perspectivas de cada usuário. A multiplicidade de formas de representação na era digital destaca a capacidade humana de adaptar-se e inovar na expressão do conhecimento em um ambiente tecnologicamente mediado.

A sumarização interpretativa do processo de representação requer a elaboração de esquemas que capturem a essência das diversas facetas envolvidas. A criação de um esquema interpretativo não apenas simplifica a compreensão, mas também destaca as interconexões entre os elementos-chave do processo. Esse esquema deve abranger desde a geração inicial do conhecimento até sua representação simbólica, considerando as transformações ao longo do tempo e as influências contextuais.

O exame dessas qualidades humanas evidencia que a representação é, assim como um ato técnico, também é profundamente enraizado na natureza humana. A criatividade, a subjetividade e a capacidade de atribuir significados são elementos fundamentais que permeiam a representação do conhecimento. Além do mais, as contribuições de Mora (1996), Chauí (1994, 1997) e Abrão (1999) realçam que a

representação é um fenômeno complexo que transcende a simples transmissão de informações, envolvendo interpretação, significado e construção ativa de conhecimento. Logo, ao compreender as características que fazem parte da essência humana no processo de representação, somos capazes de reconhecer a interconexão entre a subjetividade, a cultura e a criatividade na construção e na disseminação do conhecimento. Essas características, além de moldarem a maneira como representamos o mundo, também influenciam na forma como percebemos nossa própria existência e interagimos com as complexidades do conhecimento.

A RC também enfrenta desafios consensuais resultantes da diversidade de abordagens nas diversas áreas temáticas. Conforme Mora (1996) cronologicamente descreve no avanço da filosofia, a representação é uma questão filosófica complexa, com Aristóteles a enquadrando como fenômeno da fantasia, enquanto Descartes a concebe como imaginação, e Spinoza a diferencia entre apreensão sensível e conceitual. Dessa maneira, a interpretação da representação varia amplamente, criando um terreno fértil para dificuldades consensuais.

A RC, fundamental na OC, é visceralmente vinculada aos instrumentos terminológicos, produzindo Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) (Medeiros e Café, 2008). Nesse contexto, Ranganathan (1967), influenciado por princípios aristotélicos, propôs a Teoria da Análise Facetada, enquanto Dahlberg (1978) introduziu a Teoria do Conceito, baseada em princípios analítico-sintéticos ranganathianos e na Teoria Geral da Terminologia.

A partir do exposto anteriormente, a organização do conhecimento é um desafio complexo que envolve tanto a catalogação de informações, mas também a representação eficiente e estruturada desse conhecimento. Nessa circunstância, a representação do conhecimento desempenha um papel central, sendo parte essencial do processo de organização. Os instrumentos terminológicos, como vocabulários controlados (Kobashi, 2008) e thesaurus (Gomes, 1990), são ferramentas fundamentais na estruturação do conhecimento. Barité (2015) destaca a importância desses instrumentos para garantir consistência na representação de termos e conceitos, facilitando a recuperação da informação de maneira precisa e semântica.

A representação do conhecimento é um campo fundamental que permeia diversas disciplinas, e seus produtos desempenham papéis essenciais no contexto da organização e utilização eficaz das informações. Dentre os produtos destacados, os instrumentos terminológicos surgem como peças-chave nesse intrincado quebra-

cabeça da cognição humana. Os instrumentos terminológicos, como produtos derivados da representação do conhecimento, são estruturas que buscam capturar e formalizar a linguagem utilizada para descrever conceitos específicos em um determinado domínio (Bem e Coelho, 2013). Eles desempenham um papel crucial na comunicação eficaz, especialmente em áreas técnicas e científicas, onde a precisão terminológica é essencial. Esses instrumentos incluem glossários, thesaurus, ontologias e outros artefatos linguísticos que fornecem uma base sólida para a representação e compreensão do conhecimento.

A criação desses instrumentos terminológicos envolve o processo complexo de mapear e estruturar conceitos, estabelecendo relações semânticas e hierárquicas entre eles. Esse esforço não apenas facilita a comunicação entre especialistas em um campo específico, mas também serve como um guia valioso para sistemas de informação automatizados, contribuindo para uma melhor interpretação e manipulação de dados. Lima (2020) destaca a importância desses instrumentos como produtos tangíveis resultantes da representação do conhecimento. Ao adotar abordagens diversas e modelos adaptados a diferentes áreas, a representação do conhecimento contribui para a criação de instrumentos terminológicos robustos, capazes de refletir com fidelidade as nuances e complexidades do conhecimento em um domínio específico.

Além dos instrumentos terminológicos, os sistemas conceituais desempenham um papel crucial na organização do conhecimento (Medeiros e Café, 2008). Estes sistemas proporcionam uma visão abrangente das relações entre conceitos, contribuindo para a compreensão da estrutura pressuposta ao domínio em questão (Lima, 2020). A representação do conhecimento, quando integrada a sistemas conceituais, permite uma compreensão mais profunda das interconexões entre as informações, enriquecendo a OC.

Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) representam uma evolução significativa nesse contexto. Esses sistemas incorporam abordagens avançadas, como ontologias, para representar o conhecimento de forma mais flexível e semântica (Studer, Benjamins e Fensel, 1998). A utilização de ontologias permite não apenas representar entidades e relações, mas também capturar o significado ocultos dos conceitos, enriquecendo a RC.

Destacando a importância da estruturação do domínio, Cleveland e Cleveland (2001) ressaltam que a eficácia da OC está inerentemente ligada à

compreensão profunda da estrutura do domínio em questão. Uma representação simbólica, quando bem elaborada, reflete tanto a superfície dos conceitos, mas também suas interconexões e nuances semânticas, contribuindo para uma organização mais precisa e eficiente.

O processo de representação do conhecimento é diretamente e intimamente vinculado à transição do objeto do mundo real para um espaço simbólico, no qual conceitos e relações são formalizados de maneira a possibilitar o tratamento computacional. Essa transição, longe de ser uma tarefa trivial, envolve considerações profundas sobre como capturar a complexidade do conhecimento de forma estruturada e semântica.

A influência dos princípios da garantia literária e garantia do usuário desempenha um papel crucial nesse processo. A garantia literária (Barité; Fernández-Molina; Guimarães; Moraes, 2010) refere-se à fidelidade da representação simbólica em relação ao conhecimento do mundo real. Ou seja, como garantir que os símbolos e relações utilizados na representação realmente refletem a natureza e a estrutura dos conceitos que estão sendo modelados (Lima, 2020). Esse princípio destaca a importância de uma representação fiel e precisa, pois qualquer distorção pode levar a interpretações equivocadas e impactar negativamente a utilidade da representação do conhecimento.

Por outro lado, a garantia do usuário (Oliveira e Araujo, 2012) refere-se à eficácia da representação do conhecimento no contexto da sua aplicação prática. Como a representação será utilizada pelo usuário final? Ela atende às necessidades e expectativas dos usuários? Essas são questões fundamentais para garantir que a representação do conhecimento não seja apenas teoricamente sólida, mas também pragmaticamente útil (Lima, 2020). A consideração da garantia do usuário direciona o desenvolvimento de métodos de raciocínio que respeitem princípios lógicos e se alinhem com as necessidades e capacidades dos usuários.

A abordagem integrativa desses princípios demanda uma reflexão profunda sobre os métodos de raciocínio empregados na representação do conhecimento (Barité; Fernández-Molina; Guimarães; Moraes, 2010). Métodos dedutivos, baseados em regras lógicas, são frequentemente utilizados para garantir a garantia literária, assegurando que a inferência lógica seja coerente com a estrutura do conhecimento representado. Métodos indutivos, por outro lado, são mais orientados para a garantia do usuário, permitindo generalizações a partir de exemplos

específicos e adaptando-se às necessidades práticas da aplicação.

A partir desses elementos que culminam em um processo relacionado ao conhecimento de natureza extremamente complexa, a RC desempenha um papel crucial na sociedade atual, caracterizada pelo constante desenvolvimento científico e tecnológico. Nesse contexto, a discussão sobre indexação passa a ser um elemento essencial a ser resgatado, promovendo o acesso e a recuperação eficientes de informações em meio à crescente produção de conhecimento. Pinto (2007) explora esse encontro, abordando tanto a evolução das formas de apresentação e estocagem do conhecimento, quanto os desafios enfrentados na representação por meio da indexação. Ao analisar o acesso à informação na sociedade contemporânea, o autor destaca a necessidade de compreender e aprimorar a atividade de indexação, ressaltando seu impacto na eficácia do tratamento técnico dos recursos informacionais e na facilitação da busca e recuperação de dados relevantes.

No âmbito do acesso à informação na sociedade do conhecimento, Pinto (2007) destaca um paradoxo: embora a sociedade seja uma grande produtora e consumidora de informações, enfrenta dificuldades em lidar com a quantidade disponível. A ilusão de estarmos bem informados contrasta com a falta de ferramentas eficientes para filtrar informações pertinentes. Apesar do uso de tecnologias para tratar, armazenar e recuperar informações, a sociedade lida com desafios como a info-exclusão (Baggio, 2000). Além disso, Pinto (2007) aborda as barreiras ao acesso e recuperação de informações. Apesar de ser produtora e consumidora de informações, a sociedade enfrenta desafios para acessar dados, mesmo com a existência de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). O usuário, submerso em informações, precisa estar atualizado, conhecer as estratégias de busca e recuperação ou contar com a assistência de especialistas. A indexação, portanto, passa a ser um processo importante para a pluralização dos saberes, que será abordado a seguir.

3.3 INDEXAÇÃO

Outro ponto importante a se discutido é a ausência ou deficiência no processo de indexação contribui para dificuldades na busca eficaz de informações. Exemplos práticos, como a busca por informações bancárias, destacam a importância de uma indexação aprimorada, considerando grupos sintagmáticos para evitar

respostas insatisfatórias. Pinto (2007) ressalta a necessidade de investir no tratamento técnico e na organização eficiente dos recursos informacionais para racionalizar a estocagem e facilitar a busca e recuperação de informações. Essas considerações fundamentam a importância de explorar a atividade de indexação, compreender sua execução e abordar os desafios enfrentados nesse processo. Indexação, embora tenha relação próxima com a história da documentação e bibliografia, é essencial notar que sua maior atenção começou com o surgimento das publicações periódicas. Autores como Paul Otlet e Henri La Fontaine, criadores do Office International de Bibliographie em 1892, foram figuras-chave na história da documentação. A indexação continuou a evoluir nos séculos XX e XXI, tornando-se uma ferramenta essencial para a recuperação eficaz da informação (Silva e Fujita, 2004; Chaumier, 1971).

Indexação é uma prática amplamente utilizada em diversos campos do conhecimento, incluindo a CI. Pinto (2007, p. 226) descreve que, para Gardin, a indexação documentária é compreendida pelo conjunto de atividades que visa identificar dentro dos documentos os Traços Descritivos (TDs) e extrair descritores que indicam o conteúdo documental para futuras recuperações.

A representação do conhecimento registrado, segundo Pinto(2007), em se tratando da indexação de documentos, engloba conceitos, palavras-chave, sintagmas nominais ou sintagmas verbais. Quando a indexação parte do uso de palavras-chave, ocorre a remoção de uma palavra dentro do contexto proposto pelo autor, tornando-se assim um termo. Este, passa a ser compreendido ao serem retirados do contexto lógico-semântico, perdem seu significado original e passam a representar propriedades. Por outro lado, a indexação por sintagmas ou frases mantém os grupos gramaticais no contexto, proporcionando uma representação mínima do conteúdo.

A representação em nível de indexação documentária passa por análise conceitual, tradução e controle de qualidade. Quanto à forma de indexar, pode ser realizada manualmente (intelectual), mecanicamente (ferramentas de informática) ou através de uma combinação de ambas, conhecida como indexação semi-automática. Dias e Naves (2007), dentro da dimensão da indexação, consideram a exaustividade como a possibilidade de proporem uma abrangência aos conteúdos explícitos e implícitos do documento. Chaumier (1988) descreve o princípio de e a especificidade como forma de representar informações de interesse. A indexação exaustiva busca extrair o maior número de conceitos do documento, enquanto a indexação específica

leva em consideração conceitos específicos em função dos temas tratados. Essas abordagens têm impacto na recuperação da informação, influenciando a quantidade de conceitos acessíveis e a precisão da informação recuperada.

A definição das unidades de informação é crucial na indexação, sendo necessário decidir que fragmentos do texto devem ser considerados, como palavras, conceitos ou sintagmas. A forma de indexar varia conforme o tipo de documento, seja uma monografia, um periódico, anais de eventos, documentos técnicos ou audiovisuais. A política de indexação (Fujita e Santos, 2016) desempenha um papel fundamental na elaboração da representação em nível de indexação, contribuindo para reduzir a subjetividade associada a essa atividade.

Le Guern (1991) destaca que as palavras da língua, fora do contexto do discurso, significam apenas propriedades, não entidades. Os descritores, por sua vez, representam entidades e não devem ser considerados símbolos sem referência. A escolha entre indexação exaustiva e específica, conforme Soergel (1994), envolve considerações de custo-eficácia, visto que uma indexação mais exaustiva aumenta o custo, mas pode oferecer maior retorno ao usuário.

Segundo Silva e Fujita (2004), a indexação manual, também conhecida como indexação intelectual ou humana, é realizada por seres humanos, como bibliotecários ou especialistas no domínio em questão. Essa abordagem baseia-se no julgamento intuitivo dos indexadores, levando em consideração o texto e os interesses da comunidade de usuários. O processo envolve a análise do conteúdo do documento, segmentando-o em partes como introdução, capítulos, seções e parágrafos, identificando e selecionando conceitos para representar o conteúdo. A etapa seguinte, chamada tradução, compara os conceitos pré-selecionados em linguagem natural com os descritores das Linguagens Documentárias (LDs) (Guimarães, 2000).

A tradução é uma fase complexa, exigindo a observância de regras, como as fornecidas por tesouros. No entanto, dado ao contexto de formulação dessas regras, a potencialidade de indexação tende a ser comprometida, influenciando a qualidade desse processo e introduzindo desafios na recuperação da informação. A escolha dos termos de indexação levanta questões sobre fontes, precisão, peso, fidelidade e linguagem do usuário. Se houver coincidência, esses conceitos podem ser escolhidos como representantes do conteúdo do documento. Caso contrário, os indexadores podem adotar os termos que considerem mais apropriados, dependendo

do conhecimento sobre o assunto, do perfil dos usuários e da política de indexação.

Chaumier (1988) aborda o processo de tradução na indexação de documentos em um centro de documentação, no qual parte utilizando a linguagem documentária do serviço de documentação. Na maioria das vezes, a linguagem documentária será um "thesaurus" próprio ao centro de documentação ou setorial. O processo de indexação, com o auxílio de um "thesaurus", é detalhado por Wellisch (1973), que propõe um modo operacional para sua utilização. O indexador segue esse procedimento, mesmo que durante a indexação cotidiana a operação seja mais sintética.

A importância de superar a alegação de que desconhece seus interesses próprios, transformando-a em desconhecimento do conhecimento acessível no acervo, é ressaltado por Chaumier (1988). O Sistema de Referência oferecidos pelas bibliotecas, por exemplo, garantem que o usuário receba o auxílio para que entenda sua demanda informacional, identificando um conhecimento a ser suprido e formas de encontrar os materiais que contenham o conteúdo desejado. Assim, essa relação de interpretação de uma necessidade e manifestação de uma dúvida formal para busca, pode ser entendido como um processo de tradução da necessidade do usuário. Portanto, o processo de tradução no contexto da indexação documentária, conforme discutido por Chaumier (1988), envolve não apenas a transposição de termos, mas também a compreensão da questão do usuário, o diálogo ativo para esclarecimento, e a formulação de equações lógicas para representar a questão de maneira eficiente na linguagem documentária. Referências específicas a figuras e conceitos do autor foram incluídas para garantir a adequada referência ao texto original.

Apesar dos avanços na indexação semi-automática e automática, a prática da indexação manual persiste, pois as abordagens automatizadas não oferecem respostas totalmente satisfatórias na recuperação da informação (Guimarães, 2000). A indexação manual ainda é utilizada em países produtores e consumidores de recursos informáticos, onde sistemas automáticos não cobrem todas as unidades de documentação e onde a subjetividade e o conhecimento especializado continuam a desempenhar um papel crucial no processo de indexação.

No contexto da Análise Documentária, a Indexação, segundo a abordagem teórica de Gardin (1981), é vista como uma operação de representação documentária, buscando pragmaticamente a Recuperação da Informação. No entanto, outras perspectivas distintas sobre a relação entre Indexação e Análise Documentária (Silva

e Fujita, 2004) passar a integrar a complexidade desse processo. Teóricos como Chaumier (1980), Kobashi (1994) e Guimarães (2000), concebem a Análise Documentária como um macro universo no qual a indexação é o resultado final do processo de representação documentária. Por outro lado, as contribuições de autores como Foskett (1973) e Borko e Bernier (1978), considera a indexação como um processo intrinsecamente ligado à análise de assuntos, incluindo-a como etapa inicial da indexação. A divergência teórica entre as correntes reflete-se na terminologia utilizada na literatura da área, onde termos como "Indexação" e "Indexador" são mais frequentes do que "Análise Documentária" (Silva e Fujita, 2004).

Historicamente, a indexação tinha o propósito específico de construir índices, mas com o avanço das tecnologias de recuperação da informação, a necessidade de representar o conteúdo documentário por meio de termos de indexação, devido à análise de assunto, tornou-se mais premente. Navarro (1999) destaca a indexação como um processo destinado a identificar e descrever o conteúdo informativo de um documento, visando à recuperação eficaz da informação. A análise documentária, ao ser compreendida como uma área teórica e metodológica, engloba as atividades de Indexação, Classificação e elaboração de resumos, considerando as diferentes finalidades como formas de recuperação da informação. Sob a perspectiva dos sistemas de informação, a indexação é reconhecida como a parte com grande destaque, influenciando diretamente os resultados de estratégias de busca (Silva e Fujita, 2004). O bom ou mau desempenho da indexação reflete-se na eficácia da recuperação da informação pelos índices (Unisist, 1981). Portanto, a compreensão do papel e da importância da indexação demanda uma análise aprofundada dos procedimentos existentes na área.

A prática da indexação tem suas raízes na elaboração de índices, uma forma de tornar acessível a informação registrada em documentos. Segundo Gomes e Gusmão (1983), o índice, como instrumento de armazenagem e recuperação, surgiu da necessidade de ordenar a informação de maneira acessível. A história da indexação remonta à antiga Mesopotâmia, onde tábuas de argila foram utilizadas para criar resumos de livros, uma forma inicial de representação condensada do conteúdo informacional (Witty, 1973, *apud* Fujita e Silva, 2004).

Silva e Fujita (2004) abordam a indexação a partir de uma perspectiva histórica, explorando seus princípios teóricos e metodológicos com base na revisão da literatura fundamental. Essa revisão fornece subsídios para a discussão de temas

presentes na evolução da indexação. Dentre esses temas, destaca-se: indexação alfabética de assunto, a indexação coordenada, a indexação automática, a relação entre indexador humano e automático, e a leitura em indexação.

A indexação alfabética de assunto, muitas vezes denominada catalogação de assunto, está associada à determinação de cabeçalhos de assuntos. Apesar de divergências terminológicas, ambas são equivalentes, resultando do mesmo processo analítico (Silva e Fujita 2004). A catalogação de assunto é vista como um método para expressar o conteúdo informacional de um documento, utilizando um número limitado de descritores. Autores como Milstead (1983) argumentam que catalogação de assunto e indexação são, conceitualmente, a mesma atividade, apesar de serem tratadas como distintas na prática atual. A catalogação de assunto é considerada um ramo dentro da indexação alfabética de assunto.

Os cabeçalhos de assunto, fundamentais na indexação alfabética, surgiram devido a desafios como a inadequação dos títulos das obras para representar adequadamente o assunto nelas tratado, problemas com subdivisões de assunto, obras com múltiplos temas e interdisciplinaridade. Charles Ammi Cutter, em 1876, estabeleceu princípios básicos para a indexação alfabética de assunto, incluindo o princípio específico, de uso e sindético (Silva e Fujita, 2004). Entretanto, alguns problemas foram identificados na metodologia de indexação proposta pelo autor, como a entrada dupla prejudicando a facilidade de uso e o desenvolvimento de índices alfabéticos. Cutter limitava o uso de remissivas descendentes, o que gerou discussões sobre a prática e eficácia desses métodos (Silva e Fujita, 2004).

A evolução da teoria da indexação é evidenciada por diversos estudiosos ao longo do tempo (Silva e Fujita, 2004). Kaiser (1911), Ranganathan (1933), Coates (1960), Metcalfe (1959), Lynch (1973), Farradane (1977), e outros contribuíram com propostas inovadoras, desde análises de assuntos compostos até sistemas de indexação automática. A análise em facetas proposta por Kaiser, Ranganathan e introduziu a possibilidade de maior especificidade e uniformidade na indexação, utilizando conceitos essenciais como espaço, tempo, processo, concreto, coisa e ação.

A indexação coordenada, remontando aos princípios de Cutter (1904), segundo Silva e Fujita (2004, p. 143), caracteriza-se pela pré-coordenação em cabeçalhos de assunto, onde um ou mais aspectos dominantes são selecionados para representar o conteúdo informacional de um documento. Robredo (1986, p. 80)

fundamenta a indexação coordenada na ideia de que o conteúdo substancial de um documento pode ser representado de maneira precisa mediante um conjunto de descritores ou palavras-chave contidos no próprio documento. Essa abordagem está associada aos sistemas de recuperação tradicionais, onde o assunto é representado de maneira mais geral em catálogos de assuntos alfabéticos ou classificados.

A indexação automática, conforme definido por Robredo (1986) e abordado por Silva e Fujita (2004), compreende procedimentos que identificam e selecionam termos representativos do conteúdo de documentos sem a intervenção direta do documentalista. Ao explorar as vantagens e desvantagens da indexação automática, Ward (1996) ressalta a necessidade de conhecimento prévio da literatura, habilidades de leitura e criação de sumários, enfatizando que uma boa indexação requer uma combinação de habilidades cognitivas. As desvantagens incluem limitações na representação de assuntos e a necessidade constante de aprimoramento.

Ao descrever sobre a leitura documentária, intrínseca à atividade de indexação, Silva e Fujita (2004) demonstram que ela envolve a identificação de conceitos, análise conceitual e seleção de termos. Lara (1993) destaca a importância da leitura documentária sob variáveis específicas, incluindo instruções textuais, condições de produção e circunstâncias de enunciação. A análise de Farrow (1991) revela que a leitura do indexador está sujeita a pressões de tempo, resultando em uma leitura rápida e seletiva, orientada para a produção eficiente de índices. A literatura sobre leitura revela uma visão interacionista, destacando a interação entre texto, leitor e contexto. Cintra (1987) enfatiza a cooperação entre autor e leitor, argumentando que a leitura do indexador, muitas vezes não prevista pelo autor, demanda estratégias diferenciadas e o uso intensivo de estratégias.

A leitura do indexador é orientada por objetivos específicos, contextos de sistema de informação e conhecimentos prévios necessários à atividade de indexação, abrangendo aspectos linguísticos, lógicos e cognitivos (Silva e Fujita, 2004). Durante a leitura documentária, o indexador visa identificar os conceitos que compõem o tema do documento, selecionando aqueles considerados mais representativos para atender às necessidades informacionais dos usuários. Essa seleção é influenciada pelo grau de interesse que cada conceito apresenta. A determinação do tema ocorre por meio da análise conceitual, uma tarefa desafiadora, conforme apontado por Lancaster (1993). A questão sobre "do que trata um documento" é frequentemente associada ao termo "aboutness", introduzido por

Begthol (1986), relacionando-o às macroregras do modelo de leitura de Van Dijk e Kintsch (1983) (Silva e Fujita, 2004).

A influência dos interesses informacionais dos usuários na escolha do tema é ressaltada por Wilson (1985), que destaca a variabilidade na relação entre tematicidade e significado, dependendo do uso que a pessoa faz da tematicidade do documento em determinado momento. Tálamo (1994) relaciona a determinação do tema à identificação da estrutura temática do texto, que inclui componentes como "quem?", "o quê?", "como?", "onde?" e "quando?". Van Dijk e Kintsch (1983), citada por Todd (1992), orientam o leitor a identificar o tema por meio da macroestrutura do documento, com regras como deleção fraca, deleção forte, deleção zero, generalização e construção. Farrow (1996) destaca que, embora as macro-regras sejam adequadas para identificar o tema, sua aplicação demanda tempo e conhecimento prévio profundo sobre o assunto, tornando-as inviáveis para a indexação. Begthol (1986, apud. Silva e Fujita, 2004), no entanto, considera que essas macro-regras oferecem uma definição sucinta e viável da tematicidade do documento.

A seleção do tema é influenciada pela política do sistema de indexação, exigindo equivalência de relevância para indexadores e usuários. A elaboração de informações documentárias consistentes, como índices e resumos, deve integrar os princípios conversacionais de Grice (1975), como concisão, pertinência, precisão e objetividade, para garantir a recuperação eficaz da informação (Kobashi, 1994).

Os aspectos linguísticos na indexação, segundo Chaumier (1986) são fundamentais, pois a análise do conteúdo é um método de apreensão da informação transmitida pela língua (Silva e Fujita, 2004). A interface entre a linguística e a análise documentária, conforme apresentada por Kobashi (1996), destaca a importância dessa relação, especialmente com o surgimento dos computadores nos trabalhos documentários. A tipologia textual, associada à organização textual, desempenha um papel crucial na identificação de conceitos durante a indexação. Silva e Fujita (2004) refletem que a Linguística textual, fundamentada na gramática transformacional, fornece subsídios para a transcrição entre forma e conteúdo (Pinto Molina, 1994). O conhecimento da estrutura textual permite uma leitura mais rápida e eficiente, contribuindo para a identificação de informações relevantes nos documentos (Fujita, 2003).

Na análise documentária, os aspectos lógicos (Santaella, 1992) são destacados como processos mentais relacionados à Lógica Docens, exigindo do

indexador capacidade invertida de generalização e elaboração teórica. Os procedimentos lógicos envolvem relações de inclusão/exclusão, todo/parte, gênero/espécie, embasados em juízos e raciocínios. A intersecção com a Lógica Formal, que se limita a um sistema de símbolos, pode ser útil na análise sintática essencial dos textos. Os aspectos cognitivos na leitura documentária envolvem processos mentais básicos, representações mentais e processos mentais complexos. Monday (1996), citado por Silva e Fujita (2004), destaca a importância da representação do conhecimento, esquemas, unidades cognitivas, OC, compreensão e estruturas do texto. O leitor utiliza seu conhecimento prévio sobre a estrutura textual, o assunto do texto e esquemas de compreensão formados pela experiência de vida para inferir sobre o conteúdo abordado.

Os processos cognitivos na análise documentária envolvem a decisão sobre o tema do texto e a tradução dessa decisão em termos utilizados no sistema de indexação, segundo Shaw e Fonchereaux (1993), referenciado por Milstead (1994) (Silva e Fujita, 2004).

A garantia de uma eficiente análise de conteúdo dos documentos parte da crucialidade em estabelecer uma interface entre a Lógica formal, a Lingüística textual e a Psicologia cognitiva. Essas disciplinas oferecem subsídios para a compreensão da estrutura textual, a análise lógica e a compreensão cognitiva durante a leitura documentária (Kobashi, 1994). No entanto, é necessário um cuidado para selecionar e adaptar os conhecimentos desenvolvidos nessas áreas de maneira viável para os propósitos da Análise Documentária (Silva e Fujita, 2004).

3.4 O CONTROLE DO ESQUECIMENTO NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Dentro da gama de atividades desenvolvidas pelos profissionais da informação, a OC, vertente está presente nos estudos da CI, estão diretamente associadas aos modos como o conhecimento é disposto em assuntos e disseminado onde aonde quer que se deseja a sua sistematização ordenada para atingir determinado propósito e também relacionado aos processos de descrição, indexação e classificação (Hjørland, 2008).

Dentro deste contexto de OC, presente em um contexto do paradigma dominante, é fundamental repensarmos em todos os engessamentos advindos da

ciência moderna no conhecimento produzido atualmente. Tendo em vista que a base do conhecimento atual é intrínseca ao paradigma dominante, o processo de repensar os conhecimentos e apresentar todo o impacto do pensamento excludente e hegemônico do paradigma em crise. Dentro da Ciência da Informação, por exemplo, é imprescindível identificar tal incidência do paradigma dominante dentro da própria teoria da OC.

Medeiros e Café (2008, p.5) propõem uma distinção conceitual entre organização e representação da informação e do conhecimento (OI e OC, RI e RC), como abordado anteriormente, em que “o objetivo do processo de organização da informação é possibilitar o acesso ao conhecimento contido na informação” e para que esses objetivos sejam alcançados é necessário que os objetos informacionais sejam descritos em relação à sua forma física e a seu conteúdo. A OC se aplica a unidades do pensamento (conceitos) e não àqueles dos registros de informação e “[...] visa à construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade” (Medeiros e Café, 2008, p.6). Em sua representação (RC), a OC não se restringe ao conhecimento expresso por um autor, mas resulta de um processo de análise que busca uma visão consensual sobre a realidade a ser apresentada, é um modelo de abstração da realidade construído para determinada finalidade.

A definição é amparada na concepção de Dahlberg (1993), de que a característica essencial de qualquer OC é baseada em unidades — ou seja, conceitos — uma vez que o conhecimento por si só não pode ser capturado ou representado a não ser por conceitos e suas várias combinações possíveis. Para a autora, conceitos são compostos por características que são os fatores pelas quais sistemas conceituais, tais como como sistemas de classificação, podem ser construídos.

A partir das considerações expostas acima, Medeiros e Café (2008, p.8) descrevem a OC como:

[...] o processo de modelagem do conhecimento que visa a construção de representações do conhecimento. Esse processo tem por base a análise do conceito e de suas características para o estabelecimento da posição que cada conceito ocupa num determinado domínio, bem como das suas relações com os demais conceitos que compõem esse sistema nocional.

Se por um lado vivemos em um mundo inundado de informação que precisa urgentemente ser ordenada e “digerida” para se tornar conhecimento disponível, como afirma Dahlberg (1993), por outro, os processos de OC são fundamentados em

princípios epistemológicos, e estes princípios, por sua vez, tendem a um conhecimento ordenado e elitizado, excluindo inúmeras contribuições de conhecimentos socialmente construídos, configurados em conhecimentos cientificamente favelados (García Gutierrez, 2006). Esses princípios excludentes provenientes da epistemologia geram um fenômeno ressaltado por Boaventura de Sousa Santos (2010a) como um epistemicídio de conhecimentos alternativos aos predominantes, sendo então marginalizados enquanto ciência.

O contexto cultural no qual o conhecimento científico é inserido configura-se enquanto ambíguo, segundo Santos (2010a). Por um lado, há a validação de uma diversidade sociocultural muito grande, que favorece uma pluralidade epistemológica. Em contrapartida, um dos caracteres imbricados nos preceitos epistemológicos é a crença da ciência enquanto única fonte de conhecimento válido. De certa forma, tal perspectiva permite a consolidação de um pensamento científico criterioso e sólido, mas ao mesmo tempo exclui fontes de saberes e conhecimentos não provenientes de uma formalidade científica. (Santos, 2010a)

Santos (2010^a, 2010b, 2010c) faz uma reflexão de como é possível haver uma descolonização do conhecimento e das metodologias que vieram, majoritariamente, de países do hemisfério norte, sendo que são as bases que fundamentaram a consolidação de epistemologias do sul. Um segundo ponto a ser refletido é sobre a forma de produção científica híbrida, em um contexto pós-abissal, que consiga mesclar a pluralidade sem uma linha abissal.

Em “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes” (Santos, 2010b), o autor traz a perspectiva de que o pensamento moderno possui um caráter abissal, sendo esta a divisão entre realidades visíveis e invisíveis. As invisíveis são aquelas que fundamentam as visíveis mas, diante dessa divisão da realidade social, tornam-se inexistentes em qualquer forma compreensível. Já as realidades visíveis são aquelas que determinam a linha que separa toda a possibilidade de pensamento e aceitação da realidade.

O processo de descolonização decorre da emancipação das dominações do hemisfério norte atrelado à recuperação ontológica dos indivíduos. Mas para esse processo, a ilusão de liberdade ofusca questões éticas, ideológicas e políticas. A descolonização é submissa aos conceitos ocidentais de emancipação. As heranças coloniais podem resultar em necropolíticas que instrumentalizam a existência e cultura de determinados grupos.

O colonialismo veio antes mesmo do capitalismo e consiste em um movimento de negação ontológica do outro (Santos, 2010a). Com seus modos eurocêntricos modernos, a dominação se instaura nas entranhas dos processos sociais de grupos não hegemônicos. O patriarcado, também, consiste em uma privação ontológica do outro, no caso, o feminino. A combinação destas duas formas de controle gerou uma nova relação com o trabalho e com a ideologia de gênero nos grupos dominados (Santos, 2014).

A ação descolonizadora deve partir, segundo Santos (2010a), não somente de uma intervenção cultural, mas também na economia política, bem como o pluralismo identitário. Essa ação deve estar pautada no afastamento de uma nova centralidade epistemológica, ou seja, escapar da armadilha da modernidade ao propor uma epistemologia hegemônica e excludente. A centralidade das epistemologias do Sul é a ideia não de centro, mas a de centralidade de lutas contra quaisquer formas de opressão e dominação. Outro ponto é que as epistemologias do Sul não devem limitar seu espaço de luta em ambientes acadêmicos, mas conseguir participar em lutas sociais de forma ativa. A somatória de saberes, tanto formais quanto informais, permite articulações e diálogos a partir de conhecimentos contra hegemônicos. Por último, as epistemologias do Sul têm por base a desconstrução crítica do saber dominante a construção de diversos outros saberes, sendo considerados científicos pós-abissal, que permitam essa transformação.

Na obra “A construção multicultural da igualdade e da diferença” (Santos, 1999), existe uma formação discursiva sobre o universalismo como um dispositivo ideológico não homogêneo, sendo constituído por dois tipos: o universalismo antidiferencialista (aquele que descaracteriza as diferenças, de forma homogeneizadora) e universalismo diferencialista (aquele interiorizado pelo excesso de diferenças). Ambas as formas de universalização tendem a inferiorizar grupos e sujeitos, naturalizando discursos hegemônicos vigentes.

Desta forma, o pensamento abissal caracteriza-se como um pensamento excludente em relação à possibilidade de realidades e percepções distintas. Nessa perspectiva, o paradigma dominante (ciência moderna) possui uma exclusividade sobre a universalidade e a verdade, negando os pensamentos e saberes de sujeitos subalternos, sendo silenciados e rebaixados ao estatuto de credices ou senso comum somente passível de validação a partir de uma investigação formal e científica. Pode-se entender esse pensamento abissal, também, como uma forma de

epistemicídio. O epistemicídio, portanto, marginaliza, exclui, nega e deslegitima conhecimentos alternativos à monocultura do saber, esta que elege o saber científico como único válido, segregando conhecimentos oriundos de grupos postos à parte. Essa monocultura do saber epistemicida (2010a) reduz a realidade à conhecimentos portadores de validações formais e, conseqüentemente, segrega grupos produtores de conhecimentos alternativos.

Para Carneiro (2005), o epistemicídio configura-se como produtor de formas de conhecimentos indigentes, inferiorizados enquanto saberes e enquanto percepções da realidade. Estes conhecimentos que escapam das diretrizes formais advindos da monocultura do saber passam a ser desqualificados, esquecidos e negligenciados, assim como seus produtores, compreendidos como sujeitos cognoscentes e destituídos de razão legítima.

Esse fenômeno do epistemicídio dentro da ciência corroborou, durante séculos, ao desperdício de múltiplas experiências cognitivas que pluralizam perspectivas e visões de mundo. Como forma de dialogar com diversas fontes de conhecimento e procedências científicas, deve-se encarar o conhecimento enquanto ecologia de saberes (Santos, 2007) no qual o conhecimento é compreendido de forma intercultural e como interconhecimento (somatória de saberes).

A ecologia dos saberes é uma possibilidade de angariar diferentes práticas científicas a partir de uma inter-relação entre os saberes tidos como científicos e outros saberes, criando a possibilidade de um diálogo entre ambos os lados da linha, validando uma coexistência. Dentro desse universo de conhecimentos heterogêneos, sendo que a ciência moderna está nele incluída, o pensamento pós-abissal traria um entendimento de que há uma existência mútua em ambos os lados da linha abissal, equalizando o patamar de todos as realidades e saberes enquanto visíveis; na ecologia dos saberes permite a existência de ignorâncias e, conseqüentemente, a possibilidade de aprendizagem e esquecimento de certos conhecimentos e que todos os conhecimentos possuem suas limitações e alcances.

A ecologia dos saberes tem seu palco em contextos de diálogos prolongados, que permitam a participação e a diversidade, não confinado ao espaço da universidade por exemplo (Santos, 2007). Sendo um processo coletivo, a ecologia dos saberes é democrática, sem lideranças dominantes, sem distinção de conhecimentos e hierarquização de conjecturas.

Na tentativa de superação do pensamento abissal, duas abordagens se destacam: a sociologia das ausências (resgate das invisibilidades ditadas pela linha abissal) e a sociologia das emergências (somatória da realidade possível de ser atingida, por meio de utopias, pensamentos embrionários e experiências concretas) (Santos, 2002). Como forma de romper o daltonismo científico, ou seja, a unidimensionalização do pensamento entendido como válido, a sociologia das ausências busca transpor os padrões monoculturais dos conhecimentos por ecologias, divididas em cinco: a ecologia dos saberes (substitui a monocultura do pensamento científico); a ecologia da temporalidade (elimina a percepção como única a de linearidade temporal); ecologia dos reconhecimentos (resgatam percepções sobre diferenças e desigualdades impostas pelo pensamento abissal); ecologia das trans-escalas (evidenciam o universalismo degenerado imposto pelo pensamento dominante e traz para o entendimento de universalismo a pluralidade de contextos particulares) e a ecologia das produtividades (recuperação de outros sistemas de produção suprimidos pelo capitalismo) (Santos, 2007).

Sendo a epistemologia toda concepção advinda das condições de conhecimento válido, é a partir das cinco ecologias que a epistemologia deve se ressignificar em torno da concepção de pluralismo discursivo, científico, cultural e social, visando dissolver a linha que impera a segregação entre o visível e o invisível.

As Epistemologias do Sul (Santos, 2010b) surgem a partir dessa percepção de que o mundo é plural e diversificado, com culturas e saberes diferentes. Dentro dessa teoria epistêmica, há uma investigação sobre os saberes que foram sucessivamente suprimidos por saberes dominantes, e promover um diálogo entre os conhecimentos, superando o modelo epistêmico moderno ocidental, pautado pelo pensamento abissal. É importante frisar que, dentro desta perspectiva de Boaventura, todos os saberes devem ser entendidos como incompletos, inclusive a própria ciência formal advinda do positivismo e do pensamento moderno. Pensar em uma possível Epistemologia do Sul exige um questionamento da sua natureza colonial, por ter vindo de um processo criador, seu caráter capitalista, por meio da mercantilização global, e seu caráter patriarcal, desvalorização feminina enquanto ser social (Santos, 2019).

Essa fuga de uma monocultura do saber científico contemporâneo é corroborada a partir da perspectiva de Epistemografia, proposta por García Gutiérrez (2006). Utilizando o termo Epistemografia Interativa, García Gutierrez (2006) se baseou na perspectiva de epistemologia prática de Jean Claude Gardin (1987), e

atribui-lhe um sentido de valores socioculturais, éticos e políticos, em uma visão crítica pós-moderna, questionando o debate em torno do saber: conhecimento para quê e para quem? E, quem pode validar e determinar diferenças entre os conhecimentos, erguendo limites entre eles? Sob a ótica epistemográfica, todas as áreas têm garantia à razão e a transmiti-la em circunstâncias de exatos direitos e deveres correspondentes.

Na concepção do autor, a epistemografia é: “uma configuração transdisciplinar que tem como objeto a organização horizontal e interativa dos conhecimentos e, por extensão, da exomemória¹” (García Gutierrez, 2006, p.104). Por conseguinte, a sua execução prática e diária, trata com conceitos familiares e tidos como certos pela Epistemologia Moderna, como classificação, ordenação, método, representação, metacognição, além de outros.

No entanto, o democratismo da epistemografia lhe permite, ao se opor aos idealismos e absolutismos (absolutismo relativista) contestar a Epistemologia “[...] a partir de pegadas despercebidas e colaterais: em seus bueiros e esgotos, em seus despojos e contradições” (García Gutierrez, 2006, p. 104). Usando uma metáfora: a Epistemologia retrataria o conhecimento impecável e manifestado de forma exemplar e a epistemografia abrangeria o conhecimento ausente, embrenhando-se tanto nos favorecidos vice-reinados dos domínios científicos, quanto na vastidão das favelas do saber, porém, com a valia cercada de realidade e compreensão congruente conservada em seus arredores (García Gutierrez,2006).

Essa exposição leva a perceber que a epistemografia tem compreendido, em suas práxis com o conhecimento, a coexistir e anuir as partes mais desaceitas relacionadas ao seu universo, tais como o pluralismo lógico, a contradição ou a má fé argumentativa, conforme García Gutiérrez (2006). O autor continua o seu pensamento ao dizer que, de uma forma geral, os grupos e formadores intelectuais têm provocado uma vigilância aprimorando-se em procedimentos que revestem um discurso, suprimindo a autocontradição e simultaneamente a deixam em evidência no outro.

De maneira eficiente, quem coloniza, evangeliza e é imperialista, reprime a contradição no meio de princípios, valores heroicos, de uma forma aprimorada, consciente ou não, talvez amedrontados ou acovardados pelo que está subentendido em seus pensamentos subjugados e reprimidos, conforme García Gutiérrez (2006).

¹ A exomemória abarca todas as inscrições humanas, em suporte físico ou digital, sejam eles conhecimentos ou lembranças

Nas circunstâncias que apontam a desconstrução não é viável um método positivo que oculte o seu oposto, “isto é, não é possível ordenar sem a cooperação da desordem. Portanto, não seria factível classificar eficiente nem afetuosamente o mundo sem liberar as forças da desclassificação” (2006, p.107).

A desclassificação tem sido um instrumento de grande importância da epistemografia e se incumbe de inserir no coração da classificação o pluralismo lógico. Diferente da desclassificação, a classificação mostra um mundo, ocultando outro, utilizando-se de um método preestabelecido e dominador. O que se levaria a uma mudança nesta sistematização habitual no qual progredimos é a desigualdade à nossa volta como: discriminação, injustiça, conformismo, crenças sem fundamentos, falta de ética, barbárie do relativista, entre outras misérias (García Gutierrez, 2006).

Sendo assim, a desclassificação é vista como “[...] um sistema (des)classificatório que permite a existência de todos os sentidos possíveis e não um único conceito ordenado e dogmático fixado pelas instâncias dominantes do poder”, de acordo com Soares, Martin e Francelin (2013, p. 68). As concepções expostas por García Gutiérrez (2006), traz a necessidade de rever os procedimentos relacionados à classificação e nas complicações que poderiam existir, já que a forma tradicional de se classificar ordena o sistema de conhecimento e saberes atuais. Segundo o autor, isto só ocorrerá se implantarmos em nossos critérios de raciocínio, uma autocrítica embasada no pluralismo lógico e no respeito ao outro.

Para esta seção, foi trazida uma proposta de OC que contemple os estudos de Santos (2002, 2007, 2010a, 2010b, 2010c, 2019, 2021), associados à percepção de signo proposta por Peirce (C.P., 1995) em seus estudos semióticos, relacionado, também, a revisão narrativa, conforme Rother (2007), no sentido de potencializar as discussões entre autores, sem a preocupação de sistematizar as buscas bibliográficas para trabalhar o esquecimento na OC.

4 MÉTODOS DE NÃO ESQUECER

Como exposto nas seções anteriores, o esquecimento faz parte naturalmente dos processos da cognição humana, seja para evitar sobrecarga informacional na mente dos indivíduos, seja por seleção de conteúdos importantes a partir da disposição dos eventos ou pela seleção arbitrária do próprio indivíduo em atentar-se a certos conteúdos e outros não. O esquecimento, também visto anteriormente, é princípio ativo na produção, disseminação e perda de conhecimento, dado que os processos ali envolvidos, implicam em seleções e rejeições de certos saberes.

Sendo tão presente tanto na vida humana ou na ciência, o esquecimento também faz parte do comportamento do indivíduo. Estando ali situado, o esquecer é um elemento ativo na emissão de comportamentos específicos, ou condutas, voltados a obtenção de informações. Por se tratar de um fenômeno que ocorre em duas camadas, a interna ao indivíduo, no qual a própria cognição seleciona e descarta conteúdos e os coloca em forma latente às lembranças, como em uma camada externa, no qual operações práticas são desenvolvidas em torno da produção, disseminação e perda de conhecimentos. Trabalhar sob a primeira camada, a da cognição, implica certas inferências e abordagens neurocientíficas que aqui não cabem ao interesse da pesquisa, por envolver muitos aspectos de abstração e de não experimentação ou observação direta dos fenômenos e suas variáveis. É na segunda camada onde o comportamento de esquecer pode ser observado, selecionado e estudado.

A forma com que o esquecimento age em meio aos processos de obtenção de informações é de grande importância para buscarmos formas de sanar as lacunas informacionais deparadas neste processo. O esquecimento, aqui, opera de uma forma mais direta, observável e, ousamos dizer, controlável, devido a forma que ele se manifesta dentro da organização e da representação do conhecimento. Conforme dito por Almeida, Saldanha e Ribeiro (2016), é impossível o armazenamento integral do conteúdo de um documento, fazendo com que certas informações acabem caindo no esquecimento.

Torna-se importante entendermos como se dá essa perda, já vista anteriormente como forma de perda ou de operações ideológicas dentro da disseminação do conhecimento, dentro do processo de organização e de

representação. Ricoeur (2007) já traz a ideia de “memória feliz” como uma forma de sucessos de recuperação de uma lembrança previamente registrada e, posteriormente, adaptou-se tal conceito para o cenário da Ciência da Informação, no qual a recuperação tida como pela, eficiente e eficaz sobre certa busca, resulta em uma “recuperação feliz” (Almeida, Saldanha e Ribeiro, 2016). A recuperação feliz se baseia nos processos de aplicação de linguagens documentárias nos documentos, fazendo com que os mesmos tenham suas informações reduzidas em um conjunto de termos artificiais que sintetizem o conteúdo ali registrado. Aqui os autores frisam o fato de que há sempre “a seleção das ideias principais presentes no texto, esquecendo o todo e retendo apenas algumas partes” (Almeida, Saldanha e Ribeiro, 2016, p. 9). Assim como os autores, buscamos questionar, então, o que define aquilo que deve ou não ser selecionado neste processo de síntese do conteúdo documental?

Embora Weinrich (2001) traga a concepção da “Arte do Esquecimento”, de uma forma metódica, controlada e consciente, vimos que inúmeros fatores fazem parte de todo esse processo do ato de esquecer, seja por parte do leitor ou do profissional da informação. É imprescindível retomarmos sempre o aspecto ideológico envolvido no esquecimento, dado que é nele que o conteúdo desejável ou considerado como conhecimento legítimo é definido, alastrado e perpetuado. O esquecimento deve ser visto como um apagamento para a melhor precisão no resgate de certos conhecimentos, em busca da “recuperação feliz” vista anteriormente. Mas é fato também que esse apagamento possa ser nocivo para todos os saberes tidos como imprecisos para a recuperação, mas que possuem sua validade pois, “a recuperação da informação [...] negligencia toda a escala de desigualdade presente na construção social de toda e qualquer linguagem documentaria”. (Almeida, Saldanha e Ribeiro, 2016, p. 13)

Faremos o esforço, a partir daqui, de burlarmos essa “falha” do processo de representação, numa tentativa de equiparar todo e qualquer conhecimento enquanto válidos, pois compreendemos a Organização do conhecimento como operador político sob os conhecimentos, legitimando ou perpetuando o que vimos por memória oficial, ou memória condicionada a partir de uma epistemologia dominante. Sendo assim, “o esquecimento [...] é menos um método, e mais uma ação social orientada para a construção da autoridade através das lentes informacionais. (Almeida, Saldanha e Ribeiro, 2016. P. 14)

Garcia Gutiérrez (2011) trouxe em seus estudos o princípio de

desclassificação a ser aplicado dentro do universo da Ciência da Informação. A desclassificação seria não uma forma de negar os esforços de classificação operacionalizados pela CI, mas sim um combate aos dogmas da dialética presente na organização do conhecimento.

Tentaremos agora, iniciar uma proposta voltada a sanar este dilema do esquecimento presente na organização do conhecimento, tendo como base na imagem, especificamente na imagem técnica. Para tal, adentraremos no universo da imagem, considerada dentro da noção semiótica de signo, como forma de realizar um movimento de contraste na relação entre aquisição e perda.

4.1 AS TRADUÇÕES NO PROCESSO DE ORGANIZAR

No projeto intitulado “A reinvenção da emancipação social”, de Santos (2021), há um processo investigativo de descrição das alternativas à globalização neoliberal e ao capitalismo global, geradas a partir de movimentos sociais e organizações não governamentais, nos quais focam na luta contra a exclusão e a discriminação em diversos contextos sociais. Os países escolhidos como campo investigativo (África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Portugal e Moçambique) serviram como cenários para identificar iniciativas e movimentos em cinco áreas temáticas nas quais os conflitos Norte-Sul se manifestam de maneira mais evidente. Essas áreas incluem democracia participativa, sistemas de produção alternativos e economia solidária, multiculturalismo, direitos coletivos, pluralismo jurídico e cidadania cultural, alternativas aos direitos de propriedade intelectual capitalistas e proteção da biodiversidade e diversidade epistêmica do mundo, além do novo internacionalismo operário.

O projeto foi conduzido fora dos centros hegemônicos de produção da ciência social, com a intenção de criar uma comunidade científica independente das concepções predominantes nesses centros e unir diferentes tradições teóricas e metodológicas das ciências sociais, bem como diferentes culturas e modos de interação entre cultura e conhecimento.

A partir deste estudo, Santos (2021) expõe três conclusões essenciais derivadas de sua investigação e do contexto em que seu projeto foi desenvolvido. A primeira conclusão ressalta que a experiência social em todo o mundo é muito mais vasta e diversificada do que a tradição científica e filosófica ocidental costuma

reconhecer e valorizar. Isso sugere que a visão de mundo ocidental é, ao mesmo tempo, limitada e parcial. A segunda conclusão aborda o desperdício dessa riqueza social, mencionando que a negação da existência de alternativas e a ideia de que a história chegou ao fim se alimentam desse desperdício. A terceira conclusão é particularmente significativa, pois destaca a insuficiência da ciência social convencional para combater esse desperdício da experiência social. A ciência social predominante tem sido, em grande parte, responsável por ocultar ou desacreditar alternativas viáveis. Portanto, Santos (2021) defende que, para abordar esse desperdício, é necessário ir além da mera reformulação da ciência social existente; é preciso propor um modelo alternativo de racionalidade.

É nesse ponto que a ideia de razão indolente passa a ser vista como ferramenta da manutenção dos discursos de um paradigma dominante. "Razão indolente" refere-se a uma forma de pensamento ou raciocínio que é apática, negligente ou insensível em relação a questões complexas ou a realidades difíceis de compreender (Santos, 2000). É uma abordagem de pensamento que não está disposta a se envolver profundamente com as complexidades da cultura, identidade e poder. Em vez disso, a "razão indolente" pode representar uma atitude superficial ou simplista em relação a essas questões, evitando a investigação aprofundada e a reflexão crítica. É uma expressão que sugere uma falta de comprometimento intelectual ou uma incapacidade de lidar com as nuances e contradições das narrativas culturais e identitárias. (Santos, 2021)

A partir disso, a emergência de uma "razão cosmopolita" faz-se necessária, sendo uma forma antagônica à razão indolente e aos descasos à multiculturalidade presente nos processos de construção do conhecimento. A "razão cosmopolita" (Santos, 2021) é um conceito que se relaciona com uma abordagem de pensamento e uma perspectiva que valoriza a compreensão e a coexistência de diferentes culturas, identidades e visões de mundo em um contexto globalizado. Essa forma de raciocínio busca promover a tolerância, a inclusão e a solidariedade entre diversas culturas e grupos, reconhecendo a interconectividade das sociedades e a interdependência global.

A razão cosmopolita implica uma mentalidade aberta e receptiva a diversas perspectivas culturais e étnicas, buscando entender e respeitar as diferenças culturais, ao mesmo tempo em que enfatiza os valores e princípios universais que promovem direitos humanos, justiça social e igualdade. É uma abordagem que visa

superar o etnocentrismo e o nacionalismo, promovendo o diálogo intercultural e a colaboração em nível global. Três procedimentos metassociológicos são apresentados como forma de transição da racionalidade dominante para a emergente: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução (Santos, 2021).

Santos (2014) aponta que a compreensão do mundo ultrapassa significativamente a visão ocidental e que essa compreensão está intimamente ligada às concepções do tempo e da temporalidade. A visão ocidental da racionalidade é caracterizada por contrair o presente, fazendo com que ele seja fugaz e limitado entre o passado e o futuro. Além disso, a concepção linear do tempo e a ideia de planejamento histórico expandiram indefinidamente o futuro, criando expectativas otimistas em relação às experiências presentes.

Santos (2021) questiona a fugacidade do presente, à semelhança do pensamento de Ernst Bloch (1995), sobre o Princípio da Esperança - a esperança e a utopia são motores para a ação social e a busca por um futuro melhor, com a superação da inércia e o conformismo para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária. A partir dessas reflexões, Santos (2021) desenvolve sua crítica ao modelo de racionalidade ocidental, destacando a necessidade de explorar novas perspectivas e modelos que valorizem a diversidade de experiências sociais e reconheçam a complexidade da compreensão do mundo para além da visão ocidental restrita.

A racionalidade cosmopolita busca, então, perfurar a bolha do pensamento hegemônico, como uma resposta ao fenômeno da razão indolente. Essa nova racionalidade deve operar de maneira inversa à racionalidade convencional: expandir o presente e contrair o futuro. A ideia tácita é criar um espaço temporal que permita conhecer e valorizar a diversidade da experiência social global.

Como forma de dilatar o presente, Santos propõe a adoção de uma "sociologia das ausências" (2002, 2007, 2014, 2019, 2021), que visa tornar visíveis as experiências, conhecimentos e práticas que foram historicamente negligenciados ou excluídos pela visão hegemônica. Em contraste, para contrair o futuro, ele propõe uma "sociologia das emergências", que implica uma abordagem mais flexível para lidar com o futuro, reconhecendo que as expectativas de um futuro linear e previsível são frequentemente inadequadas.

Dentro da complexidade das sociedades contemporâneas, a diversidade de experiências sociais não pode ser explicada por uma única teoria geral, por permitir

uma dilatação do tempo futuro e deturpação dos discursos multiculturais presentes nas manifestações dos conhecimentos. Portanto, dentre de uma proposição emergente que não superficiais ou desarticule princípios fundamentais dos saberes, o "trabalho de tradução" passa a ser um procedimento que objetiva permitir o entendimento mútuo entre diferentes experiências e práticas sociais, sem apagar suas identidades.

Nesse princípio da razão indolente que ainda faz parte tanto do paradigma dominante como nas formas de pensamento advindos da ciência moderna, quatro formas de manifestação tornam-se aparentes: razão impotente, razão arrogante, razão metonímica e razão proléptica (Santos, 2007, p. 25-27). Essas formas de razão indolente estão intrinsecamente ligadas ao conhecimento hegemônico produzido no Ocidente nos últimos dois séculos, que tem sido moldado por eventos históricos como o desenvolvimento do estado liberal, revoluções industriais, colonialismo e imperialismo. Santos (2007) sugere que essa razão indolente moldou e presidiu os principais debates filosóficos e epistemológicos desse período, incluindo questões como determinismo versus livre-arbítrio, realismo versus construtivismo, estruturalismo versus existencialismo e outros.

Para Santos (2007), razão indolente mantém sua influência na forma como o conhecimento foi concebido. As correntes críticas não se mostraram suficientemente diferentes ou fortes o suficiente para desafiar essa razão de maneira abrangente. Isso contribuiu para a perpetuação da visão hegemônica e da tendência ao pensamento linear e à ideia de progresso no pensamento ocidental. No entanto, a razão indolente está sendo desafiada por uma série de novos desenvolvimentos, como a epistemologia feminista, os estudos culturais, os estudos sociais da ciência e teorias da complexidade, pois esses contribuem para minar a unidade e a homogeneidade da razão indolente, resultando em uma pluralidade de perspectivas e uma abertura à diversidade de saberes e experiências. A proposta de uma razão cosmopolita emerge como uma alternativa a essa razão indolente, com o objetivo de reconhecer, valorizar e traduzir a diversidade de experiências sociais e saberes no mundo contemporâneo

A indolência da racionalidade se manifesta na resistência à mudança das rotinas e na transformação de interesses hegemônicos em conhecimentos tidos como verdadeiros. Portanto, para efetuar mudanças significativas na estruturação do conhecimento, é necessário desafiar a própria razão que guia tanto a produção do conhecimento quanto sua organização.

As duas primeiras formas da razão indolente, a razão metonímica e a razão proléptica, são particularmente essenciais e influentes, e sua falta de questionamento contribuiu para a indecisão em debates sobre determinismo versus livre-arbítrio e realismo versus construtivismo (Santos, 2002). A ausência de questionamento e mudança em relação a essas formas de razão indolente impediu qualquer reestruturação significativa no campo do conhecimento. Assim, a necessidade de confrontar diretamente essas formas de razão como um passo crucial para mudanças mais profundas na organização do conhecimento e da epistemologia dominante.

A razão metonímica, caracterizada como uma forma de racionalidade obsedada pela ideia da totalidade sob a forma da ordem (Santos, 2021), considera que todas as compreensões e ações devem estar relacionadas a um todo, e esse todo possui uma primazia absoluta sobre suas partes constituintes.

A busca por uma homogeneidade entre o todo e suas partes, e, de acordo com essa lógica, as possíveis variações nas ações ou movimentos das partes são vistas como particularidades insignificantes, faz parte da condição da razão metonímica. Todas as dicotomias sustentadas pela razão metonímica, como cultura científica/cultura literária, conhecimento científico/conhecimento tradicional, homem/mulher, cultura/natureza, civilizado/primitivo, capital/trabalho, branco/negro, Norte/Sul, Ocidente/Oriente, entre outras, contêm uma hierarquia subjacente (Santos, 2019).

Dada sua natureza, duas consequências da razão metonímica são expostas por Santos (2021): ela proclama ser a única forma exaustiva, exclusiva e completa de racionalidade, apesar de ser apenas uma das lógicas de racionalidade no mundo; e exige que todas as partes estejam relacionadas com a totalidade, o que torna impossível que qualquer parte exista independentemente dessa relação dicotômica. Isso leva tanto à afirmação de que a compreensão do mundo se limita à compreensão ocidental do mundo, bem como uma compreensão seletiva do mundo que restringe a modernidade ocidental a uma visão parcial e limitada de si mesma e do mundo.

Tanto a razão metonímica quanto a razão proléptica tiveram suas ascensões no contexto ocidental nos últimos séculos, ao adotar suas formas de racionalidade como resposta à sua tentativa de se estabelecer como o epicentro da transformação capitalista global. Ao englobar uma multiplicidade de mundos e tempos, tanto terrenos quanto extraterrenos, tais racionalidades reduzem a multiplicidade dos

mundos orientais, por exemplo, por meio do processo de ruptura com o dogma religioso (Santos, 2021). Essa concepção simplificada da totalidade oriental teve que se impor autoritariamente como totalidade e impor uma homogeneidade às partes que a compõem. O resultado foi uma apropriação produtiva do mundo pelo Ocidente, que viu o Oriente como um centro improdutivo e estagnado.

A crítica da razão metonímica é, então, fundamental para recuperar a experiência desperdiçada e ampliar a compreensão do mundo pois, com a ampliação do presente há uma expansão do espaço-tempo que permite a identificação e valorização da riqueza inesgotável do mundo e do presente. Isso requer a adoção de outra forma de racionalidade. Os procedimentos para alcançar essa ampliação do presente (Santos, 2021) incluem a proliferação de totalidades, não no sentido de expandir a totalidade proposta pela razão metonímica, mas de permitir a coexistência de várias totalidades. O segundo procedimento envolve a compreensão de que qualquer totalidade é composta por elementos heterogêneos, e esses elementos têm uma vida própria fora dessa totalidade. Como ponto de partida, o repensar em termos dicotômicos que já implicam a percepção de identidades dominantes e dominadas para algo novo e libertador faz parte do esforço científico de desconstruir o controle da razão metonímica. Essas reflexões indicam a necessidade de transcender as limitações impostas pela razão metonímica e abrir espaço para a diversidade, a pluralidade e a coexistência de múltiplas totalidades e perspectivas no mundo.

Santos (2002) aborda o conceito de sociologia das ausências como um procedimento que visa identificar e transformar o que é considerado impossível diante das ciências sociais convencionais em algo possível. A sociologia das ausências tem como objetivo desafiar a lógica da razão metonímica, que tende a excluir ou marginalizar elementos que não se encaixam em suas dicotomias. Ela parte do questionar o que existe no Sul que escapa à dicotomia Norte-Sul. A sociologia das ausências busca explorar esses elementos subalternos e torná-los visíveis, valorizando aquilo que a razão metonímica tende a descartar. É importante notar que a produção de não existência ocorre de várias maneiras, mas todas estão enraizadas na mesma monocultura racional, que limita a compreensão do mundo à lógica dicotômica da razão metonímica. Portanto, a sociologia das ausências desafia essa lógica ao explorar e valorizar as múltiplas realidades que muitas vezes são negligenciadas ou invisibilizadas pela racionalidade convencional.

As realidades negligenciadas e invisibilizadas, segundo Santos (2007, p. 28-31), partem de cinco lógicas ou modos de produção da não existência, advindos do paradigma dominante, que são mecanismos poderosos usados para marginalizar ou tornar invisíveis certos elementos, grupos ou realidades na sociedade. Essas lógicas são:

- Monocultura do saber e do rigor do saber: se baseia na ideia de que a ciência moderna e a alta cultura são os únicos critérios válidos de verdade e qualidade artística. Tudo o que não é legitimado por esses é declarado inexistente. A não existência se manifesta como ignorância ou incultura;
- Monocultura do tempo linear: se baseia na ideia de que a história tem um único sentido e direção conhecidos, como progresso, desenvolvimento, ou globalização. Tudo o que é considerado assimétrico em relação ao que é declarado "avançado" é declarado atrasado, produzindo não existência sob a forma de atraso ou primitivismo.
- Classificação social: envolve a distribuição das pessoas em categorias que naturalizam hierarquias, como a classificação racial ou sexual. A hierarquia é vista como consequência, não como causa. A não existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável e natural.
- Escala dominante: enfatiza a importância da escala adotada como primordial, tornando irrelevantes todas as outras escalas possíveis. A escala dominante pode ser universal (entidades que valem independentemente do contexto) ou global (entidades que se estendem por todo o mundo). A não existência é produzida sob a forma de particularidade ou localidade, o que as torna incapazes de ser alternativas credíveis ao universal ou global.
- Lógica produtivista: se baseia na ideia de que o crescimento econômico é um objetivo inquestionável e que os critérios de produtividade capitalista são inquestionáveis. A natureza produtiva é aquela que maximiza a produtividade, enquanto o trabalho produtivo é aquele que maximiza a geração de lucros. A não

existência é produzida sob a forma de improdutividade, como esterilidade na natureza e preguiça ou desqualificação profissional no trabalho.

Essas lógicas de produção de não existência servem para justificar hierarquias, marginalizar grupos e realidades, e perpetuar a desigualdade social e econômica.

A razão metonímica, que privilegia totalidades homogêneas e excludentes, produz cinco formas sociais de não existência: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo. Essas formas de não existência tornam certas realidades e experiências apenas obstáculos em relação às realidades que são consideradas importantes (Santos, 2010c). A sociologia das ausências visa identificar o âmbito da subtração e da contração das experiências sociais e, assim, transformar a falta de experiência social em desperdício da experiência social. Ela busca criar as condições para que as experiências consideradas ausentes se tornem presentes e, portanto, alternativas às experiências hegemônicas, sujeitas a debate, argumentação e disputa política. Isso contribui para ampliar o campo das experiências credíveis no mundo e dilatar o presente, tornando contemporâneas as várias experiências que ocorrem simultaneamente, cada uma à sua maneira.

Com o conceito de "ecologia de saberes" (Santos, 2007), forma-se uma nova abordagem alternativa que substitui a monocultura do saber e do rigor científico. A ecologia de saberes busca identificar e valorizar outros saberes e critérios de rigor que operam de maneira credível nas práticas sociais. Cada tipo de conhecimento possui sua própria legitimidade contextual e deve ser considerado suficiente para participar de debates epistemológicos com outros saberes, incluindo o saber científico. Não existe uma ignorância generalizada ou um saber universal (Santos, 2019), pois toda ignorância é ignorante de um certo conhecimento, e todo conhecimento é a superação de uma ignorância específica. A aprendizagem de novos saberes pode implicar o esquecimento ou a desaprendizagem de outros, e a ignorância pode resultar desse processo. Em uma ecologia de saberes, a ignorância não é necessariamente um estágio inicial; ela pode ser o resultado do esquecimento ou da desaprendizagem de saberes anteriores.

A ideia de prudência subjacente à ecologia de saberes envolve a capacidade de aprender novos conhecimentos sem necessariamente esquecer os

antigos. A utopia do interconhecimento consiste em adquirir novos saberes sem precisar abandonar os saberes já existentes. Essa abordagem reconhece que todas as práticas sociais envolvem mais do que uma forma de saber e ignorância e busca promover a interdependência entre diferentes tipos de conhecimento.

Na sociedade capitalista moderna, as práticas baseadas no conhecimento científico são privilegiadas, e qualquer crise ou catástrofe resultante dessas práticas é vista como um custo social inevitável que pode ser superado ou compensado por novas intervenções científicas. Por exemplo: pandemias podem ser controladas por meio do desenvolvimento de vacinas e tratamentos; desastres naturais podem ser mitigados com a engenharia e sistemas de alerta precoce; as mudanças climáticas podem ser enfrentadas com tecnologias sustentáveis; crises alimentares podem ser amenizadas com a agricultura de precisão; e acidentes industriais, como derramamentos tóxicos, podem ser controlados com intervenções científicas para minimizar danos ambientais e à saúde. A ciência é vista como a solução para muitos desafios, apesar de muitas vezes ter contribuído para sua origem (Santos, 2021).

A ecologia de saberes (Santos, 2007) busca desafiar essa supremacia do conhecimento científico e promover a coexistência e a interação de diferentes saberes e perspectivas para abordar questões sociais e ambientais complexas. Sendo uma abordagem que visa substituir a monocultura do saber científico, reconhece e valoriza outras formas de conhecimento que operam de maneira eficaz nas práticas sociais. A ecologia de saberes reconhece que o conhecimento científico não está distribuído de maneira equitativa na sociedade, e suas intervenções muitas vezes servem aos grupos sociais que têm acesso a esse conhecimento.

A abordagem destaca que a injustiça social tem suas raízes na injustiça cognitiva, resultante da exclusão de saberes não científicos e da desigualdade no acesso a conhecimentos. No entanto, a busca por justiça cognitiva não significa desacreditar o conhecimento científico, mas sim utilizá-lo de forma crítica e contra-hegemônica. Em vez de desqualificar o conhecimento científico, a ecologia de saberes busca explorar práticas científicas alternativas que se tornaram visíveis por meio de epistemologias pluralistas e promover a interdependência entre saberes científicos e não científicos.

Essa abordagem reconhece que todos os saberes possuem limites internos e externos, e o uso contra-hegemônico da ciência moderna implica a exploração

desses limites internos e externos. A ecologia de saberes possibilita a superação da ideia de que os saberes não científicos são meramente alternativos ao saber científico, e em vez disso, considera a importância de entender os contextos e práticas em que diferentes formas de conhecimento operam e como lidam com questões específicas, como saúde e doença.

A ecologia de saberes não defende o relativismo, que trata todos os tipos de conhecimento como igualmente válidos, mas sim promove uma discussão pragmática entre critérios de validade alternativos. O objetivo é criar uma nova forma de relacionamento entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento, permitindo que diferentes saberes contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e equilibrada em suas relações com a natureza. Em vez de desqualificar previamente saberes que não se ajustam à ciência moderna, a ecologia de saberes busca promover o diálogo e a disputa epistemológica entre diferentes formas de conhecimento.

Como forma de substituir as cinco lógicas ou modos de produção da não existência, Santos (2007, p. 33) introduz o conceito de "ecologia de temporalidades" como uma resposta à lógica da monocultura do tempo linear. Sendo o tempo linear adotado como a concepção predominante na modernidade ocidental, não é a única forma de compreender o tempo, nem mesmo a mais praticada no mundo. A ideia central é que a concepção de tempo de uma pessoa ou grupo social em um determinado momento é um "palimpsesto temporal do presente" (Santos, 2021, p. 57), ou seja, é constituída por uma constelação de diferentes tempos e temporalidades.

A ecologia das temporalidades desafia a noção de que o tempo linear é a única maneira de entender o progresso, o desenvolvimento ou a história. Em vez disso, promove a ideia de que o tempo é multifacetado e que diferentes concepções temporais podem coexistir e interagir de maneira complexa nas sociedades contemporâneas (Santos, 2007). Essa perspectiva é importante para reconhecer e valorizar a diversidade de temporalidades e cosmologias presentes em diferentes culturas e contextos, bem como para questionar as hierarquias temporais impostas pela modernidade ocidental.

Diferentes culturas e práticas sociais têm regras temporais distintas, que determinam a relação entre o passado, o presente e o futuro, bem como a definição de termos como "cedo" e "tarde", "curto prazo" e "longo prazo", entre outros. As culturas também têm ritmos de vida específicos, sequências temporais, percepções

de pontualidade e diferentes formas de encarar a continuidade e descontinuidade no tempo. Essas hierarquias de temporalidades são cruciais para compreender como as relações de dominação funcionam nas sociedades. As hierarquias entre as temporalidades são uma forma sutil, mas poderosa, de exercer poder sobre grupos sociais e experiências que não se encaixam nas concepções dominantes de tempo linear, como as da modernidade capitalista ocidental.

A sociologia das ausências (Santos, 2002), enquanto ecologia das temporalidades, busca libertar as práticas sociais do estatuto residual que lhes é atribuído pelas concepções de tempo dominantes. Isso envolve reconhecer e valorizar as diferentes temporalidades presentes nas culturas e práticas sociais específicas, permitindo que elas se tornem objetos inteligíveis e objetos credíveis de argumentação e debate político. Ao romper com a linearidade hegemônica do tempo, a sociologia das ausências amplia as possibilidades de existência e legitimidade para saberes e experiências silenciadas. Essa abordagem valoriza a coexistência de múltiplas temporalidades, resgatando práticas marginalizadas como fontes legítimas de conhecimento. Assim, promove-se uma reconfiguração do presente, mais justa e plural.

Santos (2021, p. 58) discute a importância da existência de uma ecologia dos reconhecimentos como uma resposta à lógica da classificação social que produz hierarquias de poder baseadas em diferenças. As sociedades frequentemente identificam diferenças entre pessoas e grupos, mas essas diferenças são muitas vezes utilizadas para justificar a desigualdade. A "colonialidade do poder capitalista moderno e ocidental" é caracterizada pela ideia de que a diferença está intrinsecamente ligada à desigualdade. Nesse sistema, alguns são considerados iguais, enquanto outros são vistos como diferentes e, portanto, desiguais. A ecologia dos reconhecimentos procura uma nova forma de articular o princípio da igualdade com o princípio do reconhecimento da diferença. Para isso, torna-se fundamental desconstruir tanto a diferença quanto a hierarquia. Isso envolve questionar em que medida a diferença é um produto da hierarquia e em que medida a hierarquia é um produto da diferença. Ao fazer isso, torna-se possível reconhecer diferenças que não dependem da hierarquia e que, portanto, não justificam a desigualdade.

Os movimentos feministas, indígenas, negros, LGBTQIAPN+ e outros grupos têm liderado a luta por uma ecologia dos reconhecimentos. À medida que a

diversidade social e cultural aumenta e surgem formas complexas de opressão e dominação, esses movimentos buscam criar uma ecologia de diferenças feita de reconhecimentos mútuos. Essas lutas evidenciam a urgência de repensar as estruturas sociais a partir do respeito à pluralidade e à dignidade de cada sujeito. Ao reivindicar visibilidade e voz, esses movimentos ampliam os horizontes democráticos e desafiam narrativas hegemônicas. A ecologia dos reconhecimentos, assim, torna-se um caminho para justiça mais inclusiva e relacional.

A ecologia dos reconhecimentos compreende que as lutas contemporâneas não se resumem à luta de classes, mas também envolvem questões de gênero, raça, etnia, sexualidade, entre outras. Essas lutas trazem à tona diferentes temporalidades e subjetividades, e concepções não liberais de cultura se tornam recursos fundamentais para a resistência e a criação de alternativas. A ideia de cidadania multicultural, individual ou coletiva, passa a ser vista como um espaço privilegiado para lutas que buscam a articulação entre o reconhecimento da diversidade cultural e a redistribuição econômica e social (Santo, 2007). Ela alarga o círculo da reciprocidade, reconhecendo as diferenças iguais e criando novas exigências de inteligibilidade recíproca. Essa ampliação do círculo da reciprocidade e a necessidade de tradução entre diferentes atores, vocabulários e recursos se tornam cruciais para a redefinição do espaço político e para a busca de uma sociedade mais justa e equitativa.

Uma ausência identificada é a falta de reconhecimento de que não há globalização sem localização, e que assim como existem globalizações alternativas, também existem localizações alternativas. O "localismo globalizado" (Santos, 2021, p. 59) é a condição local que foi integrada na globalização hegemônica e, de fato, criada por ela. Isso leva ao aprisionamento do local em uma escala que o impede de ir além do impacto da globalização hegemônica.

A sociologia das ausências (Santos, 2021) busca desglobalizar o local em relação à globalização hegemônica, identificando o que no local não pode ser reduzido ao efeito de impacto, e explora a possibilidade de reglobalizá-lo como uma forma de globalização contra-hegemônica. Isso é feito através da identificação de outras formações locais que compartilham a mesma aspiração a uma globalização oposicional e da proposta de ligações credíveis entre elas. Essas ligações permitem que as formações locais se desvinculem dos impactos globais e se tornem pontos de resistência e geração de globalização alternativa, movendo-se de forma "interescalar"

na ecologia das transescalas.

A ecologia das transescalas implica uma complexa realidade de escalas e aspirações universais alternativas, exigindo um repensar das representações cartográficas (Santos, 2021 p. 59). Isso envolve ver não apenas o que cada escala de representação mostra, mas também o que ela oculta, e lidar com mapas cognitivos que operam simultaneamente com diferentes escalas, a fim de detectar possíveis articulações locais/globais. Muitos movimentos emancipatórios começam como lutas locais contra a exclusão social imposta pela globalização neoliberal, mas, com o tempo, desenvolvem articulações locais/globais para se globalizarem de forma contra-hegemônica

Por último, a quinta lógica da produção de ausências, que é a lógica produtivista, passa também a ser questionada por uma nova mentalidade. Santos (2021) enfatiza a necessidade da recuperação e valorização de sistemas alternativos de produção e organização econômica, tais como cooperativas operárias, empresas autogeridas, economia solidária, entre outros. Esses sistemas foram muitas vezes ocultados ou desacreditados pela ortodoxia produtivista capitalista.

Os movimentos sociais, como os de camponeses, movimentos urbanos, movimentos econômicos populares e movimentos indígenas, frequentemente baseiam suas lutas na "ecologia das produtividades". Isso significa que eles buscam alternativas ao paradigma do desenvolvimento e do crescimento econômico infinito, questionando a primazia dos objetivos de acumulação sobre os objetivos de distribuição inerentes ao capitalismo global. No cerne dessas alternativas está a ideia de que a economia deve incluir objetivos como participação democrática, sustentabilidade ambiental, equidade social, racial, étnica e cultural, e solidariedade transnacional.

A sociologia das ausências amplia o espectro da realidade social ao explorar alternativas econômicas realistas para construir uma sociedade mais justa. Essas alternativas expandem o conceito de cidadania para incluir valores organizacionais e políticos opostos ao capitalismo global, mantendo a promessa de eliminar a separação entre democracia política e despotismo econômico.

A sociologia das ausências busca revelar a diversidade e multiplicidade das práticas sociais e credibilizá-las, contrapondo-se à credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas. Ela se baseia na ideia de ecologia, que compreende diversas áreas, incluindo ecologia de saberes, ecologia de temporalidades, ecologia de

reconhecimentos, ecologia de escalas de pensamento e a ecologia de produtividades. Todas essas ecologias buscam incluir as realidades que foram ativamente produzidas como não existentes devido ao silenciamento, supressão e marginalização (Santos, 2010c).

Sendo um exercício contrafactual que desafia o senso comum científico tradicional, a sociologia das ausências exige imaginação sociológica, que compreende tanto a imaginação epistemológica, que diversifica saberes e perspectivas, quanto a imaginação democrática, que reconhece diferentes práticas e atores sociais (Santos, 2007, p. 43). Ela envolve tanto a desconstrução quanto a reconstrução, com a desconstrução ocorrendo nas formas de despensar, desresidualizar, desracializar, deslocalizar e desproduzir, e a reconstrução nas cinco ecologias mencionadas.

Desta forma, Santos (2007) destaca que a crítica da razão proléptica, que se refere à tendência da razão indolente em conceber o futuro a partir da monocultura do tempo linear, passa a ser questionada pelo paradigma emergente. Na razão proléptica, o futuro é visto como infinito, mas homogêneo e vazio, porque está projetado em uma direção irreversível. Esse tipo de pensamento torna o futuro uma entidade abstrata e sem significado real, que não requer reflexão ou cuidado, uma vez que só existe para se tornar passado.

Para contrair o futuro, ou seja, torná-lo escasso e significativo, a sociologia das emergências desempenha um papel fundamental. Contrair o futuro significa torná-lo objeto de atenção e considerar as implicações de ações no presente para as gerações futuras. O futuro dos indivíduos está limitado pela duração de suas vidas, e essa limitação torna o futuro um fator de ampliação do presente, já que as ações presentes afetam diretamente o que está por vir. Portanto, a sociologia das emergências busca substituir a visão vazia e linear do futuro por um futuro de possibilidades plurais e concretas, que são construídas no presente por meio de atividades de cuidado. Essa abordagem visa aprofundar a compreensão do tempo, do presente e do futuro, levando em consideração não apenas as dimensões sociais, mas também as éticas e políticas do cuidado em relação ao futuro. Ela representa uma crítica fundamental à visão linear do tempo e oferece uma perspectiva que enfatiza a importância do cuidado e da responsabilidade na construção do futuro.

A partir do conceito que o filósofo Ernst Bloch (1995) desenvolveu de "Ainda Não" (Noch Nicht), Santos (2021) articula formas em que o paradigma emergente conseguiria desarticular as percepções infinitas de futuro desprendidas das

consequências do presente. Para tal, o conceito do Ainda Não representa uma forma de pensamento que contrasta com esse paradigma. O Ainda Não não é um futuro indeterminado nem infinito; é uma possibilidade concreta que se inscreve no presente e o dilata. Ele tem uma componente de incerteza devido à falta de conhecimento completo das condições que podem concretizar a possibilidade e ao fato de que essas condições só existem parcialmente. Esse conceito permite reconhecer a incerteza e a contingência inerentes a todas as mudanças, o que significa que o futuro está sempre repleto de possibilidades, seja de utopia ou desastre.

Bhabha (1990, 1998) também destaca a importância de reconhecer as diferentes temporalidades e experiências dentro de uma nação. Essa exploração das diferentes temporalidades e experiências, em cada uma nação organizada e desenvolvida a partir dessas explorações, revela uma complexa sobreposição de narrativas culturais e históricas. O entendimento central é que a temporalidade de uma nação não segue uma trajetória linear e uniforme, mas é, na verdade, uma experiência híbrida.

É ressaltado que as nações são construções narrativas que emergem da interação entre diversos elementos culturais e históricos, a partir de uma duplicidade do tempo: o tempo pedagógico [formador das tradições] e o tempo performativo [presente e construtor de novas tradições] (Bhabha, 1990). Essa interação complexa é influenciada por fatores como história colonial, migração e difusão cultural. Além disso, as diferentes comunidades dentro de uma nação experienciam o tempo de maneiras distintas. Grupos minoritários, por exemplo, vivenciam o tempo de forma diferente em comparação com as comunidades dominantes, devido à sobreposição de suas próprias narrativas culturais às narrativas nacionais predominantes.

Essa complexa sobreposição de temporalidades e experiências resulta em um estado de "in-betweenness" ou liminalidade (Bhabha, 1990), onde as identidades nacionais e culturais não são estáticas, mas sim fluidas e em constante evolução. Essa liminalidade desafia a noção de uma narrativa nacional unificada e coesa.

A sociologia das emergências utiliza desse conceito para enfatizar a importância de cuidar e agir no presente, pois cada momento oferece um horizonte limitado de possibilidades (Santos, 2002). Consequentemente, a ênfase é dada à categoria modal da existência - a possibilidade - que foi frequentemente negligenciada em favor da realidade e da necessidade. O Ainda Não, apresentado por Bloch (1995), como visto anteriormente, é uma categoria que nos convida a explorar as

possibilidades e tendências latentes que moldam o presente e o futuro.

A sociologia das emergências se Santos representa uma abordagem que enfoca as alternativas e as possibilidades concretas dentro do presente e do futuro. Enquanto a sociologia das ausências amplia o presente, incluindo o que foi subtraído pela razão metonímica, a sociologia das emergências amplia o presente ao considerar as possibilidades e expectativas futuras que ele contém. Isso envolve um cuidado com o futuro, pois o Ainda Não é um futuro concreto, sempre incerto e repleto de possibilidades.

A ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes na sociologia das emergências é, em essência, um ato de imaginação sociológica e política (Santos, 2007, p. 37-38). Ela tem dois objetivos: primeiro, compreender as condições de possibilidade da esperança e, segundo definir princípios de ação que promovam a realização dessas condições. A sociologia das emergências lida tanto com as possibilidades (potencialidade) quanto com as capacidades (potência). Ela enfatiza o cuidado em vez da ideia mecânica de determinação, substituindo assim a mecânica do progresso pela axiologia do cuidado. A dimensão ética é fundamental nas sociologias das ausências e das emergências, tornando-as não convencionais.

O envolvimento emocional desempenha um papel crucial nessas abordagens, alimentando ações coletivas de transformação social. Isso envolve emoções básicas como a carência, o desespero, a confiança, a indignação e o entusiasmo. Um equilíbrio entre a corrente fria (conhecimento e compreensão) e a corrente quente (vontade de agir) é essencial para direcionar adequadamente as ações de transformação social. O desequilíbrio em qualquer direção pode levar ao conformismo ou ao extremismo e dificultar a capacidade de realizar mudanças eficazes (Santos, 2021).

A sociologia das emergências é uma abordagem que se concentra nas expectativas sociais em contraste com as experiências sociais. Essa abordagem reconhece a discrepância inerente entre experiências e expectativas na modernidade ocidental. A razão proléptica (Santos, 2007), por meio do conceito de progresso, acentuou essa discrepância ao criar a ilusão de expectativas radiantes, independentemente das experiências presentes. Enquanto a razão proléptica expandiu grandemente as expectativas e, assim, encolheu o presente, a sociologia das emergências busca um equilíbrio mais realista entre experiência e expectativa. Isso implica dilatar o presente e contrair o futuro, concentrando-se em expectativas

baseadas em possibilidades e capacidades reais no aqui e agora.

As expectativas modernas eram frequentemente grandiosas, abstratas, falsamente infinitas e universais. A sociologia das emergências desafia esse niilismo e propõe uma nova semântica das expectativas. As expectativas legítimas sob essa abordagem são contextuais, baseadas em possibilidades e capacidades concretas, reivindicando uma realização forte que as proteja da frustração. Essas expectativas apontam para novos caminhos de emancipação social.

A desaceleração do presente vem por meio da sociologia das emergências, tornando-o mais substancial e denso. Por meio de amplificação simbólica, essa abordagem busca identificar tendências e possibilidades futuras em práticas, experiências ou formas de saber existentes. Ela opera em duas frentes: melhorar o conhecimento das condições do possível nas realidades investigadas e fortalecer as condições do possível (Santos, 2021, p. 62). A sociologia das emergências é um tipo de conhecimento argumentativo que busca tornar menos parciais nosso entendimento dessas condições e, ao mesmo tempo, fortalecer as condições do possível. Ela presta atenção excessiva às pistas e sinais emergentes nas realidades sociais, com o objetivo de promover a compreensão e a ação em direção a um futuro mais sustentável e justo.

A sociologia das ausências e a sociologia das emergências abrangem uma ampla gama de campos sociais onde a multiplicidade e a diversidade de experiências estão presentes e em constante evolução. Ambas as abordagens visam expandir o domínio das experiências sociais disponíveis e possíveis, contribuindo para uma compreensão mais holística das dinâmicas sociais. Alguns dos campos sociais mais importantes onde essa multiplicidade e diversidade se manifestam incluem (Santos, 2021, p. 63):

- Experiências de Conhecimento: envolvem conflitos e diálogos entre diferentes formas de conhecimento. Exemplos incluem os conflitos entre a biotecnologia e os conhecimentos indígenas, a medicina moderna e a medicina tradicional, e a interação entre peritos e cidadãos comuns em estudos de impacto ambiental e tecnológico.
- Experiências de Desenvolvimento, Trabalho e Produção: nesse campo, há diálogos e conflitos entre diferentes formas e modos de

produção. Isso inclui alternativas ao modelo de desenvolvimento baseado no crescimento infinito, como a economia solidária, formas de produção sustentável, organizações econômicas populares e movimentos de comércio justo.

- Experiências de Reconhecimento: ocorrem diálogos e conflitos entre sistemas de classificação social. Experiências anticapitalistas incluem a ecologia anticapitalista, a interculturalidade progressista, o constitucionalismo multicultural e a discriminação positiva na forma de direitos coletivos.
- Experiências de Democracia: envolve diálogos e conflitos entre diferentes modelos de democracia. Exemplos notáveis incluem o orçamento participativo em várias cidades, formas de planejamento participativo, deliberações comunitárias e a participação cidadã em decisões sobre questões científicas e tecnológicas.
- Experiências de Comunicação e Informação: os conflitos e diálogos surgem da revolução das tecnologias de comunicação e informação. As redes transnacionais de comunicação independente e os media independentes alternativos desafiam os fluxos globais de informação e os meios de comunicação social globais.

Esses campos sociais representam áreas onde a sociologia das ausências e a sociologia das emergências podem identificar pistas e sinais de possibilidades futuras e atuar para ampliar o presente. Através da multiplicidade e diversidade de experiências disponíveis e possíveis, essas abordagens criam um entendimento mais abrangente das dinâmicas sociais e promover transformações positivas na sociedade.

A partir disso, duas tarefas tornam-se cruciais para o processo de repensar a compreensão do mundo em um contexto de multiplicidade e diversidade de experiências sociais, abraçar teoricamente a diversidade inesgotável do mundo e legitimar e motivar a ação de um mundo de possibilidades não predefinidas (Santos, 2021). No primeiro caso, dada a complexidade e diversidade do mundo, a busca por uma única teoria geral que abranja todas as realidades é insuficiente. Em vez disso,

é essencial reconhecer que o mundo é uma totalidade inesgotável, e, como tal, comporta diversas totalidades parciais. Isso significa que múltiplas totalidades coexistem, e cada parte pode ser vista como uma totalidade por direito próprio. Essa abordagem rompe com a ideia de uma teoria geral universal e enfatiza a necessidade de lidar com a diversidade e a multiplicidade de maneira mais flexível. A questão é como abordar a compreensão do mundo sem depender de teorias gerais. O segundo caso consiste em um contexto em que o sentido e a direção da transformação social não são predefinidos, surge a questão de como as lutas pela emancipação social podem ser legitimadas e motivadas. O desafio é como definir um mundo melhor e como agir em prol dele, mesmo sem ter certeza de qual seria esse mundo melhor. Isso levanta questões fundamentais sobre a legitimidade da ação social, a definição de objetivos para a transformação e o significado das lutas pela emancipação.

Tais ações que visam a melhoria do mundo estão interligadas e desafiam abordagens tradicionais que procuram teorias gerais ou soluções universais e não específicas para cada contexto e realidade heterogênea. A resposta a essas questões exige uma compreensão, a partir dos estudos de Santos (2010a, 2019, 2021) mais flexível da complexidade do mundo e a criação de novos processos de pensamento e ação que levem em consideração a multiplicidade de experiências sociais e a incerteza do caminho em direção a um mundo melhor.

A partir desses dois questionamentos, Santos discute a importância do trabalho de tradução como uma alternativa à teoria geral. A tradução é um processo que possibilita a comunicação entre diferentes perspectivas sobre a realidade, abrangendo tanto o que já existe quanto o que ainda pode surgir, conforme apontado pela sociologia das ausências e das emergências. Esse processo não trata nenhuma experiência como única e absoluta, nem como uma fração homogênea de um todo. Pelo contrário, cada experiência pode ser entendida ora como um todo, ora como uma parte, sem que sua complexidade se limite a essas definições. (2010c).

O trabalho de tradução também torna-se essencial na abordagem das relações entre o Norte global (ou mundo desenvolvido) e o Sul global (ou mundo em desenvolvimento). O Sul tem historicamente concentrado suas energias na adaptação e resistência às imposições do Norte. O trabalho de tradução, nesse contexto, ajuda a desconstruir os resíduos eurocêntricos deixados pelo colonialismo e a reconstruir as possibilidades histórico-culturais interrompidas pelo colonialismo e neocolonialismo (Serequeberhan, 1991, p. 22, *apud* Santos, 2010c, p. 174). O trabalho de tradução é

relevante tanto para os saberes quanto para as práticas e seus agentes, na construção de inteligibilidade recíproca entre diferentes experiências e na superação das limitações das teorias gerais. Em resumo, o trabalho de tradução é uma abordagem que valoriza a diversidade de experiências e busca promover o entendimento mútuo entre elas.

O trabalho de tradução, conforme descrito por Santos (2010c), desempenha um papel fundamental na busca por alternativas à teoria geral, permitindo criar inteligibilidade recíproca entre as diversas experiências do mundo, sejam elas disponíveis ou possíveis. Podemos observar pontos específicos dentro do processo de trabalho de tradução:

- Evitar hierarquias de experiências: A tradução reconhece que nenhuma experiência tem um estatuto exclusivo como totalidade ou parte homogênea. Em vez disso, todas as experiências do mundo são vistas em momentos diferentes como totalidades ou partes, sem que nenhuma delas esgote a totalidade da realidade. Isso ajuda a evitar hierarquias que classificam algumas experiências como superiores a outras.
- Compreender contextos coloniais e pós-coloniais: O autor menciona o impacto negativo do colonialismo no Sul global, que teve que se adaptar e resistir às imposições do Norte global. O trabalho de tradução também desafia os resíduos eurocêntricos herdados do colonialismo e busca revitalizar as possibilidades histórico-culturais interrompidas pelo colonialismo e neocolonialismo, como observado na filosofia africana. Portanto, a tradução não apenas promove a compreensão mútua, mas também busca reconstruir e revitalizar as heranças interrompidas.
- Inteligibilidade recíproca: A tradução promove relações de inteligibilidade recíproca entre diferentes experiências sociais, evitando que uma experiência seja canibalizada por outra. Isso implica uma abordagem de diálogo e entendimento que reconhece a diversidade de experiências sem impor hierarquias.
- Incidência sobre saberes e práticas: O trabalho de tradução não

se limita aos saberes, mas também se estende às práticas e aos agentes. Isso significa que o processo de tradução busca criar entendimento e comunicação entre diferentes conhecimentos, práticas e as pessoas que as realizam.

No geral, o trabalho de tradução emerge como um método crucial para abordar a complexidade e a diversidade do mundo, promovendo a compreensão mútua e evitando a hierarquização das experiências. Além disso, ele desempenha um papel vital na reconstrução e revitalização de heranças culturais interrompidas, especialmente em contextos coloniais e pós-coloniais.

Com base nisso, Santos (2010c) enfatiza o papel essencial da hermenêutica diatópica na mediação entre diferentes culturas e formas de conhecimento. Esse método interpretativo busca estabelecer conexões entre distintas tradições, identificando questões comuns e as variadas formas como cada cultura as responde. Seu propósito central é fomentar o diálogo e a compreensão mútua, superando barreiras culturais. Um dos seus principais aspectos é a busca por preocupações que ultrapassam fronteiras culturais, servindo como ponto de convergência para um intercâmbio mais profundo. Dessa forma, a hermenêutica diatópica constrói uma base sólida para o entendimento intercultural, reconhecendo que, apesar das diferenças, há elementos universais que conectam a humanidade.

Segundo Panikkar (2005), a noção de direitos humanos não é apenas uma questão acadêmica, mas algo que merece temor e respeito. Eles são frequentemente desrespeitados em todo o mundo, independentemente da região geográfica. Questionando se isso ocorre devido a uma possível falta de representatividade universal na forma atual dos direitos humanos, Panikkar (2005) entende que nenhuma cultura, tradição, ideologia ou religião pode representar toda a humanidade ou resolver todos os seus problemas. A necessidade de diálogo e interação entre diferentes perspectivas culturais, mas reconhece que as condições para esse diálogo nem sempre estão presentes. Ele argumenta que a formulação atual dos direitos humanos é o resultado de um diálogo parcial entre diferentes culturas e destaca a importância de questionar se os direitos humanos são verdadeiramente universais e invariantes.

Panikkar (2005) destaca a importância de levar em consideração a diversidade cultural ao considerar essa questão e adverte contra a imposição da noção de direitos humanos de uma cultura sobre outras, o que ele vê como uma

continuação do pensamento colonial. O autor enfatiza a importância da "hermenêutica diatopical," [aproximação da tradução terminológica empregada pelo autor] que envolve entender construtos de uma cultura a partir do contexto de outra cultura, em vez de presumir que a noção de direitos humanos é universal e fundamental para garantir a dignidade humana.

A hermenêutica diatópica envolve a comparação das respostas e abordagens dadas por diferentes culturas a essas preocupações compartilhadas. Isso contribui para uma compreensão mais profunda das diversas perspectivas culturais e promove um diálogo intercultural enriquecedor, no qual as culturas podem aprender umas com as outras (Da Silva Corralo e Serraggio Girelli, 2015; Alves e Courinho, 2019). Ela se estende à tradução entre diferentes concepções de vida produtiva. Essa abordagem demonstra como visões econômicas e de desenvolvimento podem variar em culturas diferentes. Além disso, a hermenêutica diatópica é aplicada à tradução entre diferentes concepções de sabedoria e visões de mundo, ampliando nossa compreensão da diversidade de visões filosóficas (Santos, 2010c).

Essa abordagem também introduz o conceito de universalismo negativo, que reconhece a incompletude cultural e contrasta com o universalismo positivo frequentemente associado ao Ocidente. A hermenêutica diatópica é impulsionada pela motivação de enriquecer as culturas por meio do diálogo e da compreensão mútua, superando a ideia de que uma cultura é superior a outra. Finalmente, o trabalho de tradução entre diferentes saberes, culturas e práticas desempenha um papel crucial na construção da contra-hegemonia. Isso envolve a agregação de saberes não hegemônicos e a formação de movimentos críticos que reconhecem a diversidade e buscam alternativas às narrativas dominantes (Santos, 2010c). A hermenêutica diatópica é uma ferramenta valiosa para promover um diálogo intercultural enriquecedor e construir um entendimento mais profundo entre as culturas em um mundo globalizado e diversificado.

Santos (2010c, p. 176-177) menciona dois exercícios importantes de hermenêutica diatópica. O primeiro envolve a tradução entre diferentes concepções de vida produtiva. O segundo exercício de hermenêutica diatópica envolve a tradução entre diversas concepções de sabedoria e diferentes visões do mundo. O diálogo e o confronto entre culturas incompletas são de extrema importância e motivadores para o trabalho de tradução, especialmente quando a ideia de carência e incompletude cria a necessidade de enriquecimento mútuo.

Bhabha (1990) apresenta uma abordagem que destaca a importância da tradução cultural e da diferença nas narrativas nacionais. Segundo o autor, as nações não são entidades estáticas e homogêneas, mas sim construções narrativas híbridas que surgem da interação de diversas correntes culturais. Esse processo de tradução cultural é fundamental para compreender as complexas identidades nacionais.

Essa perspectiva de Bhabha se alinha com as ideias de Santos (2010c) sobre a hermenêutica diatópica e a importância de traduzir entre diferentes culturas e saberes. Ambos os autores reconhecem a necessidade de considerar a diversidade cultural e de dar voz aos grupos marginalizados. Bhabha (1990) enfatiza como os "marginais" e grupos minoritários desempenham um papel crucial na redefinição das fronteiras da nação, uma ideia que se relaciona com a preocupação de Santos (2010c) com a justiça global e a importância de incluir diferentes perspectivas no diálogo intercultural.

A hermenêutica diatópica, conforme abordada e desenvolvida por Santos (2010c), propõe um diálogo intercultural que reconheça a incompletude mútua entre diferentes culturas, especialmente no contexto dos direitos humanos. A troca de culturas distintas revela desafios significativos, particularmente quando se trata de tradução intercultural no âmbito dos direitos humanos.

A hermenêutica diatópica (Santos, 2010c) propõe um caminho essencial para o diálogo intercultural no âmbito dos direitos humanos. Partindo do reconhecimento de que nenhuma cultura é completa em si mesma, essa abordagem enfatiza a necessidade de diálogo, pensamento crítico e valorização das diferenças para construir uma compreensão mais equitativa entre distintas tradições. Além disso, destaca a relevância de desconstruir estereótipos e de dar visibilidade à diversidade de vozes presentes dentro de cada cultura.

No contexto das traduções interculturais, vai-se além da simples transposição de idiomas, exigindo-se uma abertura para compreender e valorizar as visões de mundo que fundamentam as lutas por justiça e reconhecimento. Ao se debruçar sobre as tradições africanas, a hermenêutica diatópica encontra um repertório rico de perspectivas que questionam as narrativas ocidentais hegemônicas (Panikkar, 2005). A relação profunda entre cultura, espiritualidade e direitos humanos no continente africano evidencia a necessidade de uma abordagem que celebre a diversidade e reconheça as contribuições dessas sociedades para a construção de concepções mais amplas de dignidade e igualdade.

Ao se estender por diversas realidades culturais, a hermenêutica diatópica reforça a ideia de que a tradução intercultural nos direitos humanos é um empreendimento contínuo e desafiador. A valorização da incompletude mútua, o respeito às diferenças e a busca por uma compreensão mais profunda tornam-se elementos fundamentais nesse diálogo global, promovendo assim uma visão mais inclusiva e justa dos direitos humanos em um contexto intercultural.

A concepção convencional dos direitos humanos como um "esperanto" globalizado – termo vindo da tentativa de universalizar uma única língua, mas que não conseguiu emergir como uma solução integradora válida -, uma linguagem comum para a dignidade humana, é questionada, enfatizando a dificuldade de essa abordagem se tornar a linguagem cotidiana nas diversas regiões culturais (Santos, 1997). Então, a hermenêutica diatópica discutida por Santos (2010c) surge como um instrumento vital, promovendo a tradução entre as redes de linguagens nativas que podem ser mutuamente compreendidas, permitindo uma política cosmopolita insurgente. A reconstrução intercultural proposta visa transcender as barreiras linguísticas e culturais que limitam a eficácia dos direitos humanos.

A crítica de Santos (2010c) à dicotomia secular-religiosa no contexto ocidental sugere a necessidade de uma abordagem mais flexível, considerando as nuances culturais e a diversidade de interpretações dentro de cada tradição. A proposta de hermenêutica diatópica baseada na compreensão da incompletude dos lugares comuns culturais, que serão como os “topoi” culturais, destaca a importância do diálogo para superar as diferenças e alcançar uma compreensão mais profunda. A conscientização das origens complexas e muitas vezes opressivas dos direitos humanos no contexto imperialista destaca a necessidade de uma abordagem mais crítica e consciente.

A tradução não é apenas linguística, mas uma tradução de significados e valores, reconhecendo a diversidade de interpretações dentro de diferentes contextos culturais. É por meio desse processo de tradução que a emancipação pode encontrar expressão em termos culturalmente específicos (Santos, 2010c, p. 188), possibilitando uma compreensão mais profunda e enraizada da dignidade humana.

A tradução intercultural se torna um meio de dismantelar as normatividades originárias que sustentam o atual paradigma dos direitos humanos. É através da compreensão e crítica mútua entre diferentes contextos culturais que se pode desafiar as bases do imperialismo cultural subjacente aos direitos humanos

hegemônicos Assim como o respeito universal pela dignidade humana pode ser considerado utópico antes de ser concretizado, a busca por uma abordagem intercultural nos direitos humanos representa um compromisso ético sério, reconhecendo a importância de não reduzir a realidade apenas ao que existe, mas aspirar a uma compreensão mais ampla e contextualizada da dignidade humana em todo o mundo.

O aumento e a diversificação das experiências disponíveis e possíveis apresentam desafios complexos, destacando-se dois problemas interligados: a extrema fragmentação ou atomização do real e a dificuldade de conferir sentido à transformação social. Santos (2007), argumenta que as soluções tradicionais para esses problemas, baseadas na razão metonímica e proléptica, que concebem a história como tendo um sentido e uma direção, estão desacreditadas devido ao seu excessivo desperdício da experiência.

Há uma ambiguidade e a complexidade das identidades culturais dentro de uma nação. As diferenças culturais não podem ser reduzidas a uma única narrativa, mas são caracterizadas pela pluralidade e contradições, bem como as línguas estrangeiras e a ambiguidade desempenham um papel crucial na redefinição das identidades nacionais. Essa compreensão se alinha com a abordagem de Santos (2021, p. 65), que rejeita a noção de um universalismo homogêneo e defende a ideia de um "universalismo negativo," reconhecendo a impossibilidade de uma teoria geral que abarque todas as culturas e que a tradução entre diferentes culturas é essencial para enriquecer o diálogo global e superar as hierarquias de conhecimento.

Diante do descrédito dessas soluções, Santos (2007, 2010c) ressalta a necessidade de enfrentar os problemas subjacentes. Ele critica correntes pós-modernas celebratórias que negam a importância dos problemas em si, considerando a fragmentação social como uma solução, e questionam a possibilidade de uma transformação social com sentido e direção. Contudo, Santos argumenta que essas posições compartilham mais semelhanças com a razão metonímica e proléptica do que imaginam, pois também oferecem respostas universais a questões universais.

Na visão da razão cosmopolita de Santos (2010c, p. 175), a solução não está em substituir totalidades preexistentes ou redefinir os caminhos da transformação social, mas em repensar como essas totalidades são concebidas e interpretadas. Esse enfoque exige enfrentar duas tarefas interdependentes: a primeira consiste em reconhecer que o mundo é inesgotável, composto por múltiplas totalidades parciais; a

segunda busca compreender o significado das lutas por emancipação social em meio à incerteza sobre o futuro.

Santos (2010c, p. 174; 2007, p. 39) propõe que a alternativa à teoria geral é o trabalho da tradução. Ele define a tradução como o procedimento que possibilita a criação de inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, reveladas pela sociologia das ausências e das emergências. Destaca que esse procedimento não atribui a nenhuma experiência o estatuto exclusivo de totalidade ou parte homogênea. A tradução, conforme Santos, incide sobre saberes e práticas, utilizando a hermenêutica diatópica como forma de interpretação entre culturas, identificando preocupações comuns e diferentes respostas. Dessa forma, Santos enfatiza a importância da tradução como uma abordagem dinâmica e adaptável para lidar com a diversidade de experiências e perspectivas, promovendo o entendimento recíproco e permitindo uma compreensão mais rica e contextualizada das questões sociais e culturais.

O universalismo abstrato que fundamenta as teorias gerais centradas no Ocidente quanto à ideia de incomensurabilidade entre culturas possuem a tradução intercultural como uma alternativa e antídoto (Santos, 2018, p. 29). O autor destaca que essas duas abordagens explicam as duas "não-relações" da modernidade ocidental com culturas não ocidentais: destruição e assimilação. Ambas recusam considerar as culturas não ocidentais como alternativas culturais relevantes em qualquer sentido concebível, posicionando-as do outro lado da linha e permitindo que sejam descartadas como incompreensíveis ou transformadas em objetos de apropriação e violência.

A tradução intercultural, no entendimento de Santos (2007, 2010c), envolve a busca por preocupações isomórficas e pressupostos subjacentes entre culturas, identificando diferenças e semelhanças, e desenvolvendo, quando apropriado, novas formas híbridas de compreensão cultural e intercomunicação que possam ser úteis para promover interações e fortalecer alianças entre movimentos sociais que lutam, em diferentes contextos culturais, contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado, em prol da justiça social, da dignidade humana ou da decência humana. Ela questiona as dicotomias reificadas entre diferentes conhecimentos (por exemplo, conhecimento indígena versus conhecimento científico) e o status abstrato desigual desses conhecimentos. Santos (2010c) destaca que o trabalho de tradução permite lidar com a diversidade e o conflito na ausência de uma teoria geral e de uma política

comandada.

A tradução intercultural é um processo dinâmico que combina tanto a argumentação quanto as emoções, emergindo do equilíbrio entre semelhanças e diferenças, sempre guiado por uma ética do cuidado (Santos, 2010c). No contexto das epistemologias do Sul, ela se configura como uma interpolicidade, fomentando alianças entre movimentos sociais que sustentam a globalização contra-hegemônica. Seu propósito é reduzir barreiras à articulação política entre grupos diversos que, apesar de compartilharem a luta por justiça social e dignidade humana, enfrentam desafios decorrentes de diferenças culturais e dificuldades de entendimento mútuo. Mais do que uma reflexão teórica, essa abordagem se impõe como uma necessidade prática para fortalecer conexões e expandir a mobilização além das fronteiras locais e culturais.

Santos (2002, 2007, 2010c) destaca a importância de buscar relações de autoridade compartilhada para garantir a reciprocidade entre grupos sociais ou movimentos, apresentando isso como um padrão normativo pelo qual as práticas concretas de tradução devem ser avaliadas. Ele encoraja a investigação das relações sociais subjacentes à tradução intermovimentos e o esforço contínuo para reduzir relações de poder desiguais. Portanto, a tradução intercultural é vista como um processo vivo que busca a reciprocidade, superando a preocupação com culturas de origem e culturas-alvo, favorecendo a cooperação e a compreensão mútua.

Santos (2018, p. 266) adota a concepção de "filologia viva" de Gramsci, entendendo a tradução intercultural como um processo vivo de interações complexas entre artefatos heterogêneos, tanto linguísticos quanto não linguísticos, que ultrapassam em muito os quadros centrados em logocentrismo ou discurso. Desta forma, o emprego do termo "tradução intercultural" em vez de "tradução cultural" ocorre porque, na globalização crítica, as diferenças culturais são mais frequentemente interculturais do que intraculturais.

A ideia de tradução como possibilitadora de inteligibilidade mútua entre experiências sociais culturalmente diversas é enfatizada. A tradução mina a ideia de culturas originais ou puras, enfatizando a ideia de relacionalidade cultural (Santos, 2018). Ele destaca conceitos como equívoco, ambivalência, mestiçagem ou hibridismo e imitação, fundamentais para a tradução intercultural, que é valorizada por seu possível contributo para a política intermovimentos.

O autor (Santos, 2010c, p. 182) concebe o espaço intermediário que torna

a tradução possível como uma zona de contato. Ele define as zonas de contato como campos sociais nos quais diferentes mundos de vida cultural se encontram, mediam, negociam e colidem. Essas zonas de contato são locais de experimentação normativa e cultural, onde ideias normativas rivais, conhecimentos, formas de poder, universos simbólicos e agências se encontram em condições geralmente desiguais, dando origem a constelações culturais híbridas.

A complexidade é intrínseca à definição da própria zona de contato, sendo a definição de uma linha que a delimita e se a diferença entre culturas ou mundos normativos de vida é tão ampla a ponto de torná-los incomensuráveis (Santos, 2010c). Paradoxalmente, devido à multiplicidade de códigos culturais presentes, a zona de contato é relativamente não codificada, uma zona de experimentação normativa e cultural.

As assimetrias envolvidas no trabalho de tradução e como podem ser reduzidas ou eliminadas à medida que o esse trabalho avança também são exploradas. Com a criação de comunicação não hierárquica e a obtenção de significados compartilhados como fatores relevantes, especialmente para traduções como projetos políticos voltados para o empoderamento mútuo.

A tradução intercultural é um processo vivo que busca a reciprocidade, reduzindo a desigualdade (Santos, 2002, 2007, 2010c, 2018). As constelações culturais emergentes desse processo podem ser mais ou menos instáveis, provisórias e reversíveis. O potencial político da tradução intercultural depende das condições específicas de mediação e negociação, sendo essas as principais condicionantes do trabalho de tradução (Santos, 2018, p. 269). O objetivo da tradução é reduzir a desigualdade, procedendo assim em direção à reciprocidade e o trabalho de tradução.

No contexto da globalização, Bhabha (1990) enfatiza como a cultura é um processo em constante mudança e como as identidades culturais são fragmentadas e híbridas. Isso reflete a preocupação de Santos com a necessidade de construir uma contra-hegemonia que inclua diferentes saberes plurais e diversos. Ambos os autores reconhecem que as culturas não são completas em si mesmas, e o diálogo entre diferentes culturas é essencial para enriquecer o conhecimento e promover a justiça global.

A questão de "anomia" nas narrativas nacionais, abordado por Bhabha (1990, p. 208), destacando como as normas e padrões de conduta podem ser frágeis e instáveis. a anomia se refere à ausência de um sistema de significados e valores

culturalmente compartilhados, especialmente em relação às identidades culturais e nacionais. A falta de uma identidade cultural ou nacional estável e homogênea leva a uma sensação de fragmentação, contestação e hibridiz em nas identidades, resultando em uma falta de orientação e ordem cultural clara.

Essa anomia surge da tensão entre as narrativas culturais tradicionais e as influências modernas, coloniais e globalizantes que se sobrepõem e competem entre si. A ausência de um sistema de significados unificado leva a uma sensação de deslocamento e incerteza nas identidades e culturas contemporâneas, refletindo a complexidade da experiência na era da modernidade e da pós-colonialidade. Isso se relaciona com a visão de Santos (2007) de que as normas ocidentais não devem ser impostas a outras culturas e que a diversidade cultural deve ser respeitada. Ele argumenta que as culturas não devem ser homogeneizadas, mas sim reconhecidas em sua complexidade e multiplicidade.

O trabalho de tradução, então, não se limita apenas a traduzir entre saberes hegemônicos e não hegemônicos, mas também entre diferentes saberes não hegemônicos, ou seja, é a formação de pontes de diálogo entre as teorias gerais com os conhecimentos subalternos e, também entre esses conhecimentos subalternos que necessitam de apoio para uma interlocução. A agregação e a inteligibilidade recíproca entre esses saberes não hegemônicos são essenciais para construir a criticidade, sendo por meio da hermenêutica diatópica e do trabalho de tradução que acontece a promoção do diálogo intercultural e na superação das limitações das teorias gerais.

A tradução entre práticas sociais e seus agentes desempenha um papel fundamental na construção da compreensão mútua e no fortalecimento da cooperação entre diferentes culturas e movimentos sociais. Diferente da tradução entre saberes, que busca interpretar e dialogar entre distintas tradições intelectuais, a tradução entre práticas concentra-se na criação de inteligibilidade entre formas de organização e objetivos de ação que orientam iniciativas sociais. Em sua essência, esse processo trata os saberes como conhecimentos aplicados, que se concretizam em práticas e materialidades. (Santos, 2018)

A distinção entre o trabalho de tradução entre saberes e o trabalho de tradução entre práticas é baseada na perspectiva que informa cada um deles (Santos, 2010c, p. 175-176). O último se torna especialmente crucial quando os saberes que orientam diferentes práticas são menos distintos do que as práticas em si, especialmente quando essas práticas ocorrem no interior do mesmo contexto cultural.

É nesse cenário que se torna evidente a necessidade de traduzir as formas de organização e objetivos de ação de diferentes movimentos sociais que operam em um país ou região.

A importância desse trabalho de tradução é destacada pela sociologia das ausências e das emergências, que ampliam significativamente o conjunto de experiências sociais disponíveis e potenciais. Além disso, como não existe um princípio único de transformação social, é impossível determinar hierarquias e articulações abstratas entre as experiências sociais, suas visões de transformação e estratégias para efetivá-las. Esse trabalho é especialmente crucial entre práticas não hegemônicas, já que a inteligibilidade entre elas é uma condição fundamental para a criação de práticas contra-hegemônicas que desafiem as narrativas dominantes e promovam a justiça social e a mudança transformadora (Santos, 2010c, p. 178).

O trabalho de tradução desempenha um papel categórico na criação de inteligibilidade, coerência e articulação em um mundo caracterizado por uma multiplicidade e diversidade crescentes, particularmente nas ciências sociais. Enquanto a sociologia das ausências e das emergências aumenta o estoque de experiências disponíveis, o trabalho de tradução busca torná-las acessíveis e relevantes, reconhecendo que a tradução é um processo intelectual, político e emocional (Santos, 2010c, p. 181).

Ela não se limita a aspectos técnicos; envolve a deliberação democrática sobre como os componentes técnicos são aplicados ao longo do processo de tradução (Santos, 2018). Como resultado, a tradução é também um trabalho político, pois visa criar inteligibilidade entre culturas e saberes diversos. Isso contrasta com a limitação das ciências sociais convencionais, que muitas vezes não conseguem lidar com a diversidade cultural e a complexidade do mundo contemporâneo.

O trabalho de tradução é transgressivo, desafiando fronteiras disciplinares e assumindo uma abordagem mais holística, procurando compreender as dimensões culturais, religiosas e políticas de fenômenos e práticas. Além disso, o trabalho de tradução baseia-se no universalismo negativo, que reconhece a impossibilidade de uma teoria geral, evitando abordagens coloniais e reconhecendo que a diversidade cultural é uma riqueza a ser valorizada.

As condições e procedimentos do trabalho de tradução podem ser esclarecidos por meio de uma série de perguntas propostas por Santos (2010c, p. 181-187): O que deve ser traduzido? Entre quais culturas ou saberes deve ocorrer a

tradução? Quem deve realizar a tradução? Quando é apropriado realizar a tradução? E, finalmente, com que objetivos a tradução está sendo realizada? Essas questões orientam o processo de tradução e ajudam a garantir que a inteligibilidade e a compreensão mútua sejam promovidas em um mundo diversificado.

A decisão sobre o que traduzir é central para o trabalho de tradução e, em grande parte, está relacionada com o conceito de "zonas de contato". Essas zonas de contato representam campos sociais onde diferentes mundos normativos, práticas e conhecimentos se encontram e interagem. No contexto da modernidade ocidental, duas zonas de contato fundamentais são identificadas: a zona epistemológica, onde a ciência moderna se encontra com os saberes leigos tradicionais, e a zona colonial, onde ocorre o encontro entre colonizadores e colonizados. Ambas são caracterizadas por desigualdades extremas de poder. (Santos, 2010c, p. 182)

Para a razão cosmopolita, essas zonas de contato são limitadas e desiguais, e é importante criar novas zonas de contato que respeitem a capacidade de cada saber ou prática decidir o que é posto em contato e com quem. As zonas de contato são seletivas por natureza, pois os saberes e práticas excedem o que pode ser trazido para o diálogo. O trabalho de tradução envolve escolher quais aspectos de cada cultura ou saber serão postos em contato, e essa seleção é parte integrante do processo de tradução (Santos, 2018, p. 30).

Além da seletividade ativa, Santos (2010c, p. 183) existe também a seletividade passiva, que se refere a aspectos que se tornaram impronunciáveis devido à opressão histórica que sofreram, sendo aspectos representam vazios intraduzíveis e profundos, banhados em sofrimentos, que fazem parte da identidade dos saberes e práticas. Em situações de longa duração, esses vazios podem ser impossíveis de preencher, tornando-os abismais.

A questão do que traduzir (Santos, 2010c, p.183) também leva em consideração a diversidade interna das culturas. As culturas não são monolíticas, e cada uma possui várias versões ou interpretações de seus saberes e práticas. Nas zonas de contato interculturais, cabe a cada prática cultural decidir quais aspectos devem ser selecionados para o confronto multicultural. Em muitos casos, as versões mais inclusivas são as mais promissoras para o trabalho de tradução e hermenêutica diatópica.

Portanto, a seleção de "o que traduzir" (Santos, 2018, p. 282) é um processo complexo que envolve a decisão de quais saberes e práticas são postos em

contato, com base em critérios de relevância, promissora intercultural e respeito pela capacidade de cada cultura decidir sobre sua participação no diálogo multicultural. Isso contribui para a construção de zonas de contato mais equitativas e enriquecedoras.

O "quando traduzir" (Santos, 2010c, p. 185; Santos, 2018, p. 286) é uma questão crucial no trabalho de tradução e na construção de zonas de contato cosmopolitas. A escolha do momento certo para o diálogo entre culturas é vital para evitar a criação de zonas de contato imperiais e garantir que o trabalho de tradução seja genuíno e enriquecedor. A modernidade ocidental, nas últimas décadas, começou a adotar o multiculturalismo como uma abordagem para o diálogo intercultural. No entanto, essa abordagem muitas vezes assumiu que as culturas que foram anteriormente oprimidas estariam prontas e ansiosas para o diálogo, o que nem sempre é o caso.

Essa suposição precipitada resultou em novas formas de imperialismo cultural, mesmo quando se vestiam de multiculturalismo. Santos se refere a isso como "multiculturalismo reacionário" (2010c, p. 185). O diálogo intercultural só deve ocorrer quando as condições sejam propícias e quando houver disposição genuína de ambas as partes para o diálogo. Caso contrário, corre-se o risco de perpetuar desequilíbrios de poder e criar situações de canibalização cultural.

Além disso, nas zonas de contato multiculturais, é fundamental levar em conta as diversas temporalidades que coexistem nesse processo. Cada cultura e prática social opera dentro de ritmos próprios, influenciados por sua história, memória e dinâmicas internas.. O trabalho de tradução deve reconhecer que diferentes culturas têm suas próprias narrativas históricas e visões do tempo. A ideia é criar uma contemporaneidade na zona de contato, permitindo que saberes e práticas que operavam em diferentes linhas do tempo coexistam e dialoguem. No entanto, isso não implica apagar a história, especialmente em situações em que relações de poder desiguais levaram à exclusão de saberes e práticas. A zona de contato deve ser gerida de forma a preservar a história e a origem desses saberes e práticas, evitando que sejam reduzidos a uma narrativa que começa apenas com sua presença na zona de contato. O desafio é manter a simultaneidade do contato sem apagar ou distorcer as histórias subjacentes.

No trabalho de tradução entre culturas, aqueles que desempenham o papel de tradutores são indivíduos enraizados nas práticas e saberes que representam, e

ao mesmo tempo, possuem uma compreensão profunda e crítica dessas práticas e saberes. São intelectuais cosmopolitas (Santos, 2010c, p. 186) que atuam como mediadores e facilitadores do diálogo intercultural. Esses tradutores de culturas desempenham um papel fundamental na construção da globalização contra-hegemônica.

Esses intelectuais cosmopolitas não se limitam a uma perspectiva unidimensional; pelo contrário, têm a capacidade de se envolver profundamente nas práticas e saberes de suas próprias culturas, bem como de compreender e avaliar criticamente as práticas e saberes de outras culturas. Eles incorporam o princípio de Sabedoria Didática, proposto por Oruka (1990, *apud* Santos, 2018), que é a capacidade de reconhecer as carências e a incompletude em seus próprios saberes e práticas, impulsionando-os a buscar respostas e enriquecimento em outros saberes e práticas.

Esses tradutores de culturas podem ser encontrados em várias posições dentro de movimentos sociais, desde os líderes até os ativistas de base. Eles desempenham um papel fundamental na construção de pontes de entendimento, na criação de zonas de contato cosmopolitas e na promoção do diálogo intercultural. No futuro, a decisão sobre quem desempenha o papel de tradutor provavelmente se tornará uma das questões mais críticas nas deliberações democráticas voltadas para a construção de uma globalização contra-hegemônica.

O trabalho de tradução é essencialmente um trabalho argumentativo, baseado na emoção cosmopolita de compartilhar o mundo com aqueles que não compartilham o mesmo conhecimento ou experiência. No entanto, esse trabalho de tradução enfrenta várias dificuldades significativas (Santos, 2010c).

A primeira dificuldade (Santos, 2010c, p. 186-187; Santos, 2018, p. 287-288) está relacionada com as premissas da argumentação. Para que um debate aconteça, é necessário que existam princípios, referências e regras aceitas por todos os envolvidos. Esses elementos compartilhados, frequentemente chamados de "topoi" ou lugares-comuns, funcionam como um terreno comum que torna possível a divergência dentro de um mesmo enquadramento. Contudo, a tradução enfrenta um desafio distinto: ela opera entre conhecimentos e culturas que não necessariamente compartilham esses pontos de referência. Os "topoi" disponíveis costumam ser específicos a determinados contextos e podem não ser reconhecidos como evidentes por outras tradições. Assim, o processo de tradução exige não apenas a mediação

entre perspectivas, mas também a construção ativa de novos referenciais que tornem possível o diálogo dentro de cada situação e contexto de contato. Esse esforço é tanto um desafio quanto um fator determinante para a qualidade da tradução.

A segunda dificuldade (Santos, 2010c, p. 187; Santos, 2018, p. 288) refere-se à língua utilizada na argumentação. Comumente, os saberes e práticas que se encontram nas zonas de contato não possuem um idioma compartilhado, e a desigualdade no domínio da língua adotada pode dificultar a comunicação. Outro ponto relevante é, quando a zona de contato é multicultural, a língua escolhida pode carregar marcas históricas de dominação, especialmente se tiver sido imposta em períodos historicamente coloniais, imperiais ou opressores. Isso pode gerar resistências à sua adoção em um espaço de intercâmbio mais igualitário. Dessa forma, definir a língua de comunicação torna-se uma decisão sensível, que pode influenciar a dinâmica e a legitimidade do diálogo. A escolha da língua de comunicação é, portanto, uma questão delicada.

A terceira dificuldade (Santos, 2010c, p. 187; Santos, 2018, p. 288-289) diz respeito aos silêncios. Cada cultura e prática social tem maneiras diferentes de articular palavras e silêncios, e atribui significados diversos ao silêncio. Gerir e traduzir esses silêncios é uma das tarefas mais desafiadoras no trabalho de tradução. Os silêncios podem conter significados profundos e nuances que podem ser difíceis de compreender e traduzir, e a gestão adequada dos silêncios é essencial para uma tradução eficaz e respeitosa.

Essas dificuldades tornam o trabalho de tradução um processo complexo e muitas vezes incerto, mas é um elemento crucial na construção de pontes interculturais, na promoção do diálogo e na busca por respostas compartilhadas em um mundo caracterizado pela diversidade de conhecimentos e práticas.

Naturalmente, questionar “o porquê das traduções” (Santos, 2010c, 2018) engloba todas as concepções anteriormente citadas: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução são as ferramentas propostas pelo autor que possibilitam um combate direto à “razão indolente”, na forma de razão cosmopolita. “Essa alternativa se baseia na ideia de que a justiça social global não é possível sem uma justiça cognitiva global” (2010c, p. 187).

O trabalho de tradução é essencial para dar sentido ao mundo em um momento em que a modernidade ocidental, com suas monoculturas articuladas e disseminadas, não oferece mais direções ou significados automáticos. Portanto,

precisamos de um trabalho de tradução baseado na sociologia das ausências e das emergências para imaginar novas concepções de emancipação social em um mundo diversificado.

O trabalho de tradução é, em última análise, um trabalho de imaginação epistemológica e democrática, na tentativa de propor e proporcionar alternativas plurais à globalização neoliberal. Mesmo na incerteza de garantias de sucesso, conforme ressaltado por Santos (2010c), mas o objetivo é criar constelações de saberes e práticas que ofereçam alternativas cabíveis dentro do cenário da atualidade. A razão cosmopolita prefere imaginar um mundo melhor a partir do presente, dilatando o presente e contraindo o futuro. Isso permite ampliar o campo das experiências e avaliar as alternativas disponíveis no presente. As expectativas são as possibilidades de reinventar a experiência confrontando-a com a diversidade de experiências que são ausentes ou reprimidas pela razão metonímica ou proléptica. Assim, a possibilidade de um futuro melhor não está em um futuro distante, mas na reinvenção do presente com base na sociologia das ausências, sociologia das emergências e trabalho de tradução e um encurtamento da noção de futuro.

Concluimos que, para Santos (2010c, 2018), a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução são essenciais para desenvolver uma alternativa à chamada "razão indolente." A modernidade ocidental perdeu seu sentido e direção automáticos, e a tradução é o procedimento que resta para dar sentido ao mundo. O trabalho de tradução, quando baseado na sociologia das ausências e das emergências, é um exercício de imaginação de uma nova possibilidade de episteme e democracia que visa criar novas e plurais concepções de emancipação social. A partir disso, tentaremos repensar algumas questões que envolve o trabalho de tradução e, conseqüentemente, todos esses fenômenos apresentados anteriormente, dentro de uma prática que se conecta diretamente com as formas de socialização de conhecimentos, a indexação.

4.2 O PROCESSO DE INDEXAÇÃO E A TRADUÇÃO

A Norma Brasileira NBR 12676, estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (1992), tem como objetivo fixar as condições exigíveis para a prática normalizada do exame de documentos, determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Criada para orientar os estágios preliminares da

indexação, a norma não abrange práticas de sistemas de indexação automáticos, pré ou pós-coordenados.

Essa norma é especialmente útil para serviços de indexação, tanto autônomos quanto interconectados, onde os temas dos documentos são sintetizados e os conceitos são representados por meio de uma linguagem específica de indexação. Além disso, a NBR 12676 (ABNT, 1992) pode servir como referência para profissionais encarregados da elaboração de resumos, facilitando a conversão das solicitações dos usuários em termos compatíveis com a linguagem de indexação.

A norma, criada com base em princípios específicos e definições cuidadosamente estabelecidas, oferece diretrizes para a análise de documentos, identificação de conceitos e seleção de termos representativos. Para garantir a qualidade da indexação, a NBR 12676 destaca a importância da consistência na especificidade dos termos, qualificações do indexador e a qualidade dos instrumentos de indexação.

O desenvolvimento da norma foi fundamentado na consulta a documentos complementares, como as normas ISO 2788 (1986) e ISO 5864 (1978), que oferecem diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues e multilíngues. Sua relevância para a Ciência da Informação reside na padronização de práticas e processos relacionados à indexação de documentos, promovendo eficiência e consistência na representação dos assuntos, essenciais para a recuperação de informações em sistemas de informação documentária.

A norma define termos importantes como "documento", "conceito", "assunto", "indexação", "termo de indexação", "índice de assuntos", entre outros. Ela descreve os estágios da indexação, que incluem o exame do documento, a identificação dos conceitos presentes no assunto e a tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação. Instrumentos como tesouros, códigos de classificação e cabeçalhos de assunto são mencionados como auxiliares nesse processo.

A análise do documento é dividida entre documentos impressos e não impressos, destacando a importância de elementos como título, resumo, sumário, introdução, ilustrações e referências bibliográficas na indexação de documentos impressos. Para documentos não impressos são sugeridos procedimentos específicos. A identificação dos conceitos envolve uma abordagem sistemática, considerando aspectos como o assunto do documento, definições em termos de

teorias, hipóteses, ações, operações, processos, agentes, métodos, técnicas, instrumentos especiais, variáveis, pontos de vista interdisciplinares, entre outros. A seleção de termos de indexação destaca a importância de usar descritores existentes na linguagem de indexação, consultar instrumentos de referência e, se necessário, incluir novos termos, verificando sua precisão e aceitabilidade.

O controle de qualidade é crucial para uma indexação eficaz, considerando a consistência na especificidade dos termos, as qualificações do indexador e a qualidade dos instrumentos de indexação. A imparcialidade do indexador, seu conhecimento do assunto e a adaptabilidade da linguagem de indexação são fatores determinantes na qualidade. A norma sugere testar a qualidade da indexação por meio da análise dos resultados de recuperação e do contato direto com os usuários.

O processo de análise dos conceitos, conforme determinado na NBR 12676 (ABNT, 1992), ocorre nos estágios preliminares da indexação e compreende três etapas sobrepostas.

- Assunto do Documento: Inicia-se questionando qual é o assunto principal tratado no documento em análise.
- Definições do Assunto: Em seguida, explora-se como o assunto é definido no documento, considerando teorias, hipóteses, entre outros.
- Identificação de Elementos-Chave: O processo analítico busca identificar elementos essenciais na descrição do assunto, incluindo ação, operação, processo, agente, métodos, contexto especial, variáveis e abordagem interdisciplinar.
- Tradução dos Conceitos para Termos de Indexação Após a análise, os conceitos identificados são traduzidos para termos de indexação, seguindo práticas específicas.
- Uso de Descritores Existentes: Recomenda-se utilizar descritores já existentes na linguagem de indexação empregada no sistema.
- Verificação de Novos Conceitos: Para termos que representam conceitos inéditos, é sugerido verificar sua precisão e aceitabilidade em dicionários, enciclopédias, tesouros e tabelas de

classificação.

- Consulta a Especialistas: Em situações mais complexas, a norma sugere a consulta a especialistas no assunto, especialmente aqueles familiarizados com indexação ou documentação.
- Familiaridade com Instrumentos de Indexação: O indexador deve estar familiarizado com os instrumentos de indexação, conhecendo suas regras, procedimentos de trabalho e limitações.

Esses passos são essenciais para a seleção dos conceitos mais apropriados para a comunidade de usuários e adaptar os procedimentos com base no feedback dos pedidos de informação, sem modificar a estrutura ou a lógica da linguagem de indexação. A escolha dos conceitos e termos deve ser orientada pelo valor na expressão e recuperação do assunto do documento.

A partir disso, é possível traçar pontes dialógicas entre as normativas propostas pela ABNT e as reflexões de Santos, na busca de uma convergência de princípios voltados para uma abordagem dinâmica e inclusiva na organização do conhecimento. Enquanto a normativa estabelece diretrizes para o exame de documentos e seleção de termos de indexação, Santos propõe uma visão mais ampla, destacando a necessidade de descentralização do conhecimento, participação e diversidade (2002, 2007, 2010c, 2018). A adaptabilidade e atualização preconizadas pela NBR 12676 se alinham à proposta de Santos de reconhecer diferentes perspectivas e contextos na produção e disseminação do conhecimento, revelando uma convergência de ideias que promove uma abordagem mais flexível e inclusiva na RI. Essa interconexão permite a inferência de que as práticas normatizadas pela ABNT (1992) estão em sintonia com a busca por uma epistemologia mais plural e participativa, conforme proposto nas obras de Santos (1999, 2000, 2002, 2007, 2010a, 2010b, 2010c, 2014, 2018, 2019, 2021). É possível identificar os seguintes aspectos em comum:

- Descentralização do Conhecimento: Santos aborda a necessidade de descentralização do conhecimento, reconhecendo a diversidade de saberes. A NBR 12676, ao orientar práticas de indexação em redes, reflete essa descentralização ao aplicar-se a serviços independentes e em rede.

- Participação e Diversidade: A perspectiva de Santos destaca a importância da participação e diversidade na produção de conhecimento. A normativa, ao considerar a aplicação especialmente a serviços de indexação independentes, sugere a participação de diversos agentes na prática de indexação.
- Construção de Linguagem: Santos propõe a construção de uma ecologia de saberes que inclua diferentes linguagens. A NBR 12676 aborda a construção de uma linguagem de indexação para representar conceitos, indicando a necessidade de adaptabilidade e inclusão de novos termos.
- Análise Documental e Identificação de Conceitos: A normativa descreve os estágios de exame do documento, identificação de conceitos e tradução para termos de indexação. Essa abordagem está alinhada com a proposta de Santos de analisar documentos de forma a reconhecer e valorizar diferentes conceitos.
- Adaptação e Atualização: Santos destaca a importância da adaptação e atualização constante do conhecimento. A NBR 12676, ao mencionar a possibilidade de adaptação dos procedimentos de indexação com base na retroalimentação dos usuários, reflete essa busca por atualização.

Na perspectiva da descentralização do conhecimento, conforme destacado por Santos (1999, 2000, 2002, 2007, 2010a, 2010b, 2010c, 2014, 2018, 2019, 2021), a normativa NBR 12676 da ABNT (1992) sobre indexação de documentos demonstra uma consonância com esse princípio. A norma estabelece diretrizes para a prática normalizada do exame de documentos e seleção de termos de indexação, direcionando-se a estágios preliminares da indexação, especialmente em sistemas nos quais os assuntos são expressos de maneira resumida.

Ao aplicar-se a serviços de indexação independentes e em rede, a NBR 12676 reflete a descentralização ao reconhecer diferentes contextos nos quais a prática de indexação pode ocorrer. A diversidade de sistemas e serviços a que a norma se dirige ressalta a necessidade de considerar uma gama variada de saberes e práticas no processo de representação de conceitos. Portanto, a normativa, ao

adotar uma abordagem que se estende além de um único sistema centralizado, alinha-se ao princípio de descentralização proposto por Santos. A aplicação da NBR 12676 em diferentes contextos e serviços de indexação promove a valorização de múltiplos pontos de vista e abordagens na representação do conhecimento, favorecendo a diversidade de saberes no âmbito da ciência da informação.

No contexto da participação e diversidade, Santos destaca a importância de reconhecer e incluir diferentes perspectivas e saberes no processo de construção do conhecimento (1999, 2000, 2002, 2007, 2010a, 2010b, 2010c, 2014, 2018, 2019, 2021). Ao analisar a normativa NBR 12676 da ABNT sobre indexação de documentos, percebe-se uma correlação com essa ênfase na participação e diversidade. A norma, ao estabelecer condições exigíveis para o exame de documentos e a seleção de termos de indexação, demonstra um compromisso com a representação abrangente de conceitos. Ao aplicar-se especialmente a serviços de indexação independentes e em rede, a NBR 12676 sugere a necessidade de considerar uma ampla variedade de fontes e práticas de indexação.

A normativa, ao reconhecer a diversidade de sistemas nos quais os assuntos são expressos e conceitos são registrados, alinha-se com a perspectiva de participação e diversidade proposta por Santos (2002, 2007, 2010c, 2018). A aplicação da NBR 12676 promove a inclusão de diferentes visões no processo de indexação, contribuindo para uma representação mais rica e plural do conhecimento no campo da ciência da informação. Na abordagem de Santos sobre a construção de linguagem (2002, 2007, 2010c, 2018), destaca-se a importância de desenvolver formas de expressão que sejam inclusivas e sensíveis à diversidade de conhecimentos. Ao relacionar essa perspectiva com o conteúdo da normativa NBR 12676 da ABNT, que trata da indexação de documentos, é possível identificar pontos de conexão.

A NBR 12676 estabelece condições exigíveis para o exame de documentos, a determinação de seus assuntos e a seleção de termos de indexação. Nesse contexto, a construção de uma linguagem eficaz é crucial para representar de maneira precisa e abrangente os conceitos presentes nos documentos. A norma direciona seu foco para sistemas de indexação nos quais os assuntos são expressos de forma resumida, e os conceitos são registrados através dos termos de uma linguagem de indexação.

Ao aplicar os princípios da NBR 12676, percebe-se uma convergência com

a abordagem de Santos quanto à construção de linguagem. Ambas enfatizam a necessidade de desenvolver sistemas de representação que considerem a diversidade de perspectivas e saberes. Dessa forma, a normativa contribui para a construção de uma linguagem mais inclusiva e adequada aos diferentes contextos presentes na ciência da informação.

A análise documental e a identificação de conceitos são aspectos fundamentais no contexto da ciência da informação, conforme discutido nos materiais fornecidos. A normativa NBR 12676 da ABNT, que versa sobre indexação, aborda esses temas de maneira específica, oferecendo diretrizes para a prática normalizada do exame de documentos e a determinação de seus assuntos.

No âmbito da análise documental, a norma estabelece estágios preliminares de indexação, delineando um processo que inclui a examinação do documento, a identificação dos conceitos presentes em seu conteúdo e a subsequente tradução desses conceitos para termos de uma linguagem de indexação. Esse enfoque reforça a importância de uma abordagem sistemática na identificação dos elementos essenciais para descrever o assunto do documento. A identificação de conceitos, conforme orientado pela normativa, exige perguntas específicas, como a natureza do assunto, definições conceituais, presença de ações ou processos, referências a agentes, métodos e variáveis, entre outros.

Essa abordagem reflete o compromisso com a qualidade na representação dos documentos por meio da indexação. Portanto, ao integrar os princípios da NBR 12676 com a análise documental e a identificação de conceitos discutidos nos materiais fornecidos, observa-se uma sinergia no esforço de estabelecer práticas padronizadas que promovam uma análise rigorosa e uma identificação precisa dos elementos fundamentais para a indexação de documentos.

Os conceitos de adaptação e atualização são fundamentais nas práticas de indexação, como destacado nos materiais analisados. A NBR 12676 da ABNT estabelece diretrizes específicas para garantir um procedimento padronizado na análise de documentos e na seleção de termos de indexação. Essa normativa reconhece que a escolha dos termos deve ser ajustada conforme o público-alvo, exigindo uma abordagem flexível e uma compreensão contínua das necessidades dos usuários. Dessa forma, a indexação se torna um processo dinâmico, no qual a representatividade dos conceitos nos documentos deve acompanhar as particularidades da comunidade que os utiliza.

A atualização, por sua vez, é abordada no contexto da qualidade da indexação. A norma destaca a importância da imparcialidade por parte do indexador, enfatizando que o conhecimento adequado do assunto coberto pelos documentos é crucial. Além disso, a qualidade da indexação é relacionada à capacidade de a linguagem de indexação admitir livremente novos termos, refletindo a necessidade de constante atualização para atender às evoluções na terminologia e nas demandas dos usuários. Portanto, ao integrar os princípios da NBR 12676 com a importância da adaptação e atualização discutidas nos materiais fornecidos, observamos uma abordagem que reconhece a dinâmica da informação e a necessidade de práticas flexíveis e atualizadas na indexação de documentos. Por finalidade, passamos a investigar uma outra perspectiva sobre esse processo da tradução, que parte da interação da consciência e elementos fora dela, os signos, na tentativa de criar uma relação de inteligibilidade. Abordaremos, para este caso, a semiótica.

4.3 SEMIÓTICA DO ESQUECIMENTO

Na busca de definir o esquecer, Milner (2017) relata que o esquecimento se dá em duas linhas: o do saber e o do fazer. Em seus dois empregos, o saber esquecer é quando “o esquecer de um indivíduo consciente que saiba e já não sabe, considerando, ainda, que deveria saber” e na ordem do fazer seria quando “o esquecer de um indivíduo consciente que deveria realizar tal ato e não foi realizado” (p. 82). Em outras palavras, o esquecimento - ou o comportamento de esquecer - se dá enquanto comportamento do indivíduo ou como uma situação relativa a um determinado evento que escapa da lembrança.

Vê-se a diferença do ponto de vista da realidade: “Eu esqueci que havia usado o uniforme alemão” supõe que alguém o tenha utilizado e que deveria continuar saber que o utilizara; “Eu esqueci de usar o uniforme alemão” supõe que alguém não tenha utilizado e que deveria - em atenção a certa norma) tê-lo feito. (MILNER, 2017, p. 82)

O esquecimento - sendo o termo atrelado ao artigo definido, indicativo de especificidade do substantivo - para Milner (2017), trata-se não do indivíduo em si, mas daquilo que foi esquecido. Desta forma o esquecimento é tido como um acontecimento indicativo de algo real, mas que foi abstraído pela lembrança.

O esquecimento, tema central do estudo (Milner, 2017) aponta para a importância de dissociá-lo do entendimento que se tem de memória. A acepção escolhida para esse termo é “lembança”; mesmo que ambos funcionem concomitantemente na estruturação do conhecimento, cada um corrobora e participa do processo de forma distinta. Iniciar, portanto, este novo percurso científico tem a finalidade de abrir entendimentos para permitir o entendimento de certas lacunas. Esquecimento tem nesse caso, também o sentido de “deixar de ver”.

Essa reformulação na maneira de ver como ocorre o fenômeno da formação do conhecimento tira, até certo ponto, o protagonismo do que está visível, e traz à tona a compreensão da dimensão esquecida, esta também com potencial de enriquecer o conhecimento na medida que lembrar/memorar e esquecer quando desfeitos, deixam em seu lugar, esclarecimentos que se incorporam.

O estudo dos signos, proposto por Charles S. Peirce explicita que, enquanto ciência pragmática, a Semiótica é atribuída a tarefa de apreender todo o sistema relacional e interpretativo do indivíduo (1995). É por intermédio de um processo constante de semiose (o modo como funcionam os signos), que o indivíduo passa a organizar toda e qualquer informação por ele obtida dos fenômenos experienciados.

Embora comumente percebida como uma teoria geral dos signos, a semiótica peirceana transcende essa simplificação, sendo parte de uma disciplina filosófica tripartite (que se divide em três). Além do ramo que se concentra nos signos, há a gramática especulativa, a lógica crítica, dedicada ao estudo dos argumentos e raciocínios, e a retórica especulativa ou metodêutica, (Santaella, 2008). Segundo a autora, a simplificação excessiva dos conceitos semióticos de Peirce, muitas vezes reduzindo-os à tríade de ícones, índices e símbolos, é problemática. Ignorar os propósitos filosóficos e cognitivos desses conceitos e suas interações prejudica a compreensão profunda da teoria. A semiótica permite ir além de uma classificação de signos, oferecendo um padrão abrangente para a análise de todos os aspectos epistemológicos dos signos.

A abordagem peirceana ultrapassa as relações diádicas, enfatizando relações triádicas ou mediadas, onde o signo é sinônimo de mediação (Santaella, 2008). A assertiva de que tudo é signo destaca que não há relações no universo humano ou além que possam escapar dos processos mediadores próprios dos signos. A semiótica peirceana desafia preconceitos dualistas, exigindo uma compreensão

profunda e uma aceitação do papel mediador inerente aos signos em todas as esferas da experiência humana e do universo.

Santaella (2008, p. 94) expõe os três ramos fundamentais da semiótica peirciana, destacando que a visão comum de que esta se limita a uma teoria geral dos signos é equivocada. Além da gramática especulativa, que investiga as condições dos signos, abrange a lógica crítica, que estuda argumentos e raciocínios, e a retórica especulativa ou metodêutica, que trata do método científico e das condições de transmissão de significado. Enfatiza-se que a metodêutica, muitas vezes subestimada, é essencial para compreender as condições comunicativas dos signos e os procedimentos da pesquisa científica.

Os conceitos semióticos que compõe a tríade de ícones, índices e símbolos, quando abordados sem considerar os propósitos filosóficos e cognitivos subjacentes impede o reconhecimento da importância, conforme exposto por Santaella (2008) de reconhecer a semiótica como uma disciplina filosófica interdependente, fundamental para análises em diversas áreas, sendo que sua aplicação superficial pode resultar em interpretações errôneas e incompletas. Os signos, por esta razão, proliferaram na cultura pós-Peirce, sendo utilizados em estudos sobre todo e qualquer produto comunicacional, ou seja, com e na linguagem, mas as classificações de signos não são meras categorias, mas padrões abrangentes que incluem aspectos epistemológicos e ontológicos.

A epistemologia semiótica é apresentada como um conjunto integrado dos três ramos, e Santaella (2008) destaca a originalidade da teoria peirceana, que, ao criar uma abordagem fenomenológica, implica em um giro copernicano, demandando o abandono do dualismo entre objeto e sujeito. A centralidade das relações triádicas na semiótica peirciana se dá onde o signo é sinônimo de mediação, abrangendo não apenas o universo humano, mas permeando relações em todas as esferas, desde o pensamento até o mundo físico.

A tese anticartesiana de Peirce estabelece que todo pensamento ocorre por meio de signos, compreendendo uma ampla gama de elementos mentais, como imagens, relações entre ideias, palavras e afetos. Esses elementos são considerados puros ou “quase-signos” (Peirce, 1995), sendo este último representando um estágio inicial, mas com potencial para funcionar como signo. Santaella (2008) destaca que o verbal, embora predominante entre os humanos, coexiste com diversos tipos de

signos no pensamento, que é, por natureza, desregrado até ser submetido à lógica ou à organização para comunicação.

A concepção de signo de Peirce não existe dentro de uma complexidade inacessível: ele rotula tudo presente à mente como signo devido à sua capacidade de representar outra coisa. O pensamento, para Peirce (1995), é intrinsecamente dialógico, procedendo como um diálogo entre fases do ego. Cada pensamento age como mediador entre um pensamento anterior e um subsequente, refletindo uma relação triádica fundamental. Assim como Platão, Peirce afirma que todo pensamento é dialógico, buscando o assentimento do eu mais profundo (Santaella, 2008, o. 96).

Santaella (2008) destaca a essência social da ação do pensamento-signo, indicando que cada ato de entendimento é uma resposta a um signo por meio de outro. O pensamento-signo não é meramente individual, mas um processo contínuo. A linguagem não está dentro de nós, mas estamos no movimento da linguagem, incorporando seu passado, presente e devir. A individualidade é definida pelo signo, intrinsecamente social. Peirce vincula a mente, não isoladamente, mas inseparavelmente, à percepção, à tradução em signos externos e à ação deliberada, conforme o pragmatismo (Santaella, 2008). Essa abordagem reforça a natureza social e contínua do pensamento-signo, delineando implicações epistemológicas significativas.

Santaella (2008, p. 96-97) destaca a relevância da percepção como a porta de entrada do pensamento, citando a famosa passagem de Peirce que resume dois aspectos essenciais de seu pensamento: a importância da percepção na cognição e a ligação inseparável do pensamento com a conduta deliberada. O que percebemos em um ato perceptivo, destacando o percepto como algo insistente e impositivo, exterior à mente, que inicia compulsivamente o pensamento. Além do percepto, a percepção inclui o percipuum e o juízo perceptivo.

O percipuum representa o percepto interpretado no juízo de percepção, sendo um meio mental de ligação entre o exterior e o processo perceptivo interno. O juízo perceptivo é apresentado como a interpretação do percepto, sendo necessário para compreendermos aquilo que percebemos. Santaella (2008) enfatiza que os juízos perceptivos são inferências lógicas, pertencendo à categoria da terceiridade, e são comparados por Peirce às inferências abduativas.

Os juízos perceptivos são deduções racionais, pertencendo à categoria da terceiridade, relacionada à ordem da lei. Eles funcionam como mediadores entre o

percepto e o percipuum, moldando este último de acordo com esquemas mentais habituais. A abdução, um tipo de raciocínio altamente falível, é comparada por Peirce aos juízos perceptivos, sendo responsável por insights e descobertas. Ambos são hipotéticos, mas o juízo perceptivo é mais insistente e compulsivo, enquanto a abdução é mais gentil, surgindo durante momentos lúdicos do pensamento (Santaella, 2008, p. 98).

A diferença entre o juízo perceptivo e outros tipos de juízos reside na falibilidade dos primeiros, cujos mecanismos mentais escapam ao controle consciente. Os juízos perceptivos não podem ser constantemente questionados, pois isso levaria à insanidade. Em contraste, outros tipos de juízos podem ser submetidos à crítica e treinamento mental (Santaella, 2008, p. 98). A discussão destaca que os processos perceptivos são intrinsecamente mediados, preenchendo a condição de signo sem resistência. Mesmo nas reações reflexas mais simples, há uma forma frágil de predicação, indicando a presença de quase-signos. Isso enfatiza que, apesar do contato físico direto com o mundo exterior, não há acesso cognitivo sem mediação, iniciando-se na percepção (Santaella, 2008).

A abdução é apresentada por Santaella (2008, p. 98) como um quase-raciocínio, um processo instintivo e altamente falível, responsável por insights e descobertas. A autora destaca a proximidade entre os juízos perceptivos e as inferências abduativas, sendo os primeiros considerados casos extremos das últimas. Ambos são falíveis e hipotéticos, mas os juízos perceptivos possuem uma natureza mais insistente e compulsiva, enquanto as inferências abduativas são mais gentis.

Há uma diferença entre juízos perceptivos e outros tipos de juízos, em que os perceptivos são formados por mecanismos mentais fora de nosso controle, enquanto outros tipos podem ser submetidos à crítica (Santaella, 2008). Os processos perceptivos são processos de mediação, indicando que, apesar do contato direto com o mundo exterior, não há acesso cognitivo sem mediação, começando na percepção. Mesmo nos processos perceptivos mais rudimentares, a autora destaca que há formas frágeis de predicação, sugerindo que os pensamentos são signos desde seus estágios mais básicos.

Para Peirce (1995), os signos verdadeiramente relevantes são os externalizados, pois ao se materializarem, adquirem permanência e possibilitam a transação do pensamento entre as pessoas. Uma definição concisa de signo destaca que este é algo determinado por um objeto e, ao mesmo tempo, determina uma ideia

na mente de alguém, sendo o interpretante do signo uma consequência determinada pelo objeto (Santaella, 2008).

A ação do signo, chamada de semiose, envolve determinar um interpretante, crescendo em outro signo. O signo representa a forma mais simples de terceiridade ou mediação, evidenciando a natureza lógica da causação do objeto (Santaella, 2008). A relação entre o signo e seu objeto é uma propriedade objetiva, conferindo ao signo o poder de produzir um interpretante, mesmo que esse efeito ideal não seja atingido em cada interpretação pessoal. O interpretante não se limita a interpretações individuais, mas busca o efeito geral ideal que todos os leitores deveriam alcançar, destacando a objetividade do signo (Santaella, 2008).

Peirce (1995) concebe a semiose como o processo pelo qual o objeto, ou a realidade, se revela. A relação signo-objeto-interpretante descreve a forma desse processo, enfatizando que a realidade só é acessível através da mediação dos signos. O modelo peirciano do conhecimento é intrinsecamente triádico, destacando que todo conhecimento é mediado por representações visuais, sonoras ou verbais. Este modelo complexo evita dualismos e transcende o tradicional confronto sujeito-objeto, adequando-se aos desafios conceituais contemporâneos (Santaella, 2008).

Peirce (1995) considera o signo como a forma mais simples de terceiridade. A função mediadora do signo é destacada, mostrando que a ação lógica de um objeto é uma causação lógica, não física. Mesmo que haja ação física no caso de um signo genuíno, a prioridade na constituição da tríade está na causação lógica do objeto pela mediação da ação do signo (Santaella, 2008, p. 99). A relação entre o signo e o objeto é considerada uma propriedade objetiva do signo, dando-lhe o poder de produzir um interpretante.

Ao conceber a semiose como o processo pelo qual o objeto se revela, Peirce destaca que a relação signo-objeto-interpretante é a forma em que esse processo obtém sua concretude. Santaella (2008) aborda a ideia de que todo objeto é necessariamente um objeto do signo, destacando a mediação intrínseca à relação entre sujeito e objeto. Ela questiona a ilusão epistemológica da possibilidade de uma relação face a face entre sujeito e objeto, ressaltando que a mediação é uma característica fundamental na perspectiva de Peirce.

Peirce não nega a existência de coisas externas que afetam nossos sentidos, mas as vê como concepções inteligíveis colocadas em movimento pelas sensações. Essas concepções apresentam um elemento de generalidade, e Peirce

destaca a realidade dos individuais ou singulares, diferenciando-a da realidade dos objetos tornados inteligíveis pelos signos. Ele introduz a categoria da existência, que envolve a interação bruta e cega de um individual estritamente determinado com outros individuais no universo em que existem. Essa categoria não é governada pela lei e contrasta com a realidade dos objetos cognoscíveis (Santaella, 2008).

A teoria das categorias de Peirce (Santaella, 2008, p. 101) distingue entre possibilidade, existência e realidade. A categoria da existência envolve uma relação diádica genuína entre um individual estritamente determinado e outros individuais no universo, caracterizada pela interação bruta e cega. Por outro lado, a realidade dos objetos é cognoscível porque é representável, enquanto o individual pode ser apontado, mas não representado, pois, ao ser representado, adquire traços de generalidade. A percepção desempenha um papel crucial nesse contexto, permitindo a presença do universo dos individuais concretos através da facticidade bruta do mundo.

Santaella (2008, p. 100) explora a distinção entre objetos físicos singulares e a realidade dos individuais, referindo-se aos conceitos peirceanos de possibilidade, existência e realidade. A realidade está relacionada à inteligibilidade, sendo que o reino dos objetos é cognoscível porque é representável, ao passo que o individual não pode ser representado, apenas apontado e experienciado. Peirce (CP 8.13, *apud* Santaella, 2008, p. 101) argumenta que os singulares não podem ser exauridos por nenhuma representação. Uma foto ou descrição de uma paisagem não captura completamente a paisagem, pois o olhar do observador é limitado por ângulos, pontos de vista, proximidade ou distância específicos. A mediação ocorre através do equipamento sensorial, esquemas interpretativos e convenções culturais, mostrando a natureza imaginária da relação entre sujeito e objeto do conhecimento.

A percepção torna-se crucial para a experiência dos individuais concretos, apresentando o universo individuais na percepção. A resistência dos singulares se deve à impossibilidade de serem exauridos por qualquer representação. A conclusão é que a relação entre sujeito e objeto do conhecimento é complexa e mediada, envolvendo não apenas o equipamento sensório, mas também os esquemas interpretativos e convenções culturais. Santaella (2008) critica a concepção imaginária de uma relação direta e inocente entre sujeito e objeto, destacando que ambos são construídos e mediados pela linguagem, cultura e experiência.

Em uma epistemologia semiótica, a ideia de um sujeito do conhecimento é abandonada em favor da introdução da função mediadora do signo. Cada signo possui pelo menos três interpretantes: o imediato, o dinâmico e o final. O interpretante imediato é interno ao signo e não depende de um intérprete específico; ele representa a objetividade própria do signo. O interpretante dinâmico refere-se aos efeitos interpretativos na mente dos intérpretes existentes, enquanto o interpretante final é um limite ideal de interpretação coletiva.

O interpretante dinâmico sempre se manifesta em três níveis: emocional, energético e lógico. O primeiro é pré-cognitivo, relacionado ao sentimento; o segundo envolve o esforço mental e físico do intérprete; o terceiro é o interpretante lógico, o efeito cognitivo propriamente dito, que resulta da internalização de regras interpretativas coletivas. A geração do interpretante dinâmico ocorre em intérpretes singulares, que desempenham um papel crucial na interpretação, mas a força do signo reside em seu desenrolar ininterrupto de interpretantes coletivos.

Peirce (1995) destaca a natureza social, geral e objetiva do interpretante, que depende de sua atualização em interpretantes particulares, mas o papel do particular é inescapavelmente falível. A continuidade da semiose, sua tendência autocorretiva e auto-regulativa, permite superar falhas interpretativas ao longo do tempo. A persistência do objeto do signo na determinação é crucial nesse processo. A semiose, para Peirce, é um método que busca desenvolver uma concepção abstrata da mente, derivada da tendência para a verdade inerente à alma humana. Além disso, Peirce introduz o conceito de interpretante lógico último, equivalente a mudanças de hábito. Essa ideia permite a transformação e evolução no processo de interpretação, conectando pensamento e ação, fundamentando o pragmatismo de Peirce. A mudança de hábito introduz um elemento transformativo e evolutivo, indicando que as interpretações não estão restritas a regras já internalizadas, mas podem se adaptar e evoluir ao longo do tempo.

A complexidade da semiose demonstra como o sujeito cartesiano se dilui em meio a um processo onde os intérpretes têm um papel indispensável, mas a força do signo e sua ação são eminentemente sociais. O papel desempenhado pelo objeto na determinação do signo é destacado, e a semiose é vista como um processo contínuo, autocorretivo e auto-regulativo, incorporando a diversidade de opiniões, mas tendendo à correção pela insistência do objeto (realidade).

Na evolução do pensamento de Peirce em relação ao pragmatismo, o autor afirmava que o propósito do pensamento é estabelecer uma crença, um hábito de pensamento, pois crenças são disposições para a ação. Contudo, na revisão do pragmatismo posterior, Peirce percebeu que considerar a ação em si mesma como o fim último da vida era tolo, pois a ação pressupõe uma finalidade que só pode residir no ideal que guia o pensamento. Santaella (2008, p. 104) destaca a visão de Peirce sobre o pragmatismo, especialmente no que tange à verdade e à pesquisa. Misak (1991, *apud* Santaella, 2008) observa que parte da resistência contemporânea ao pragmatismo decorre de interpretações equivocadas de alguns que se identificam como pragmatistas, mas distorcem as ideias originais de Peirce. Esses novos pragmatistas, ao rejeitarem qualquer perspectiva transcendental da verdade, acabam extrapolando o pensamento de Peirce ao ponto de negar a própria possibilidade de uma noção coerente de verdade. Para Peirce, a verdade não é apenas um conceito abstrato, mas um princípio diretamente ligado ao processo de investigação. Ele a define de forma pragmática, enfatizando seu papel como objetivo da pesquisa, devendo, portanto, ser validada nesse contexto. Segundo ele, adotar essa visão pragmática da verdade traz implicações éticas e benéficas para a prática investigativa.

Misak (1991 *apud* Santaella, 2008) discute a relação entre verdade e pesquisa, enfatizando que o objetivo da pesquisa é chegar a crenças verdadeiras. Para Peirce, crenças verdadeiras seriam aquelas que seriam produzidas se a investigação seguisse seu curso ininterrupto. A pesquisa visa atingir crenças verdadeiras que satisfaçam os objetivos imediatos (adequação empírica, poder explanatório) e o objetivo último da pesquisa: a verdade. Inicialmente, Peirce via a verdade como a opinião na direção da qual a comunidade de pesquisadores convergiria. No entanto, ele começou a postular que a "verdade real" teria uma natureza indefinida, violando de alguma forma o princípio da contradição. Isso coincidiu com uma mudança na visão de Peirce sobre a conexão entre verdade e realidade. Ele passou a dar um status regulativo à sua concepção de verdade, transformando a adesão à convergência em uma esperança, em vez de uma lei ou verdade substantiva. Isso reflete a ideia de que a verdade desejada está sempre no futuro, e a verdade absoluta é uma meta ideal da investigação.

A teoria da verdade de Peirce (MS 684, *apud* Santaella, 2008, p. 106) é caracterizada como uma elucidação pragmática da relação entre verdade e investigação. A verdade, para Peirce, é o escopo da investigação, e ele argumenta

que uma concepção pragmática da verdade é necessária para guiar a pesquisa de maneira ética e saudável. Misak (1991, p. 160, *apud* Santaella, 2008, p. 106) destaca três vantagens dessa visão da verdade:

- Delimita o contexto racional para o desenvolvimento da pesquisa, estabelecendo a ligação entre investigação e verdade.
- Dá sentido à prática da investigação como uma busca contínua de uma verdade viva e em processo.
- Fornece e justifica uma metodologia, encorajando os pesquisadores a submeter suas crenças ao teste da experiência e do argumento.

A partir disso, a verdade se manifesta a partir da percepção do indivíduo e se emaranha nos processos de raciocínios lógicos, pautados pelos signos. A percepção, no contexto da semiótica, desdobra-se em um intrincado processo que vai além da simples observação sensorial. Tomando como base os fundamentos apresentados por Santos, Chiachiri e Persichetti (2016), a ação de perceber envolve a interação complexa entre signos e interpretantes, onde o receptor não apenas absorve informações contidas nos signos, mas também constrói interpretantes na mente. Nesse contexto, destaca-se a relevância da experiência colateral, um conceito muitas vezes negligenciado nos manuais de semiótica aplicada.

Santos, Chiachiri e Persichetti (2016) apontam que a semiótica peirceana concebe o receptor de um signo como outro signo, denominado interpretante. A formação desse interpretante não se limita às informações intrínsecas do signo, dadas suas limitações em representar plenamente o objeto. A experiência colateral emerge como um elemento crucial, influenciando a criação do interpretante a partir do contexto e das relações estabelecidas entre signo e objeto. Essa experiência não se confunde com a intimidade com o sistema de signos, mas sim com o conhecimento prévio do intérprete em relação ao objeto representado pelo signo (Santos, Chiachiri e Persichetti, 2016, p. 86).

A observação colateral, como discutido por Bergman (2010, *apud* Santos, Chiachiri e Persichetti, 2016), revela-se vital para a compreensão da comunicação. A falta dessa observação pode resultar em sentenças desprovidas de significado,

especialmente quando o receptor não possui a experiência prévia necessária com os objetos mencionados. A comunicação eficaz, portanto, depende da familiaridade do receptor com o contexto, possibilitando a criação de interpretantes mais ricos e aprofundados.

A polissemia de assimilações na recepção, distintas das previsões de uma análise semiótica, é evidenciada em estudos como o de Morley (1980), resgatados por Santos, Chiachiri e Persichetti, (2016). Esse estudo revelou a imprevisibilidade e liberdade da audiência, indicando que as interpretações podem variar, inclusive negociando ou negando o discurso hegemônico. Apesar de críticas ao modelo codificação/decodificação, este demonstrou a imprevisibilidade da audiência, destacando a liberdade interpretativa mesmo no contexto da comunicação de massas. O confronto entre estudos semióticos e pesquisas de recepção, muitas vezes realizado por pesquisas mercadológicas, destaca essa imprevisibilidade.

Embora exceções na incorporação de estudos de recepção em abordagens semióticas sejam encontradas na semiótica da cultura, a integração entre estudos peirceanos e de recepção é um tema incipiente na academia brasileira (Santos, Chiachiri e Persichetti, 2016). A "experiência colateral," entendida como o conhecimento prévio necessário para compreender a relação denotativa signo/objeto (Zilocchi, 1997, 2001; Cara, 2007), emerge como um ponto central para conectar a semiótica à recepção na comunicação social. Levar em conta a experiência colateral é fundamental para preservar o potencial sugestivo e indicativo da semiose, impedindo que a interpretação siga um caminho rigidamente pré-definido e limitando a leitura a uma única perspectiva esperada pelo receptor.

Na teoria semiótica de Charles S. Peirce, segundo Santos, Chiachiri e Persichetti (2016, p. 83), a interpretação de um signo ocorre quando este, definido como a relação triádica entre representante-objeto-interpretante, gera outro signo. A abordagem peirceana difere das perspectivas antropocêntricas convencionais, concentrando-se em uma explicação lógica e formal da comunicação. O que geralmente chamamos de emissor, mensagem e receptor são, sob essa perspectiva, considerados como signos.

Lucia Santaella (2004) destaca, em sua interpretação da obra de Peirce, o equívoco comum de intangibilizar a definição de signo, enfatizando que o signo não necessariamente representa algo para alguém de forma antropomórfica. A semiótica peirceana

infinito, desde possibilidades abstratas até atividades físico-químicas, biológicas e humanas.

A fundamentação da semiótica peirceana, conforme exposta por Savan (1994), reside na fenomenologia, uma quase ciência descritiva que precede a análise semiótica (Santos, Chiachiri e Persichetti, 2016). A capacidade contemplativa, definida como a habilidade de observar os fenômenos sem esforço para distinguir verdadeiro do falso, é crucial nesse processo. A fenomenologia prepara o terreno para a análise semiótica, que se baseia em três categorias onipresentes: primeiridade, secundidade e terceiridade e marcando o surgimento da representação ou signo, entendido como a relação triádica representamen-objeto-intepretante .

A primeira dessas categorias é a primeiridade, expressa no frescor das sensações inenarráveis, despertadas pela mera sugestão, sem o julgo do raciocínio. A segunda categoria é a secundidade. Aqui, avança-se da liberdade evocativa da primeiridade aos fatos brutos, materiais, importando atentar a singularidade existencial do fenômeno, aquilo que o diferencia do seu entorno, particularizando-o. Finalmente, a terceiridade designa o momento no qual o fenômeno singularizado na descrição de secundidade é generalizado, isto é, comparado a outros (Santos, Chiachiri e Persichetti, 2016, p. 84)

A pesquisa de Zilocchi (2001, *apud* Santos, Chiachiri e Persichetti, 2016) introduz uma abordagem peirceana da recepção, destacando a autonomia dos signos no processo de significação e atribuindo ao intérprete a tarefa de desatar os interpretantes, ou seja, os significados potenciais de um signo. Essa visão sugere uma teoria da recepção mais ampla e complexa em comparação com abordagens convencionais, desvinculando a intenção do emissor e do receptor na criação do signo. Zilocchi reforça essa perspectiva utilizando a pintura de Michelangelo na Capela Sistina como exemplo. Podemos, em movimento análogo, utilizarmos de uma narrativa cinematográfica surrealista para compreender o processo de recepção e interpretação. Destaca-se a autonomia dos signos, evidenciando que diferentes interpretações surgem com base no repertório do intérprete. Cada camada de conhecimento proporciona interpretações diversas, ilustrando a riqueza e complexidade do processo interpretativo. Essa compreensão da semiótica peirceana e sua aplicação à recepção ressaltam a importância da "experiência colateral". Essa experiência colateral emerge como um elemento crucial para compreender a relação

entre signo e objeto, indo além das interpretações convencionais e considerando a multiplicidade de camadas que influenciam o processo interpretativo.

Na perspectiva da semiótica peirceana, a percepção de um receptor em relação à um signo é considerado outro signo, denominado interpretante, gerado na mente do intérprete. Para Santos, Chiachiri e Persichetti (2016), esse processo não apenas se baseia nas informações contidas no próprio signo, que são sempre limitadas, mas também no contexto formado por relações entre o signo e o objeto, denominado por Peirce como "experiência colateral"

A experiência colateral refere-se à familiaridade prévia com o sistema de signos, indo além da mera intimidade. Bergman (2010. *apud* Santos, Chiachiri e Persichetti, 2016) destaca a importância dessa experiência ao explicar que a compreensão de algum fenômeno que se manifeste na e com a linguagem, depende da experiência prévia do receptor com o objeto mencionado. Se o receptor não conhece determinado fenômeno ou coisa experienciada ou nunca encontrou adjetivos que contemplem tal experiência, a comunicação não ocorre de forma assertiva.

A experiência colateral, muitas vezes subestimada, representa uma contribuição valiosa para os debates semióticos. Esse conhecimento externo ao interpretante desempenha um papel essencial na decodificação dos signos, permitindo interpretações mais ágeis e sofisticadas. Na semiótica peirceana, essa noção amplia a compreensão do interpretante ao oferecer referências que vão além do próprio signo. No campo da comunicação, a informação colateral se torna um recurso estratégico para a transmissão eficaz de mensagens, sendo especialmente relevante em áreas como o telejornalismo e a moda jovem, onde a contextualização rápida e intuitiva é fundamental.

Segundo Santos, Chiachiri e Persichetti (2016), os manuais de semiótica aplicada, exemplificados por autores como Santaella (2005), Chiachiri (2010), Perez (2004), Santaella e Nöth (2010), e Joly (1996), muitas vezes negligenciam a observação colateral, elemento essencial na perspectiva peirceana. Embora destaquem que a interpretação pode variar conforme a experiência individual de cada pessoa, raramente utilizam dados empíricos derivados da recepção na interpretação do signo. A falta de integração entre o potencial semiótico e a contribuição do receptor para a criação de interpretantes pode resultar em análises especulativas, distantes da realidade do público. Umberto Eco abordou a problemática da recepção ligada à

semiótica, reconhecendo a necessidade de instrumentos adequados para compreender a relação entre a obra e o intérprete (1999).

A semiótica, em sua fase inicial de análise, concentra-se no potencial sugestivo e indicativo dos signos, explorando suas dimensões de primeiridade (sensações) e secundidade (particularização de fenômenos). Nessa etapa, o contexto cultural tem um papel secundário, salvo em situações específicas, como no caso de comunidades isoladas com percepções distintas (Santos, 2015). De fato, examinar primeiridade e secundidade sem imediatamente inseri-las no contexto sociocultural é um método eficaz, pois, como argumenta Santaella (2005), nossa interpretação é profundamente influenciada por hábitos culturais enraizados.

Ao investigar o caráter sugestivo, indicativo e representativo dos signos, torna-se essencial conectar essas categorias aos estudos de recepção, permitindo uma compreensão mais ampla da experiência colateral do receptor. Essa abordagem interdisciplinar entre semiótica e recepção, seguindo as diretrizes de Santaella, possibilita uma visão mais abrangente do signo, revelando tanto seus significados potenciais quanto aqueles efetivamente construídos nos processos interpretativos. Isso abre novas perspectivas para a pesquisa científica, dialogando com a crítica de Eco (1999) às dicotomias artificiais entre as intenções do autor, da obra e do leitor. O caminho sugerido por Santos, Chiachiri e Persichetti (2016) promove uma interação produtiva entre semiótica e recepção, expandindo as fronteiras do conhecimento na área.

Toda essa organização, já partindo dos processos mais complexos de interpretação do organismo com seu meio, torna-se possível a partir do momento em que a semiótica exerce seu caráter normativo enquanto ciência (Midtgarden, 2020). O indivíduo age conforme hábitos adquiridos, diante de determinados signos. Dentro de um processo histórico de deparar-se a um signo e agir diante dele (seja pelo pensamento, sentimento, espanto) há uma solidificação de uma força também concretizada por meio de signos. “Os signos se definem por sua natureza codificadora, em um processo em que representam algo e se dirigem a alguém, em uma operação que se multiplica indefinidamente. Ou seja, criam, na mente de quem os recebe, um tipo de signo mais desenvolvido, chamado interpretante” (Pires; Contani, 2012, p.204).

Há uma função normativa especial alojada na lógica da conduta, outra designação para semiótica, e é relacionada com o conceito de autocontrole, dimensão pela qual os significados são atribuídos. “Quando o significado deve ser determinado,

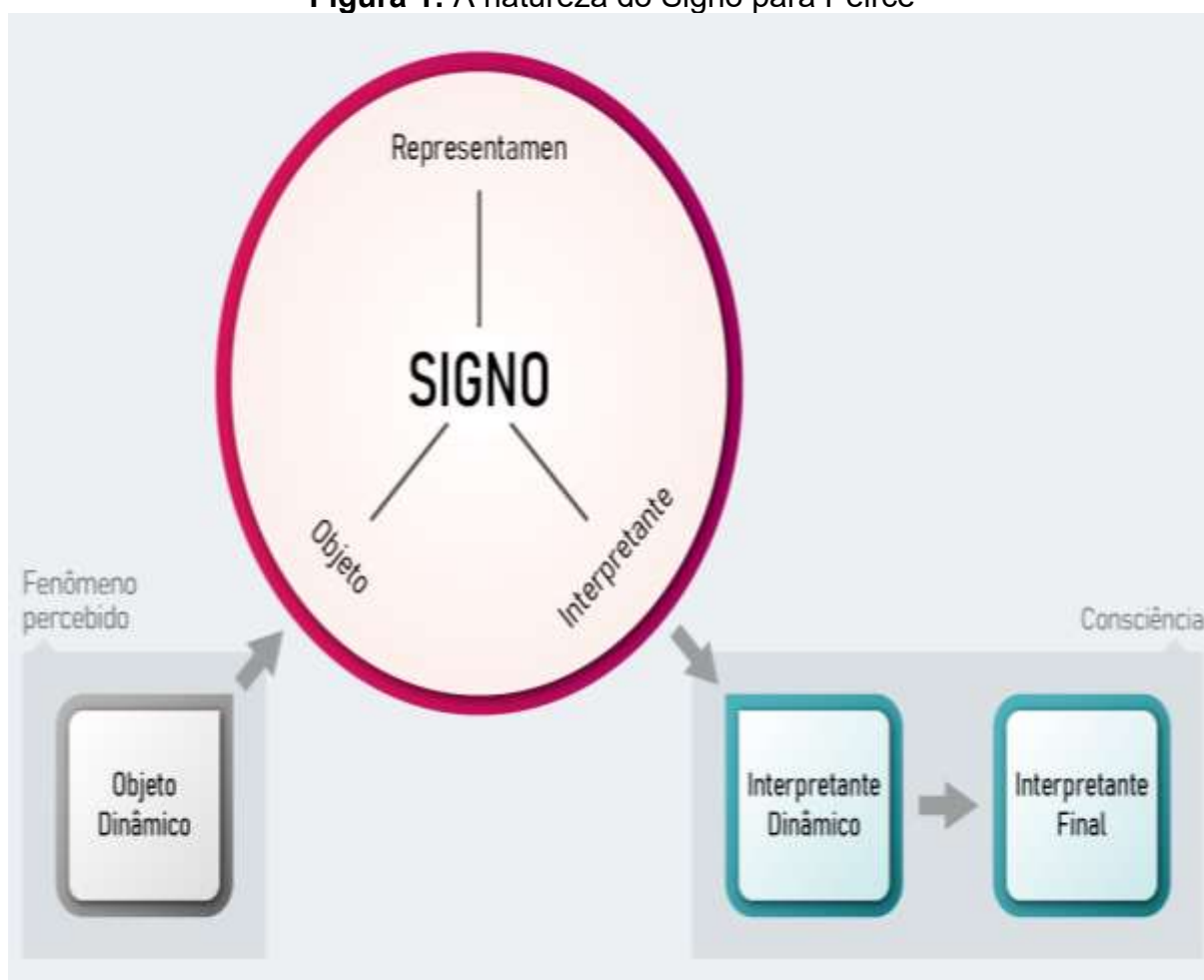
isso terá que acontecer em relação a um fim, ou seja, deverá estar relacionado ao propósito do pensamento, que é regular e direcionar a conduta” (Pires e Contani, 2012, p.204). Propõe-se a dimensão do esquecimento, na forma como está sendo tratada aqui, como integrante da noção de objeto dinâmico, lembrando que:

Baseado no paradigma das categorias, Peirce afirma que é preciso levar em conta que o Signo possui dois tipos de Objeto que devem ser distinguidos: o objeto tal como ele é representado e o objeto nele mesmo. (CP 8.333), ou seja: a) há um Objeto Imediato, que é representado no signo; e b) o Objeto Dinâmico, que é o sistema Real. (CP 4.536). Do mesmo modo que o Objeto, devem-se distinguir o Interpretante Imediato e o Interpretante Dinâmico do Signo. O Interpretante Imediato é aquele que está potencialmente determinado no interior do próprio Signo, sendo comumente chamado de significado. Ele não está relacionado a qualquer tipo de interpretação de fato, ele é apenas o efeito que o Signo poderá produzir em uma mente. O Interpretante Dinâmico é o efeito do Signo de fato na mente, aquilo que é experienciado no ato de interpretação (Pires e Contani, 2012, p.209).

A intensidade do interpretante dinâmico é uma relação diretamente proporcional ao volume de interpretações. Como elemento da lógica da conduta, a noção de interpretante é uma ideia para o futuro. Isso ocorre por sua natureza generalizadora que se dirige a um resultado interpretativo mais amplo a cargo da integração dos interpretantes com o objeto dinâmico.

Para Peirce (1995), o signo é formado pela tríade de representante, objeto e interpretante. O representante, ou representamen, é o signo em si enquanto forma representativa daquilo que temos enquanto objeto. O objeto, por sua vez, é a referência ao signo, exterior a ele. O interpretante seria o efeito gerado ao indivíduo diante do signo. Essa definição do signo é compreendida como processo de semiose, tendo a característica de continuidade, dado que a interpretação e a apreensão súnica não terminam (Figura 1).

Figura 1: A natureza do Signo para Peirce



Fonte: elaborado pelo autor

Hausman (2006) propõe um percurso teórico de distinção do objetivo dinâmico e objeto imediato, a partir da epistemologia do pensamento de Peirce em sua semiótica. O autor entende que as interpretações, por mais influenciadas pelo contexto do fenômeno experienciado, também apresentam independência do pensamento, limitando a percepção do objeto ao realismo.

Para analisar um determinado objeto, o indivíduo percorre por um pensamento baseado em experiências prévias, mas tende a um direcionamento imbuído na própria natureza do objeto. Desta forma, é importante dimensionar os limites do objeto e do intérprete. Tendo em vista o caráter ontológico do pensamento de Peirce, é impossível delimitar a existência do objeto fora do indivíduo pois, como linha argumentativa, Peirce (1995) foge de conceitos kantianos de coisa-em-si-mesmo. Desta forma, embora o realismo faça parte do processo de interpretação do objeto, o objeto por si só não existe enquanto objeto fora do indivíduo.

Como forma de segmentar o processo de interpretação do signo, Peirce (1995) propõe em seu tratado de semiótica a existência do objeto imediato e o objeto dinâmico. O primeiro consiste no objeto já como produto final de um processo interpretativo, a partir de concepções prévias relacionadas ao objeto. O objeto dinâmico, em contrapartida, é algo complexo de sintetizar pois sua existência depende de uma relação direta com o indivíduo (por isso é caracterizado por dinâmico, dado sua propriedade de existir pragmaticamente em relação ao entendimento do indivíduo) mas também existe enquanto fenômeno que antecede uma interpretação final.

Como forma de discernir o objeto dinâmico do imediato, Hausman (2006) busca pistas teóricas nos trabalhos de Peirce, tendo em vista que o pensador não propôs um ponto final à discussão. Para exemplificar a complexidade desta distinção, usemos um exemplo simples: Um ponto distante no céu é avistado por um indivíduo. Este ponto existe, e mesmo sem o avistamento por parte do indivíduo, está presente no plano real. O indivíduo compreende este elemento estranho no céu, primeiramente, como um ponto. Uma possível interpretação é de que este seria um objeto dinâmico, por dar início às interpretações futuras do indivíduo, mas, o ponto por si só, já é um signo interpretado previamente e estipulado enquanto ponto a partir de experiências prévias do sujeito. Assim, o ponto já é, de certa forma, um objeto imediato, pois já passou por um processo de interpretação. Novamente atentando-se ao ponto, o indivíduo estipula que o mesmo seja uma ave.

A interpretação do objeto imediato (ave) partiu do objeto dinâmico (ponto) e foi direcionado a esta interpretação. O sujeito poderia inferir que o ponto fosse um navio, um carro, uma caixa, porém, o objeto dinâmico (ponto no céu) limitou o leque de interpretações e direcionou as abstrações do indivíduo para possibilidades condizentes à natureza do objeto. Depois de mais um período de atenção, o indivíduo compreende que o objeto não se tratava de uma ave, mas sim um uma nuvem escura. Desta forma, o objeto dinâmico sofre um deslocamento de ponto para ave, por ser o signo ave precursor de novas interpretações e o objeto imediato passa a ser nuvem escura. Com o passar do tempo e maiores inferências sobre o objeto, o indivíduo finalmente conclui que se tratava de uma nuvem de gafanhotos, dado o seu movimento de aglutinação e dispersão constantes. O objeto dinâmico tornou-se nuvem escura e o imediato como nuvem de gafanhotos.

O exemplo dado demonstra as seguintes características do pensamento de Peirce (1995):

- O objeto, por si só, existe enquanto elemento pré-interpretado;
- O objeto dinâmico é o precursor de interpretações futuras, independente de sua característica prévia;
- Objetos imediatos permitem a formação de novos objetos imediatos;
- O processo de interação humana com objetos pré-interpretados parte da percepção.

Da mesma forma, no interpretante, Peirce (1995) propõe uma divisão tripla das facetas do resultado interpretativo. Em um primeiro momento, a potencialidade sígnica de uma coisa produzir algo na mente de um indivíduo é o interpretante imediato. Sua natureza parte do princípio de que o signo possui aptidões naturais de produção de sentido para o interpretador. Dessa forma, o interpretante imediato é algo imanente ao signo, dado que sua natureza tricotômica permite a existência do objeto percebido (objeto imediato), seu sustentáculo (representante) e seu sentido produzido (interpretante imediato).

A partir do interpretante imediato, o potencial sígnico de produção de sentido ao indivíduo passa por sua concepção, de fato, na mente do indivíduo. Nesse processo de semiose, cada significado produzido por indivíduos se dá distintamente, baseado em uma produção de sentido singular nas mentes. Tais formulações interpretativas são concebidas por meio do repertório histórico de cada intérprete. Dentro da concepção interpretativa do signo, o movimento do interpretante dinâmico, enquanto interpretação singular e parcial a partir de um interpretante imediato, para uma possível interpretação final, convencionalizada e ideal seria compreendida enquanto interpretante final. Essa plenitude do interpretante final, mesmo sendo um movimento inalcançável dado a natureza do signo de transformar-se e evoluir constantemente, chega o mais próximo às convenções científicas acerca de vocabulários controlados, dado que a possibilidade de um entendimento pleno de um signo exige um estabelecimento de uma produção de sentido dentro de certas condições.

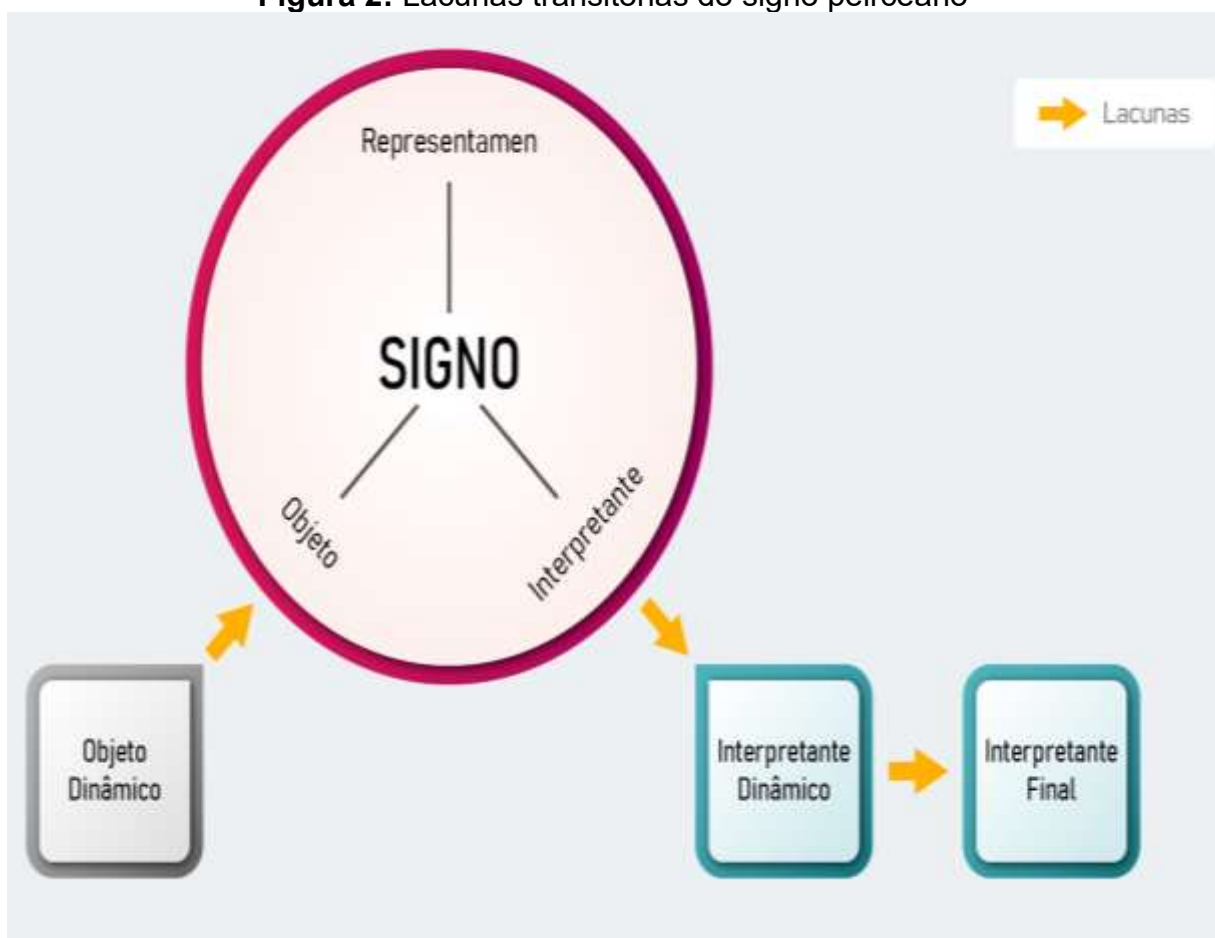
Pode-se tomar como exemplo uma palavra qualquer escrita em um papel. Para todos os indivíduos plenos das faculdades visuais, a palavra (signo) explicitada no papel possui uma infinidade de possíveis interpretações na mente dos leitores, sendo um interpretante imediato. A partir do momento em que um indivíduo se depara

como a palavra a compreende enquanto nativa de sua língua e, conseqüentemente, produz na mente imagens mentais singulares aos leitores, tem-se o interpretante dinâmico, fora do signo. Cada indivíduo tem seu entendimento do interpretante imediato e, dentro dessa infinitude de possibilidades, um possível senso interpretativo pode ser estabelecido como pleno, relação ao signo e às condições envolvidas, resultando no interpretante final. (Usando um exemplo simples: a palavra escrita no papel é B-O-L-A. Tal signo possui uma infinidade de interpretações, dado a sua natureza sígnica, sendo seu interpretante imediato. Cada indivíduo que fizer a leitura da palavra, pode ter em sua mente uma imagem mental de bola concebida a partir de suas experiências pessoais. Cada indivíduo terá seu interpretante dinâmico advindo do interpretante imediato. Em uma condição hipotética em que todas as bolas fossem idênticas e entendidas como únicas, a condição de interpretação plena do signo é tida enquanto interpretante final)

As transições externas ao signo (do objeto dinâmico para o imediato, do interpretante imediato para o dinâmico, e do interpretante dinâmico para o final) são frutos da interação com a consciência do intérprete, seja por pela percepção, interpretação ou convenção de um sentido. Assim, a proposição de três categorias do esquecimento, dentro da concepção sígnica de Peirce, podem ser estabelecidas (Figura 2):

1. Esquecimento perceptivo: transição do objeto dinâmico ao objeto imediato, comportando a pluralidade perceptiva que o indivíduo possa ter em relação ao objeto em si, inúmeros entendimentos podem ser gerados (compreensão do fenômeno), sendo que um único objeto imediato será gerado;
2. Esquecimento interpretativo: transição entre o interpretante imediato ao interpretante dinâmico, no qual a infinitude de significados possa ser gerada e, cada indivíduo, seleciona dentro de seu repertório, a interpretação proveniente do interpretante imediato dentro do signo, gerando interpretações particulares;
3. Esquecimento consensual: transição entre o interpretante dinâmico e interpretante final, em que consensos e convenções são fundamentais para condicionarem o processo interpretativo de uma comunidade específica (como no caso de conceitos).

Figura 2: Lacunas transitórias do signo peirceano



Fonte: elaborado pelo autor.

Na figura 2, é possível evidenciar os momentos de esquecimento dentro do processo de semiose, simbolizado pelas setas em cor amarela (transição do Objeto Dinâmico para o Objeto Imediato; Interpretante Imediato para o Interpretante Dinâmico; Interpretante Dinâmico para o Interpretante Final). Os três possíveis esquecimentos, compreendidos enquanto categorias fenomenológicas no processo de semiose, são fundamentais para a construção e representação do conhecimento. Tomando como exemplo o processo de RI e do conhecimento, em especial o tripé anteriormente citado (catalogação, classificação e indexação), poderão ser concebidos por meio do esquecimento, em uma ou mais das categorias formuladas.

Como tese, a análise desses processos e da possível intervenção do esquecimento enquanto elemento constituinte da produção de sentidos é fundamental para as ações de Organização e de Representação do Conhecimento. É importante considerar: natureza transitória do conhecimento, ciclo de vida da informação, fatores

cognitivos/emocionais/contextuais, sobrecarga de informação resultando em esquecimento seletivo, relevância e utilidade, eficácia dos sistemas de organização e representação do conhecimento, obsolescência e desatualização, contexto sociocultural, políticas e práticas de gestão do conhecimento, aspectos éticos e legais. Várias áreas da ciência estudam o fenômeno do esquecimento, cada uma com sua perspectiva e foco específico: psicologia cognitiva, neuropsicologia, neurociências: neurofisiologia e neurobiologia, ciência da computação: AI, Antropologia Cognitiva. A Ciência da Informação investiga como as informações são organizadas, recuperadas e esquecidas nos sistemas de informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento humano é fruto de um processo de construção e aprimoramento contínuo e cumulativo. A edificação do conhecimento se dá por dois movimentos, que ora se identificam como antagônicos, ora se complementam: a disseminação e a perda do conhecimento. O primeiro movimento é o de pluralização daquilo que se conhece ou do que se descobre. O segundo é resultado de superações, desusos, negações, destruição, incapacidade de acesso e esquecimento.

A perda do conhecimento, paradoxalmente, promove aspectos positivos, quando se trata da evolução do conhecimento resultante da busca de aprimoramento; o lado desfavorável se mostra em outras instâncias diretamente ligadas ao movimento de esquecimento e silenciamento de saberes. Dentro da dinâmica da ciência, conhecimentos passam por uma validação de acordo com critérios predeterminados, comumente resultantes de um pensamento cartesiano e empírico que, na busca de padronizar e legitimar as construções do conhecimento, restringem a produção dos saberes. Nessa dinâmica, a formulação de parâmetros e critérios destinados a certificar aquilo que é proposto, pode ser entendida como efeito do paradigma dominante, ou paradigma vigente, resultado de um conjunto de ideias, conceitos e práticas aceitas e amplamente utilizadas. Esse paradigma promove uma profunda articulação do pensamento científico, ao delinear e limitar aquilo que é ou não aceito como conhecimento científico.

As formas de sustentação do paradigma dominante passam a manifestar-se enquanto tecnologias que buscam se aprimorar e manter as estruturas científicas tidas como legítimas. Neste cenário, o esquecimento passa a ser uma estratégia de manutenção de um pensamento dominante e o silenciamento de outros conhecimentos tão pertinentes quanto os que estão sendo preservados. Dentro da Ciência da Informação, é possível observar que as metodologias e ferramentas que sustentam a Organização e a Representação do Conhecimento (OC e RC) estão propensas a amparar práticas do paradigma dominante, como forma de excluir conhecimentos não enquadrados nos processos de classificação, catalogação e indexação, por exemplo.

Esta pesquisa enquadra-se no campo da reflexão sobre os processos que envolvem o tratamento documental associados à organização do conhecimento e

sustenta-se na convicção de que uma mudança de olhar pode ser obtida na abordagem aqui denominada “esquecimento”. Esse novo olhar é necessário frente às lacunas encontradas na atividade de indexação, por englobar questões de traduções interculturais, que podem se formar como manutenção do pensamento do paradigma dominante, ou como uma forma de emancipação, a partir dos preceitos de uma tradução que compreende as diferenças entre os saberes e concilia os conhecimentos para um entendimento mútuo e fidedigno.

O trabalho de tradução desempenha um papel crucial na busca por alternativas à teoria geral, permitindo criar inteligibilidade recíproca entre as diversas experiências do mundo, sejam elas disponíveis ou possíveis. Este processo revela pontos específicos que são essenciais para compreender sua dinâmica, como evitar hierarquias de experiências, compreender contextos coloniais e pós-coloniais, buscar pela inteligibilidade recíproca, incidir sobre saberes e práticas, e promover a adaptação e atualização constante.

Evitar hierarquias de experiências é um dos princípios fundamentais da tradução, reconhecendo que nenhuma experiência possui um estatuto exclusivo como totalidade ou parte homogênea. Todas as experiências são vistas em momentos diferentes como totalidades ou partes, sem que nenhuma delas esgote a totalidade da realidade. Isso ajuda a evitar hierarquias que classificam algumas experiências como superiores a outras. Compreender contextos coloniais e pós-coloniais é outro aspecto crucial, onde o autor destaca o impacto negativo do colonialismo no Sul global e como o trabalho de tradução desafia os resíduos eurocêntricos, buscando revitalizar as possibilidades histórico-culturais interrompidas pelo colonialismo e neocolonialismo.

A busca pela inteligibilidade recíproca é uma meta constante da tradução, promovendo relações de entendimento entre diferentes experiências sociais, evitando que uma experiência seja dominada por outra. Isso requer uma abordagem de diálogo e entendimento que reconhece a diversidade de experiências sem impor hierarquias. A incidência sobre saberes e práticas é outra dimensão importante do trabalho de tradução, não se limitando apenas aos saberes, mas também se estendendo às práticas e aos agentes, buscando criar entendimento e comunicação entre diferentes conhecimentos, práticas e as pessoas que as realizam.

O trabalho de tradução emerge como um método crucial para abordar a complexidade e a diversidade do mundo, promovendo a compreensão mútua e

evitando a hierarquização das experiências. Além disso, desempenha um papel vital na reconstrução e revitalização de heranças culturais interrompidas, especialmente em contextos coloniais e pós-coloniais. A hermenêutica diatópica é fundamental no processo de tradução entre diferentes culturas e saberes, envolvendo a interpretação entre duas ou mais culturas com o objetivo de identificar preocupações comuns e diferentes respostas, promovendo assim o diálogo e a compreensão entre elas.

É fundamental a importância da tradução cultural e da diferença nas narrativas nacionais, enfatizando que as nações não são entidades estáticas e homogêneas, mas construções narrativas híbridas que surgem da interação de diversas correntes culturais. A hermenêutica diatópica se estende à tradução entre diferentes concepções de vida produtiva e entre diferentes concepções de sabedoria e visões do mundo, ampliando nossa compreensão da diversidade de visões filosóficas e introduzindo o conceito de universalismo negativo.

A tradução intercultural nos direitos humanos é um empreendimento desafiador, mas crucial, reconhecendo a importância do diálogo, da reflexão crítica e do respeito às diferenças para promover uma compreensão mais profunda e justa entre diferentes tradições culturais. O trabalho de tradução não se limita apenas à transposição linguística, mas é uma tradução de significados e valores, reconhecendo a diversidade de interpretações dentro de diferentes contextos culturais, promovendo o diálogo intercultural e superando as hierarquias de conhecimento.

O trabalho de tradução é uma ferramenta vital para promover o diálogo intercultural e construir alternativas à globalização hegemônica, baseando-se na diversidade e na justiça cognitiva global. Através da hermenêutica diatópica e do reconhecimento das diferenças culturais, o trabalho de tradução possibilita uma compreensão mais profunda e inclusiva das experiências humanas, desafiando fronteiras e promovendo a cooperação global.

A NBR 12676 da ABNT estabelece diretrizes para a prática normalizada do exame de documentos e seleção de termos de indexação, destacando a importância da consistência na especificidade dos termos e a necessidade de práticas flexíveis para atender às evoluções na terminologia e nas demandas dos usuários. A sinergia entre a norma e as propostas de Santos promove uma abordagem mais flexível e inclusiva na RI, alinhada com uma visão mais plural e participativa na construção do conhecimento.

É importante, no entanto, reconhecer que o trabalho de tradução e

indexação enfrenta desafios significativos, como a preservação da diversidade cultural, o respeito às diferenças e a promoção de uma compreensão autêntica e justa entre diferentes tradições e conhecimentos. Nesse sentido, é essencial que as práticas de tradução e indexação sejam continuamente revisadas e aprimoradas, buscando sempre promover o diálogo intercultural e a construção de um conhecimento mais inclusivo e diversificado.

A compreensão do esquecimento, enquanto fenômeno complexo e multifacetado, é essencial para a construção e representação do conhecimento. O esquecimento pode manifestar-se em duas dimensões distintas: a do saber e a do fazer. Na esfera do saber, refere-se à consciência do indivíduo sobre algo que já não recorda, enquanto na dimensão do fazer, é relacionado à omissão de uma ação que deveria ser realizada. Essa distinção destaca a natureza intrincada do esquecimento, que não se limita apenas à memória individual, mas também está associada a eventos ou ações específicas que foram negligenciadas.

A abordagem semiótica de Peirce oferece uma estrutura profunda para compreender a natureza dos signos e da comunicação. A teoria peirceana destaca a complexa relação entre signo, objeto e interpretante, revelando a natureza mediada e social do conhecimento humano. A análise semiótica revela que o processo de interpretação dos signos envolve uma interação complexa entre o indivíduo e seu ambiente, onde os objetos imediatos permitem a formação de novos objetos imediatos, enquanto o objeto dinâmico influencia interpretações futuras.

Ao aplicar a teoria semiótica de Peirce à compreensão do esquecimento, revelam-se diferentes fases da interpretação dos signos, como o esquecimento perceptivo, interpretativo e consensual. O esquecimento perceptivo ocorre durante a transição do objeto dinâmico para o objeto imediato, onde a diversidade cultural pode ser subestimada ou ignorada, criando barreiras no diálogo intercultural. No esquecimento interpretativo, a subjetividade dos intérpretes e a complexidade do processo tradutório podem distorcer a interpretação dos signos, comprometendo a compreensão precisa de conceitos e prejudicando a diversidade de sentidos. Já no esquecimento consensual, as lacunas na compreensão mútua entre culturas podem surgir devido a traduções deficientes, resultando em desalinhamentos consensuais substanciais.

A interseção entre a teoria semiótica de Peirce e a compreensão do esquecimento ressalta a importância da abordagem cuidadosa e sensível na tradução

intercultural. Reconhecer e explorar as lacunas criadas pelo esquecimento é fundamental para a construção de pontes interculturais e para promover um diálogo respeitoso e enriquecedor entre diferentes comunidades e saberes. Portanto, a análise conjunta dessas perspectivas contribui para uma compreensão mais profunda e abrangente da formação do conhecimento humano, enfatizando a importância da interação entre memória, esquecimento, signos e pesquisa na construção do entendimento do mundo.

A compreensão do conhecimento humano como um processo contínuo de construção e aprimoramento revela a complexidade inerente à disseminação e perda do saber. Esses movimentos, embora antagônicos em aparência, muitas vezes se complementam, impulsionando a evolução do conhecimento enquanto desafiam as estruturas estabelecidas. Dentro desse contexto, o paradigma dominante na ciência muitas vezes promove o esquecimento de saberes não alinhados com suas premissas, perpetuando desigualdades e lacunas no diálogo intercultural.

A abordagem da tradução intercultural, especialmente quando enriquecida pela análise semiótica de Peirce, emerge como uma ferramenta vital na busca por uma compreensão mútua e inclusiva entre diferentes saberes e culturas. A hermenêutica diatópica e a busca pela inteligibilidade recíproca são elementos essenciais desse processo, permitindo o reconhecimento das diferenças sem impor hierarquias de conhecimento. A análise semiótica, ao explorar as diversas fases da interpretação dos signos, destaca o papel crucial do esquecimento na dinâmica da tradução intercultural. Desde o esquecimento perceptivo até o consensual, as lacunas criadas pelo esquecimento revelam oportunidades para construir pontes interculturais mais sólidas e respeitadas.

A interseção entre a teoria semiótica de Peirce, a reflexão sobre o esquecimento e a prática da tradução intercultural oferece um caminho promissor para superar as barreiras do paradigma dominante na organização e representação do conhecimento. Reconhecer e explorar essas perspectivas não apenas amplia nossa compreensão da formação do conhecimento, mas também promove um diálogo mais autêntico e inclusivo entre diferentes culturas e comunidades de saberes.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: Métodos para análise de documentos - Determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

ABRÃO, B. S. **História da filosofia**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Coleção "Os Pensadores" 2. ed. Tradução de J. Oliveira Santos, S. J. e A. Ambrosio de Pina, S. J. São Paulo : Abril Cultural, 1980.

ALIGHIERI, D. **A Divina Comédia**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia e S.Paulo, Ed.da Universidade de S.Paulo, 1979.

ALLEN, T. J. Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology**, 4, 3-29, 1969.

ALMEIDA, T.; SALDANHA, G. S.; RIBEIRO, A. R. P. **Memória, esquecimento e recuperação da informação**: contradição e dialética da práxis na organização do conhecimento. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/190734>. Acesso em: 18 jan. 2023.

ALVARENGA, L. Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault - traços de identidade teórico-metodológica. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 27, n. 3, 1999. DOI: 10.18225/ci.inf.v27i3.778. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/778>. Acesso em: 28 nov. 2023.

ALVES, F. de B.; COURINHO, A. do V. C. A Hermenêutica Diatópica como mecanismo de diálogo entre nações multiculturais nas problemáticas envolvendo direitos das mulheres. **Revista Direito UFMS**, Campo Grande, v. 5, n. 1, p. 77-96, 2019. DOI: 10.21671/rdufms.v5i1.7666. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revdir/article/view/7666>. Acesso em: 3 nov. 2023.

ALVES, M. V.; BUENO, O. Interferência Retroativa: O Esquecimento como uma Interrupção na Consolidação da Memória. **Temas em Psicologia**. 25. p.1043-1054, 2017.

ARAUJO, C. A. A. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

BAGGIO, R. A sociedade da informação e infoexclusão. **Ciência da Informação**. Brasília, 29(2), p. 16-21, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/883> . Acesso em: 27 nov. 2023.

BARITÉ, M. **Diccionario de Organización del Conocimiento**: Clasificación, Indización, Terminología. 6. ed. Montevideo: CSIC, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327288002_Diccionario_de_organizacion_del_conocimiento_Clasificacion_Indizacion_Terminologia. Acesso em: 20 nov. 2023

BARITÉ, M.; FERANÁNDEZ-MOLINA, J. C.; GUIMARÃES, J. A. C.; MORAES, J. B. E. **Garantia literária**: elementos para uma revisão crítica após um século. , p. 123-138, . DOI: 10.1590/S0103-37862010000200003 Acesso em: 27 nov. 2023.

BARRETO, A. M. Informação e conhecimento na era digital. **Transinformação**. Campinas, 17(2): 111-122, maio/ago., 2005.

BEGHTOL, C. Bibliographic classification theory and text linguistics: aboutness analysis, intertextuality and the cognitive act of classifying documents. **Journal of Documentation**, London, v.42, n.2, p.84-113, 1986.

BEM, R. M.; COELHO, C. C. de S. R. Instrumentos de Representação do Conhecimento para práticas de Gestão do Conhecimento: taxonomias, tesauros e ontologias. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, Brasil, v. 4, n. 1, p. 147–162, 2013. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v4i1p147-162. Disponível em: <https://revistas.usp.br/incid/article/view/59106>.. Acesso em: 27 no. 2023.

BENTES PINTO, V.; CAVALCANTE, L. E. Pesquisa bibliográfica e documental: o fazer científico em construção. In: BENTES PINTO, V.; VIDOTTI, S. A. B. G.; CAVALCANTE, L. E. **Aplicabilidades metodológicas em Ciência da Informação**. Fortaleza: UFC, 2015. p. 15-34.

BERGMAN, M. C. S. Peirce on interpretation and collateral experience. **Signs**, v. 4, p. 134 -161, 2010.

BERGSON, H, **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito / Henri Bergson; tradução Paulo Neves. - 2- ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERGSON, Henri. **Cursos sobre a filosofia grega**. Tradução: Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Coleção Tópicos.

BHABHA, H. K. DissemiNation: Time, Narrative, and the Margins of the Modern Nation. In: BHABHA, H. K. (Ed.). **Nation and Narration**. London; New York: Routledge, 1990. p. 291-322.

BHABHA, H. K. Interrogando a identidade. In: BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. p.70-104.

BLOCH, Ernst. **The Principle of Hope**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1995

BÖLL, H. **Der Wegwerfer**: Mit filmschabzeichnungen von Hannes Binder. Officina Ludi Schöne Drucke & Bücher; Nachdruck des Pressendrucks von 1997 edition: Germany, 2017.

BORGES, J. L. **Ficções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BORKO, H. Information Science: What is it?. **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1992827/mod_resource/content/1/Borko.pdf

BORKO, H.; BERNIER, C. **Indexing concepts and methods**. New York: Academic Press, 1978. 261p.

BRADFORD, S. C. **Documentação**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

BRADY, H. E. Causation and explanation in social science. In GOODIN, R. E. (Ed.). **The Oxford handbook of political science**. Oxford: Oxford University Press, 2011. Disponível em: <http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199604456.001.0001/oxfordhb-9780199604456-e-049?print=pdf>

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: LARA, Marilda Lopes Ginez; SMIT, Johanna. (org.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010.

BUCKLAND, M.K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991.

BURKE, P. **O que é história do conhecimento?**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

BURKE, P. **Perdas e ganhos**: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento 2**: Da Enciclopédia ao Wikipédia. 1ª ed. São Paulo: Zahar, 2012.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CAFÉ, L.; BRÄSCHER, M. Organização da informação e bibliometria. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 54–75, 2008. DOI: 10.5007/1518-2924.2008v13nesp1p54. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13nesp1p54>. Acesso em: 28 nov. 2023.

CAGLIARI, Luiz Carlos. A evolução da escrita In: **Psicopedagogia: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional**. 1 ed. Porto Alegre : Artes Gráficas, 1987, v.1, p. 164-185.

CAIXETA, M.; SOUZA, R. R. Representação do conhecimento: história, sentimento e percepção. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 34–55, 2008. DOI: 10.5433/1981-8920.2008v13n2p34. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1815>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CARA, M. A marca na moda jovem: a relevância da experiência colateral na eficácia comunicativa da marca. **Dissertação** (Mestrado em Comunicação e Semiótica). Programa de Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

CARNEIRO, A. S. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CERVANTES, B. M. N (org.). **Horizontes da Organização da Informação e do Conhecimento**. Londrina: Eduel, 2012. Cap. 2. (p. 37-62) ISBN 978-85-7216-636-2

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CHAUÍ, M. **Introdução à história da Filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Brasiliense, 1994. v.1, 390 p.

CHAUMIER, J. **As técnicas de documentais**. Publicações Europa-América. 1971, 111p.

CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, p. 46-62, jan/jun. 1988.

CHAUMIER, J. **Travail et methodes du/de la documentaliste: connaissance du problème**. Paris: ESF/Libraries Techniques. 1980. Exposé 3, Chap.3: L'indexation, p.42-47.

CHIACHIRI, R. **O poder sugestivo da publicidade**: uma análise semiótica. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

CINTRA, A.M.M. Estratégias de leitura em documentação. In: Smit, J.W (Coord.). **Análise documentária**: a análise da síntese. 2.ed. Brasília: IBICT, 1987. p.29-37

CLEVELAND, D.; CLEVELAND, A. **Introduction to indexing and abstracting**. 3. ed. Colorado: A division of Greenwood Publishing Group, 2001.

COATES, E.J. **Subject catalogues**: Headings and structures. London: Library Association, 1960.

CUNHA, I.M.R.F. (Coord.). **Análise documentária**: considerações teóricas e experimentações. São Paulo: FEBAB, 1989.

CUTTER, C. A. **Rules for a Dictionary Catalog**. W. P. Cutter, ed. 4th ed. Washington: Government Printing Office, 1904.

SILVA CORRALO, G.; SERRAGGIO GIRELLI, C. A hermenêutica diatópica como forma de diálogo entre nações multiculturais na aplicação dos direitos femininos na pós-modernidade. **Revista Justiça do Direito**, [S. l.], v. 29, n. 3, p. 372-388, 2015. DOI: 10.5335/rjd.v29i3.5597. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/5597>. Acesso em: 3 nov. 2023.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? **Knowledge organization**, v. 33, n.1, 2006.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, 20(4), 211-222, 1993. Disponível em: https://www.ergon-verlag.de/isko_ko/downloads/ko_20_1993_4_w.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, 20(4), 211-222, 1993.

DAHLBERG, I. Teoria da classificação, ontem e hoje. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, 1976, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT; Brasília: ABDF, 1979. p. 352-370.

DAHLBERG, I. **Teoria do conceito**. Tradução Astério Tavares Campos. Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.

DARWIN, C. **On the origin of species by means of natural selection**. London: John Murray, 1859.

DAVIS, M. Forgetting: Once again, it's all about representations. In: ROEDIGER III, H. L.; DUDAI, Y.; FITZPATRICK, M. (Eds.), **Science of Memory** (pp. 317-319). New York: Oxford University Press, 2007.

DERVIN, B.; NILAN, M. Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology**, 25, 3-33, 1986.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DIAS, E. W., NAVES, M. M. L. **Análise de assunto**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2007.

ECO, Umberto. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

ESTEBAN NAVARRO, M.A.E. Elementos, actividades y critérios para la identificación, comprensión y selección de conceptos en la indización analítica. In: GARCIA MARCO, F.J.G.M. **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación**. Zaragoza: Capítulo Español de la ISKO. Universidad Carlos III de Madrid, 1999. v.3, p.69-93.

FARRADANE, J.A. A comparison of some computer produced permuted alphabetical subject indexes. **International Classification**, Munich, v.4, n.2, p.94- 101, 1977.

FARRADANE, J.E.L. Information service in industry. **Research**, 6(8), 1953. p. 327-330.

FERNANDEZ-MOLINA, J. C. Enfoques objetivo y subjetivo del concepto de información. **Revista Española de Documentación Científica**, v. 17, n. 3, 1994, p. 320-331. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/327117412.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

FOGL, J. Relations of the concepts 'information' and 'knowledge'. **International Fórum on Information and Documentation**, The Hague, v.4, n.1, p. 21-24, 1979.

FOSKETT, A.W. **Abordagem temática da informação**. Trad. Antônio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono, 1973.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FROHMANN, B. The power of images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint. **Journal of Documentation**, v. 48, n. 4, p. 365-386, 1992.

FUJITA, M. S. L.; TARTAROTTI, R. C. D. Análise de palavras-chave da produção científica de pesquisadores: o autor como indexador. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 332–374, 2020. DOI: 10.5433/1981-8920.2020v25n3p332. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/41866>. Acesso em: 9 jan. 2024.

FUJITA, M. S. L.; SANTOS, L. B. P. dos. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **Transinformação**, [S. l.], v. 28, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6015>. Acesso em: 9 jan. 2024.

FUJITA, M.S.L. **PRECIS na língua portuguesa**: teoria e prática. Brasília: Universidade de Brasília, 1989.

GARCÍA CANCLINI, N. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, Campinas, v.18, n.2, p.103-112, mai/ago. 2006.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Desclasificados**: pluralismo lógico y violencia de la clasificación. Barcelona: Anthonopos, 2007.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Epistemología de la documentación**. Barcelona: Stonberg, 2011.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Outra memória é possível**: estratégias descolonizadoras do arquivo mundial. Petrópolis: Vozes, 2008.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Por uma economia política da organização do conhecimento (Tradução). **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 14, n. 2, 2018. DOI: 10.18617/liinc.v14i2.4518. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4518>. Acesso em: 20 nov. 2023.

GARDIN, J.C. Document analysis and linguistic theory. **The Journal of Documentation**, v. 29, n.2, p.137-168, June 1973.

GARDIN, J.C. **Les analyses des discours**. Neuchatel: Delachaux et Nestlé, 1974.

GAZZANIGA, M. S.; HEATHERTON, T. F. **Ciência psicológica**: mente, cérebro e comportamento. Porto Alegre: ArtMed, 2005.

GINEZ DE LARA, M.L. A representação documentária: em jogo a significação. São Paulo, 1993. 133f. **Dissertação** (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

GOMES, H. E. **Manual de elaboração de tesouros monolíngues**. Brasília: o Programa, 1990. 78 p.

GOMES, H. E.; GUSMÃO, H.R. **Guia prático para a elaboração de índices**. Niterói: GBIDCSH da APBRJ, 1983.

GREGO, A. A importância da experiência colateral na semiose e no processo comunicativo. **Symposium**, v. 37, p. 52-59, 1998.

GRICE, H. P.. Logic and Conversation. In P. Cole, & J. L. Morgan. (Eds.), **Syntax and Semantics**, Vol. 3, Speech Acts (pp. 41-58). New York: Academic Press, 1975.

GUIMARÃES, J. A. C.; DOBEDEI, V. L. (Org.). Introdução. In: GUIMARÃES, J. A. C.; DOBEDEI, V. L. **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. Marília: ISKOBrasil: FUNDEPE, 2012. e-Book. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/CE/DHUM/livro-isko-brasil-finalizado.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023

GUIMARÃES, J.A.C. **Indexação em um contexto de novas tecnologias**. [S.l.: s.n.], 2000. 10p. Texto Didático.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HAUSSMAN, C. R. Peirce's Semeiotic Applied to Perception: The Role of Dynamic Objects and Percepts in Perceptual Interpretation. **Cognitio**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 231-246, jul./dez., 2006.

HESÍODO. **Teogonia**: a origem dos deuses. São Paulo: Iluminuras, 2007.

HJØRLAND, B. What is knowledge organization (KO)? **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008.

HOLANDA, A. B. de. **Memória e esquecimento na ciência da informação**: um estudo exploratório. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC, Recife, 2011.

INGWERSEN, P. Search procedures in the library—analysed from the cognitive point of view. **Journal of Documentation**, 38(3), 1982. p. 165-191.
<http://dx.doi.org/10.1108/eb026727>

INGWERSEN, P.; JOHANSEN, T.; TIMMERMAN, P. User-librarian negotiations and search procedures: a progress report. In: HARNO, O.; KAJBERG, L. (Eds.). **Theory and application of information research**: proceedings of the Second International Research Forum on Information Science, 3-6 Ago., 1977, Royal School of Librarianship, Copenhagen (pp. 160-171). London: Mansell, 1980.

ISO International Standard **2788**. Documentation - Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri. Second Edition, 1986.

ISO International Standard **5864**. ISO inch screw threads - Allowances and tolerances. Second Edition, 1978.

IZQUIERDO, I. **A arte de esquecer**. São Paulo: Vieira & Lent, 2004.

IZQUIERDO, I. **Memória**. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

JAPIASSÚ, H. **A Revolução Científica Moderna**. São Paulo: Editora Letras & Letras, 1997.

JOLY, M. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papyrus, 1996.

JONES, W. Personal information management. **Annual Review of Information Science and Technology**, 41, 2008. p. 453-504.
<https://doi.org/10.1002/aris.2007.1440410117>

KAISER, J.O. **Systematic indexing**. London: Pitman, 1911.

KANT, I. **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. São Paulo. Ed. Iluminuras, 2009.

KARI, J. Diversity in the conceptions of information use. **Information Research**, 15(3) colis709. 2010. Disponível em: <http://www.InformationR.net/ir/15-13/colis7/colis709.html>. Acesso em: 21 jan. 2023.

KOBASHI, N. Y. **Vocabulário controlado: estrutura e utilização**. Brasília, Escola Nacional de Administração Pública, 2008.

KOBASHI, N.Y. A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia. 1994. 195f. **Tese** (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1994.

KOLTAY, T. The bright side of information: ways of mitigating information overload. **Journal of Documentation**, v. 73, n. 4, p. 767-775, jul. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JD-09-2016-0107>. Acesso em: 20 jul. 2021.

KROHNE, H.W. Stress and Coping Theories. **The International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences**, 22, 15163-15170., 2001.

KUHLTHAU, C.C. Inside the search process: Information seeking from the user's perspective. **J. Am. Soc. Inf. Sci.**, 42, 361-371. 1991

KUHN, T. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1991.

LANCASTER, F.W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1993.

LANCASTER, F.W. **Information retrieval system characteristics, testing and evolution**. New York: J. Wiley, 1979. 381p.

LARAWAY, S.; SNYCERSKI, S.; MICHAEL, J.; POLING, A. Motivating operations and terms to describe them: Some further **refinements**. **Journal of Applied Behavior Analysis**, 36, 2003. p. 407-414.

LE COADIC, Y-F. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2004. 124 p.

LE GUERN, M. Un analyseur morpho-syntaxique pour l'indexation automatique. **Le français moderne**. v. 59, n. 1, p. 22- 35, 1991.

LIMA, G. N. B. O. **Organização e representação do conhecimento e da informação na web**: teorias e técnicas. , p. 57-97, . Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/135734>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, L. (org.). **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012. 248 p. Capítulo 1, p. 21-48.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LURIA, A., R. **The mind of a mnemonist**. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

MACEDO, T. B. **Hemeroteca esquecida**: fenômeno social do esquecimento na perspectiva da ciência da informação. Recife, 2013. 291 f. Dissertação (mestrado) –

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. Ed. 4. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, G. K. Institucionalização cognitiva e social da Organização e Representação do Conhecimento na Ciência da Informação no Brasil. 185f. **Tese** (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Marília, SP, 2014.

MEDEIROS, M. B. B.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento?. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 9, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo, 2008.

METCALFE , J. **Subject classifying and indexing of libraries and literature**. New York: Scarecrow, 1959.

MEY, M. de. **The cognitive paradigm**: an integrated understanding of scientific development Chicago: University of Chicago, 1982.

MICHEL, J. Podemos falar de uma política do esquecimento?. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 3, ago./nov. 2010. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede/article/view/35>. Acesso em: 16 mar. 2021.

MIDTGARDEN, T. Peirce's Classification of the Sciences. **ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization**, eds. Birger Hjørland e Claudio Gnoli. Disponível em <<http://www.isko.org/cyclo/peirce>>. Acesso em 06 de jan. de 2021.

MILNER, JC. O material do esquecimento. In: YERUSHALMI, Y. et. al. **Usos do Esquecimento**: Conferências proferidas no colóquio de Royaumont. Campinas: Ed. Unicamp. 2017, p. 81-98.

MILSTEAD, J.L. Indexing for subject cataloguers. **Cataloging & Classification Quarterly**, New York, v.3, n.4, p.37-44, 1983.

MISAK, C. J. **Truth and the End of Inquiry**. Oxford: Claredon Press. 1991.

MONDAY, I. Les process cognitifs et la rédaction de résumés. **Documentation et Bibliothèques**, v. 42, n.2, p.55-62, 1996.

MORA, J. F. **Dicionário de filosofia**. 2. ed. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

NAVES, M. M. L.; KURAMOTO, H. **Organização da informação**: princípios e tendências. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2006. 142 p.

SILVA NETO, S. A. O que é um paradigma?. **Revista de Ciências Humanas**. 45, 2011.

NIETZSCHE, F. **Além do bem e do mal: prelúdio de uma filosofia do futuro**. Trad. Paulo Cezar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

OLIVEIRA, . A.; ARAUJO, . F. de. Construção de linguagens documentárias em sistemas de recuperação da informação: a importância da garantia do usuário. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S. l.], v. 17, n. 34, p. 17–30, 2012. DOI: 10.5007/1518-2924.2012v17n34p17. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n34p17>. Acesso em: 27 nov. 2023.

OLIVEIRA, M. **Como fazer Pesquisa Qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.

ORUKA, H. O.. Sage-Philosophy: The Basic Questions and Methodology. In: ORUKA, H. O. (Ed.). **Sage Philosophy**: Indigenous Thinkers and Modern Debate on African Philosophy. Leiden: Brill, 1990. p. 27-40.

OTLET, P. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2018.

PANIKKAR, R. Is the notion of human rights a western concept? In: RAMOS, A. de C. **Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

PEIRCE, C. S. (1931-58). **Collected Papers**. V. 1-6, Hartshorne e Weiss (Eds.); v. 7-8, Burks (Ed.). Cambridge, Mass.: Harvard University Press. As referências no texto foram feitas sob **CP** seguido de número do volume e número de parágrafo. **MS** (manuscrito) refere-se aos manuscritos não publicados, catalogados segundo paginação do Institute for Studies in Pragmaticism. Lubbock: Texas. NEM refere-se a *New Elements of Mathematics* (1976), Carolyn Eisele (Ed.), 4 v. The Hague: Mouton.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

PEREZ, C. **Signos da marca: expressividade e sensorialidade**. São Paulo: Thomson Learning, 2004.

PERGHER, G. K; STEIN, L. M. Compreendendo o esquecimento: teorias clássicas e seus fundamentos experimentais. **Psicologia USP**, 14, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642003000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 14 ago. 2021.

PINHEIRO, L. V. R. **A Ciência da Informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar**. 1997. 276 f. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

PINHEIRO, L. V. R. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2002. p. 61-86.

PINTO, V. B. Indexação documentária: uma forma de representação do conhecimento registrado. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23380>. Acesso em: 27 nov. 2023.

PINTO MOLINA, M. Interdisciplinary approaches to the concept and practice of written text documentary content analysis (WTDCA). **Journal of Documentation**, v.50, n.2, p.111-133, 1994.

PIRES, J. B.; CONTANI, M. L. O caráter normativo da semiótica para a organização da informação e do conhecimento. In: CERVANTES, B. M. N. (org.). *Horizontes da organização da informação e do conhecimento*. Londrina: Edel, 2012.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

POMBO, O. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. Leitura: **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, Lisboa, n.2, p. 19-33, 1998. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opomboclassificacao.pdf> . Acesso em: 20 nov. 2023.

QUARTZ, S. R. Reason, emotion and decision-making: risk and reward computation with feeling. **Trends Cogn Sci**. May;13(5):209-15, 2009. doi: 10.1016/j.tics.2009.02.003. Epub 2009 Apr 8. PMID: 19362037.

RANGANATHAN, S. R. **Prolegomena to library classification**. Bombay: Asia Publishing House, 1967.

RIBEIRO, R. D. P. **Memória e contemporaneidade**: as tecnologias da informação como construção histórica. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/13.shtml>. Acesso em: 08 mar. 2021.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROBREDO, J. **Documentação de hoje e amanhã**: uma abordagem informatizada de biblioteconomia e dos sistemas de informação. Brasília, 1986.

ROBREDO, J. Filosofia e Informação? Reflexões. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**. 4, 2012.

ROEDIGER III, H. L.; WEINSTEIN, Y.; AGARWAL, P. K. **Forgetting**: Preliminary considerations In S. Della Sala (Ed.), *Forgetting* (pp. 1-22). New York: Psychology Press, 2010

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x Revisão narrativa. **Acta. paul. enferm.** 20 (2). jun. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 15 jun. 2022.

ROUSSEAU, J. Discurso sobre as ciências e as artes. In: ROUSSEAU, J. **Os pensadores**. Tradução de Louder Santos Machado. Vol. XXIV. São Paulo: Abril Cultural, 1973

ROUSSILON, R. Actualité de Winnicott. In CLANCIER, A.; KALMANOVITCH, J. **Le paradoxe de Winnicott** (pp. 9-26). Paris: Press Éditions, 1999.

SAMHITA, L; GROSS, H. J. The "Clever Hans Phenomenon" revisited. **Commun Integr Biol**. Nov 1; 6(6), 2013.

SANTAELLA, L. **A assinatura das coisas**: Peirce e a literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1992, 216 p.

SANTAELLA, L. Epistemologia Semiotica. **Cognitio**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 93-110, jan./jun. 2008.

SANTAELLA, L. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Thomson, 2005.

SANTAELLA, L. **Teoria geral dos signos**: como as linguagens significam as coisas. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

SANTAELLA, L.; NÖTH, W. **Estratégias semióticas da publicidade**. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SANTANA, V. A. Memória Esquecida: uma análise da organização e representação da informação étnico-racial no OPAC da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba. 2012. 138 folhas. **Dissertação** (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SANTOS, B. S. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. 1999. Disponível em:
<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/11020/1/A%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20Multicultural%20da%20Iguualdade%20e%20da%20Diferen%C3%A7a.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência, para um novo senso comum. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010c.

SANTOS, B. S. **Construindo as Epistemologias do Sul**: Antologia Essencial. Volume 1: Para um pensamento alternativo de alternativas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSD, 2018..

SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, B. S. **O futuro começa agora**: da pandemia à utopia. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, B. S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p. 3-46, out. 2007. Disponível em:
https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/147_Para%20alem%20do%20pensamento%20abissal_RCCS78.pdf. Acesso em: 05 fev. 2021

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010b, p. 31-83.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, 2002, Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1285>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, B. S. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. n. 39. p. 106-124. 1997.

SANTOS, M. Sobre a aplicação da semiótica à comunicação visual: algumas questões epistemológicas. **Revista Fronteiras** (Online), v. 16, p. 132-143, 2014.

SANTOS, M. **Para uma abordagem sistêmica da comunicação visual**: cognição, psique e tecnocultura. São Paulo: Editora Plêiade, 2015.

SANTOS, M.; CHIACHIRI, R.; PERSICHETTI, S. Semiótica peirceana e recepção: algumas bases conceituais e metodológicas a partir do conceito de experiência colateral. **Líbero**. São Paulo, v. 19, n. 37, p. 81-90, jan./jun., 2016.

SANTOS, R. F. D.; NEVES, D. A. B.; SOUZA, E. D. **A organização do conhecimento como domínio de estudo da ciência da informação**: uma reflexão a partir dos aspectos epistemológicos. , p. 95-104, . Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123253>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SAVAN, D. C. S. Peirce and american semiotics. In: SHAPIRO, M. **The Peirce seminar papers**. Providence: Berghahn Books, 1994.

SCHACTER, D. L.; SCARRY, E. (Eds.), **Memory, brain and belief** (pp. 208-228). Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.

SCHMIDT, P. **Selected Short Stories of Heinrich Böll**, 2020. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/llaicnoheadernosidebar/shortstories>>. Acesso em: 03 nov. 2022.

SELIGMANN-SILVA, M. (org.). **História, Memória, Literatura**. O testemunho na era das catástrofes. Campinas, Editora da UNICAMP, 2003.

SHERA, J.H.; EGAN, M. E. Exame atual da Biblioteconomia e da Documentação. In: BRADFORD. **Documentação**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. p.15-60.

SILVA, M. R.; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, maio/ago., 2004.

SMIRAGLIA, R. P. **The epistemological dimension of knowledge organization**. , p. 2-11, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93381>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SMOLKA, A. L. B. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. **Educação & Sociedade**, ano 21, n. 71, p. 166-193, jul. 2000.

SOARES, M. S. B.; MARTINS, M. T.; FRANCELIN, M. M. Pluralismo lógico e epistemografia interativa como ferramentas desclassificadoras do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 11, n. 1, p. 55–71, 2013. DOI: 10.20396/rdbci.v11i1.1651. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1651>. Acesso em: 28 dez. 2020.

SOERGEL, D. Indexing and retrieval performance: the logiciel evidence. **JASIS**, v. 45, n. 8, p. 589-599, 1994.

SOWA, J. F. **Knowledge representation**: logical, philosophical and computational foundations. Pacific Grove: Brooks/Cole, 2000.

STIGLER, G. The economics of information. **Journal of Political Economy**, 69, 1961. p. 213-225.

STUDER, R.; BENJAMINS, R.; FENSEL, D. Knowledge Engineering: Principles and Methods. **Data & Knowledge Engineering**, Países Baixos, v. 25, p. 161-197, 1998.

SULEIMAN, S. **Crises da memória e a Segunda Guerra Mundial**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

SVENONIUS, E. **The intellectual foundations of information organization**. Cambridge: The MIT Press, c2000. 255p.

TÁLAMO, M.F.G.M. Elaboração de resumos. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. **Cadernos de análise documentária**, São Paulo, n.1, p.23-31, 1994.

TULVING, E., & LLEPAGE, M. Where in the brain is the awareness of one's past? In:

TULVING, E., & PSOTKA, J. Retroactive inhibition in free recall: Inaccessibility of information in the memory store. **Journal of Experimental Psychology**, 87, 1971. p. 1-8.

UFPE, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, 2013.

UNISIST. Princípios de indexação. **Escola de Biblioteconomia**, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, v.10, n.1, p.83-94, 1981.

VAN DIJK, T.A.; KINTSCH, W. **Strategies of discourse comprehension**. New York: Academic Press, 1983. 337p.

VIEIRA, A. A. N.; CLEMENTE, A.; DIAS, G. A.; FANCA FILHO, M. T. Metodologia Científica no Brasil: ensino e interdisciplinaridade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 237-260, Mar. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362017000100237&lng=en&nrm=iso; Acesso em 16 de out. De 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623654484>.

VOLPATO, Gilson Luiz. O método lógico para redação científica. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S.l.], v. 9, n. 1, Mar. 2015. ISSN 1981-6278. Disponível em: <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/932>>. Acesso em: 16 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.3395/reciis.v9i1.932>

WEINRICH, H. **Lete**: Arte e crítica do esquecimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WELLISCH, H. A flow chart for indexing with a 'thesaurus'. **Journal of the American Society of Information Science**, Washington DC, 24 (3); 185-94, iViay/Jun, 1973.

WITTY, F.J. The **beginnings of indexing and abstracting**: some notes towards a history of indexing and abstracting in antiquity and the Middle Ages. *The Indexer*, London, v.8, n.4, p.193-198, 1973.

YERUSHALMI, Y. et. al. **Usos do Esquecimento**: Conferências proferidas no colóquio de Royaumont. Campinas: Ed. Unicamp. 2017,

ZILOCCHI, A. M. Do seu olho sou o olhar: por uma semiótica de recepção - C. S. Peirce. **Tese** (Doutorado em Semiótica). Programa de Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

ZILOCCHI, A. M. Interpretante, interpretação e intérprete. **Galáxia**, v. 1, n. 1, p. 187-196, 2001.